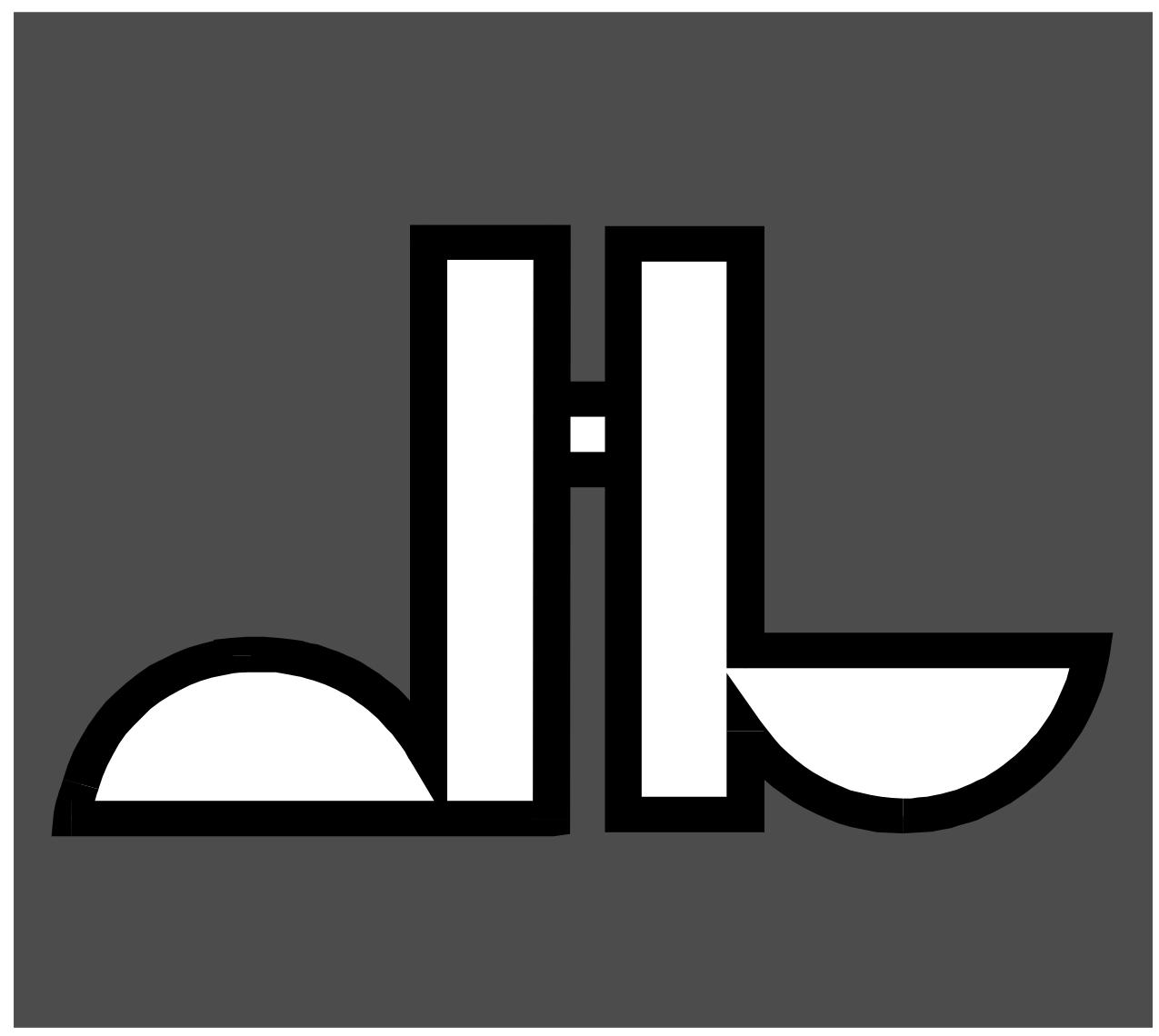




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LVIII – Nº 026 – SEXTA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador JOSÉ SARNEY - PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA - PFL-PE

2º Vice-Presidente

Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS - PSDB-TO

1º Secretário

Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA - PMDB-BA

2º Secretário

Senador ALBERTO SILVA - PMDB-PI

3º Secretário

Deputado NILTON CAPIXABA - PTB-RR

4º Secretário

Senador SÉRGIO ZAMBIASI - PTB-RS

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 2ª SESSÃO CONJUNTA, EM 18, 22 E 23 DE DEZEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Finalidade da presente sessão, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 30, de 2003-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007, e o Projeto de Lei nº 31, de 2003-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004.....

03257

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se no dia 19 de dezembro do corrente, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação das Emendas Constitucionais de nºs 41 e 42.....

03257

Leitura de adendo ao Ato Convocatório de 15 de dezembro de 2003.....

03257

1.2.2 – Suspensão da sessão às 17 horas e 19 minutos do dia 18 de dezembro do corrente e reabertura às 11 horas do dia 22 de dezembro do corrente.

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 48, de 2003-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 27, de 2003-CN, destinada a investigar a regularidade das aplicações de valores arrecadados com o pagamento de multas por infração de trânsito, aferidas por meio de “pardais”, solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento, por 180 (cento e oitenta) dias.....

03257

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Adoção, pelo Presidente da República, em 18 de dezembro de 2003, da Medida Provisória nº 151, de 2003, publicada em 19 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, unidade de pesquisa integrante de estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

03274

1.2.5 – Ofícios

Nº 942/2003, de 18 do corrente, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

03275

Nº 2.134/2003, de 18 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista, destinada a analisar a Medida Provisória nº 149, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a doar à República da Bolívia vacinas contra a febre aftosa.

03275

Nº 2.139/2003, de 18 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 150, de 2003, que altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arredamento Residencial e dá outras provisões.....

03275

1.2.6 – Suspensão da sessão às 11 horas e 25 minutos do dia 22 de dezembro do corrente e reabertura às 18 horas e 04 minutos do dia 23 de dezembro do corrente.

1.2.7 – Ofícios

Nº 468/2003, de 23 do corrente, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, encaminhando para providências cabíveis, cópia do Ofício nº 001/Relatoria do Projeto de Lei nº 49, de 2003-CN, aprovado pelo Congresso Nacional e convertido na Lei nº 10.816, de 16 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17.12.2003, na qual foi detectado erro na classificação orçamentária de uma programação constante da página 6 do citado DOU, cuja retificação do código da subfunção se faz necessária com vistas a evitar prejuízos à execução do referido subtítulo. **Aprovada a republicação.**

03275

Nº 1.601/2003, de 19 do corrente, do Procurador-Geral da República, encaminhando documentos referentes ao Relatório de Gestão Fis-

03246	Sexta-feira 19, 23 e 24	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL – SESSÃO CONJUNTA	Dezembro de 2003
cal do Ministério Público da União, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2002.....	03276	Redação final do Projeto de Lei nº 31, de 2003-CN (Parecer nº 158/2003-CMO). Aprovada. À sanção.	03342
1.3 – ORDEM DO DIA		1.4 – ENCERRAMENTO	
Item 1		2 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO	
Projeto de Lei nº 31, de 2003-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2004. Aprovado o Substitutivo , com votos contrários do PFL e do PSDB, após usarem da palavra os Srs. Arthur Virgílio. Alberto Goldman, Sérgio Guerra, Ronaldo Dimas, Amir Lando, Rodrigo Maia, Ricardo Barros, Cláudio Cajado, Tadeu Filipelli, Virgílio Guimarães, Heráclito Fortes, Jorge Bittar, José Carlos Aleluia e Bispo Rodrigues.	03297	3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		4-COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

CONGRESSO NACIONAL

ATO CONVOCATÓRIO ADITAMENTO

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do § 6º do art.57 da Constituição da República Federativa do Brasil, em aditamento ao Ato Convocatório de 15 de dezembro de 2003, publicado no *Diário Oficial da União* do dia imediato, fazem saber que o período de 16 a 20 de dezembro de 2003, para o qual o congresso Nacional está convocado extraordinariamente, fica estendido até o dia 23 de dezembro de 2003, sem ajuda de custo.

Congresso Nacional, de 18 de dezembro de 2003. – Deputado **João Paulo Cunha**, Presidente da Câmara dos Deputados, Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

LEI Nº 10.827, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 80.000.000,00, para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 134, de 2003, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial da Reserva de Contingência, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 22 de dezembro de 2003. – 182º da Independência e 115º da República – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ORGÃO : 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

UNIDADE : 56101 - MINISTÉRIO DAS CIDADES

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0128 MORAR MELHOR							80.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
16 846	0128 0170	APOIO A HABITACAO POPULAR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							80.000.000
16 846	0128 0170 0001	APOIO A HABITACAO POPULAR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL FAMILIA BENEFICIADA (UNIDADE)13000	F 4	2	30	0	100		20.000.000
			F 4	2	40	0	100		50.000.000
			F 4	2	50	0	100		10.000.000
		TOTAL - FISCAL							80.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							80.000.000

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ANEXO II			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA							80.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGÊNCIA							80.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FISCAL	F 9	0	99	0	100		80.000.000
		TOTAL - FISCAL							80.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							80.000.000

Ata da 2^a Sessão Conjunta, em 18, 22 e 23 de dezembro de 2003

2^a Sessão Legislativa Extraordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Inocêncio Oliveira e Nilton Capixaba

**ÀS 17 HORAS E 15 MINUTOS, NO
PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,
ACHAM-SE PRESENTES, OS SRS. SENADORES:**

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Álvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demóstenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito

Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otávio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa Marcelo Crivella – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Otávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Siba Machado – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA
001 - Alceste Almeida
553 - Almir Sá
002 - Dr. Rodolfo Pereira
003 - Francisco Rodrigues
004 - Luciano Castro
005 - Maria Helena
007 - Pastor Frankembergen
008 - Suely Campos
Presentes Roraima: 8

AMAPÁ
017 - Antonio Nogueira
009 - Coronel Alves
010 - Davi Alcolumbre
012 - Dr. Benedito Dias
014 - Eduardo Seabra
015 - Hélio Esteves
016 - Janete Capiberibe
536 - Valdenor Guedes
Presentes Amapá: 8

PARÁ
018 - Ann Pontes
020 - Asdrubal Bentes
022 - Jader Barbalho
027 - José Priante
028 - Nicias Ribeiro
031 - Nilson Pinto
030 - Paulo Rocha
032 - Raimundo Santos
035 - Vic Pires Franco
025 - Zé Geraldo
026 - Zé Lima
034 - Zenaldo Coutinho
033 - Zequinha Marinho
Presentes Pará: 13

AMAZONAS
038 - Átila Lins
037 - Carlos Souza

AMAZONAS
041 - Humberto Michiles
042 - Lupércio Ramos
043 - Pauderney Avelino
039 - Silas Câmara
040 - Vanessa Grazziotin
Presentes Amazonas: 7

RONDÔNIA
044 - Agnaldo Muniz
047 - Anselmo
045 - Confúcio Moura
013 - Hamilton Casara
050 - Marinha Raupp
049 - Miguel de Souza
046 - Nilton Capixaba
Presentes Rondonia: 7

Partido	Bloco
PMDB	
PL	PL/PSL
PDT	
PFL	
PL	PL/PSL
PPS	
PTB	
PP	
PT	PL/PSL
PL	
PDT	
PP	
PTB	
PT	
PSB	
PSC	
PMDB	
PMDB	
PMDB	
PMDB	
PSDB	
PSDB	
PT	
PL	PL/PSL
PFL	
PT	
PP	
PSDB	
PSC	
PPS	
PL	PL/PSL
Partido	Bloco
PL	PL/PSL
PPS	
PFL	
PTB	
PCdoB	
PPS	
PT	
PMDB	
PSB	
PMDB	
PL	PL/PSL
PTB	

ACRE

052 - Henrique Afonso	PT
053 - João Correia	PMDB
549 - João Tota	PL
054 - Júnior Betão	PPS
057 - Nilson Mourão	PT
056 - Perpétua Almeida	PCdoB
058 - Ronivon Santiago	PP
059 - Zico Bronzeado	PT
Presentes Acre: 8	

TOCANTINS

061 - Darcy Coelho	PFL
558 - Derval de Paiva	PMDB
060 - Eduardo Gomes	PSDB
062 - Homero Barreto	PTB
063 - Kátia Abreu	PFL
064 - Maurício Rabelo	PL
067 - Pastor Amarildo	PL/PSL
066 - Ronaldo Dimas	PSC
Presentes Tocantins: 8	PSDB

MARANHÃO

068 - Antonio Joaquim	PP
070 - César Bandeira	PFL
073 - Clóvis Fecury	PFL
071 - Costa Ferreira	PSC
074 - Dr. Ribamar Alves	PSB
075 - Gastão Vieira	PMDB
072 - João Castelo	PSDB
076 - Luciano Leitoa	PSB
077 - Neiva Moreira	PDT
079 - Paulo Marinho	PL
080 - Pedro Fernandes	PTB
082 - Pedro Novais	PMDB
	Partido
	Bloco

MARANHÃO

085 - Sarney Filho	PV
086 - Sebastião Madeira	PSDB
081 - Terezinha Fernandes	PT
084 - Wagner Lago	PP
551 - Washington Luiz	PT
Presentes Maranhão: 17	

CEARÁ

089 - Almeida de Jesus	PL
087 - Aníbal Gomes	PMDB
091 - Antonio Cambraia	PSDB
092 - Ariosto Holanda	PSDB
090 - Arnon Bezerra	PTB
088 - Bismarck Maia	PSDB
095 - Eunício Oliveira	PMDB
541 - Gonzaga Mota	PSDB
094 - Inácio Arruda	PCdoB
093 - João Alfredo	PT
096 - José Linhares	PP
097 - José Pimentel	PT
098 - Léo Alcântara	PSDB
100 - Leônidas Cristina	PPS

522 - Manoel Salviano	PSDB	
550 - Mauro Benevides	PMDB	
101 - Moroni Torgan	PFL	
106 - Pastor Pedro Ribeiro	PMDB	
104 - Roberto Pessoa	PL	PL/PSL
105 - Rommel Feijó	PTB	
107 - Vicente Arruda	PSDB	
108 - Zé Gerardo	PMDB	
Presentes Ceará: 22		
PIAUÍ		
109 - Átila Lira	PSDB	
111 - B. Sá	PPS	
112 - Ciro Nogueira	PFL	
114 - Júlio Cesar	PFL	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
115 - Moraes Souza	PMDB	
117 - Mussa Demes	PFL	
554 - Nazareno Fonteles	PT	
118 - Paes Landim	PFL	
116 - Promotor Afonso Gil	PDT	
Presentes Piauí: 10		
RIO GRANDE DO NORTE		
119 - Álvaro Dias	PDT	
121 - Fátima Bezerra	PT	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	
122 - Nélito Dias	PP	
125 - Sandra Rosado	PMDB	
	Partido	Bloco
Presentes Rio Grande do Norte: 5		
PARAÍBA		
127 - Adauto Pereira	PFL	
128 - Benjamin Maranhão	PMDB	
130 - Carlos Dunga	PTB	
132 - Enivaldo Ribeiro	PP	
543 - Inaldo Leitão	PL	PL/PSL
131 - Lúcia Braga	PT	
133 - Luiz Couto	PT	
542 - Marcondes Gadelha	PTB	
259 - Philemon Rodrigues	PTB	
540 - Ricardo Rique	PL	PL/PSL
136 - Wellington Roberto	PL	PL/PSL
137 - Wilson Santiago	PMDB	
Presentes Paraíba: 12		
PERNAMBUCO		
142 - André de Paula	PFL	
144 - Armando Monteiro	PTB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PMDB	
140 - Eduardo Campos	PSB	
141 - Fernando Ferro	PT	
145 - Inocêncio Oliveira	PFL	
156 - Joaquim Francisco	PTB	
147 - José Chaves	PTB	
150 - José Múcio Monteiro	PTB	
151 - Luiz Piauhylino	PTB	
161 - Marcos de Jesus	PL	PL/PSL

138 - Maurício Rands	PT	
139 - Miguel Arraes	PSB	
154 - Osvaldo Coelho	PFL	
146 - Pastor Francisco Olímpio	PSB	
148 - Paulo Rubem Santiago	PT	
153 - Pedro Corrêa	PP	
155 - Raul Jungmann	PPS	
157 - Renildo Calheiros	PCdoB	
163 - Ricardo Fiúza	PP	
158 - Roberto Freire	PPS	
159 - Roberto Magalhães	PTB	
160 - Severino Cavalcanti	PP	
Presentes Pernambuco: 23		
ALAGOAS		
162 - Benedito de Lira	PP	
166 - Givaldo Carimbão	PSB	
164 - Helenildo Ribeiro	PSDB	
167 - João Caldas	PL	PL/PSL
165 - João Lyra	PTB	
169 - José Thomaz Nonô	PFL	
557 - Jurandir Bóia	PSB	
171 - Olavo Calheiros	PMDB	
170 - Rogério Teófilo	PPS	
	Partido	Bloco
Presentes Alagoas: 9		
SERGIPE		
172 - Bosco Costa	PSDB	
176 - Cleonâncio Fonseca	PP	
173 - Héleno Silva	PL	PL/PSL
174 - Jackson Barreto	PTB	
177 - João Fontes	PT	
175 - Jorge Alberto	PMDB	
178 - Machado	PFL	
179 - Mendonça Prado	PFL	
Presentes Sergipe: 8		
BAHIA		
180 - Alice Portugal	PCdoB	
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	PFL	
183 - Aroldo Cedraz	PFL	
186 - Cláudio Cajado	PFL	
184 - Colbert Martins	PPS	
187 - Coriolano Sales	PFL	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
189 - Edson Duarte	PV	
190 - Fábio Souto	PFL	
191 - Félix Mendonça	PFL	
194 - Fernando de Fabinho	PFL	
185 - Gerson Gabrielli	PFL	
195 - Guilherme Menezes	PT	
196 - Jairo Carneiro	PFL	
198 - João Almeida	PSDB	
524 - João Carlos Bacelar	PFL	
199 - João Leão	PL	PL/PSL
192 - Jonival Lucas Junior	PTB	

202 - José Carlos Aleluia	PFL	
197 - José Carlos Araújo	PFL	
203 - José Rocha	PFL	
200 - Josias Gomes	PT	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
204 - Luiz Alberto	PT	
182 - Luiz Bassuma	PT	
205 - Luiz Carreira	PFL	
207 - Marcelo Guimarães Filho	PFL	
210 - Mário Negromonte	PP	
208 - Milton Barbosa	PFL	
209 - Nelson Pellegrino	PT	
214 - Paulo Magalhães	PFL	
212 - Pedro Irujo	PL	PL/PSL
213 - Robério Nunes	PFL	
215 - Severiano Alves	PDT	
218 - Walter Pinheiro	PT	
216 - Zelinda Novaes	PFL	
217 - Zezéu Ribeiro	PT	
Presentes Bahia: 37		
MINAS GERAIS	Partido	Bloco
220 - Athos Avelino	PPS	
224 - Cabo Júlio	PSC	
226 - Carlos Melles	PFL	
521 - Carlos Mota	PL	PL/PSL
222 - Carlos Willian	PSC	
225 - César Medeiros	PT	
527 - Cleuber Carneiro	PFL	
228 - Custódio Mattos	PSDB	
227 - Dr. Francisco Gonçalves	PTB	
231 - Edmar Moreira	PL	PL/PSL
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
232 - Eliseu Resende	PFL	
233 - Fernando Diniz	PMDB	
236 - Geraldo Thadeu	PPS	
234 - Gilmar Machado	PT	
235 - Herculano Anghinetti	PP	
237 - Isaías Silvestre	PSB	
238 - Ivo José	PT	
240 - Jaime Martins	PL	PL/PSL
239 - João Magalhães	PMDB	
242 - João Magno	PT	
246 - João Paulo Gomes da Silva	PL	PL/PSL
241 - José Milião	PTB	
249 - José Santana de Vasconcellos	PL	PL/PSL
250 - Júlio Delgado	PPS	
245 - Lael Varella	PFL	
251 - Leonardo Mattos	PV	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
243 - Lincoln Portela	PL	PL/PSL
254 - Marcello Siqueira	PMDB	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	
244 - Maria do Carmo Lara	PT	
262 - Mário Assad Júnior	PL	PL/PSL
267 - Mário Heringer	PDT	

252 - Mauro Lopes	PMDB	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
269 - Odair	PT	
256 - Osmânia Pereira	PTB	
270 - Patrus Ananias	PT	
257 - Paulo Delgado	PT	
258 - Rafael Guerra	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
261 - Roberto Brant	PFL	
523 - Romel Anizio	PP	
260 - Romeu Queiroz	PTB	
263 - Ronaldo Vasconcellos	PTB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
266 - Sérgio Miranda	PCdoB	
268 - Silas Brasileiro	PMDB	
	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
264 - Virgílio Guimarães	PT	
271 - Vittorio Medioli	PSDB	
Presentes Minas Gerais: 51		
ESPÍRITO SANTO		
274 - Feu Rosa	PP	
273 - Iriny Lopes	PT	
276 - José Carlos Elias	PTB	
275 - Manato	PDT	
277 - Marcelino Fraga	PMDB	
278 - Marcus Vicente	PTB	
280 - Neucimar Fraga	PL	PL/PSL
279 - Nilton Baiano	PP	
281 - Renato Casagrande	PSB	
282 - Rose de Freitas	PMDB	
Presentes Espírito Santo: 10		
RIO DE JANEIRO		
284 - Alexandre Cardoso	PSB	
285 - Alexandre Santos	PP	
286 - Almerinda de Carvalho	PMDB	
283 - Almir Moura	PL	PL/PSL
287 - André Luiz	PMDB	
292 - Antonio Carlos Biscaia	PT	
291 - Bernardo Ariston	PMDB	
289 - Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
532 - Carlos Nader	PFL	
295 - Chico Alencar	PT	
297 - Deley	PV	
294 - Dr. Heleno	PP	
298 - Edson Ezequiel	PMDB	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
307 - Eduardo Paes	PSDB	
301 - Elaine Costa	PTB	
296 - Fernando Gabeira	S.Part.	
528 - Fernando Gonçalves	PTB	
304 - Fernando Lopes	PMDB	
299 - Francisco Dornelles	PP	

539 - Itamar Serpa	PSDB	
302 - Jair Bolsonaro	PTB	
293 - João Mendes de Jesus	PSL	PL/PSL
310 - Jorge Bittar	PT	
305 - José Divino	PMDB	
306 - Josias Quintal	PMDB	
308 - Juíza Denise Frossard	PSDB	
311 - Laura Carneiro	PFL	
312 - Leonardo Picciani	PMDB	
314 - Lindberg Farias	PT	
313 - Luiz Sérgio	PT	
315 - Maria Lucia	PMDB	
318 - Nelson Bornier	PMDB	
	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
320 - Paulo Baltazar	PSB	
319 - Reinaldo Betão	PL	PL/PSL
325 - Renato Cozzolino	PSC	
323 - Roberto Jefferson	PTB	
322 - Rodrigo Maia	PFL	
326 - Sandro Matos	PTB	
327 - Simão Sessim	PP	
328 - Vieira Reis	PMDB	
Presentes Rio de Janeiro: 41		
SÃO PAULO		
330 - Alberto Goldman	PSDB	
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	
333 - Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
329 - Amauri Robledo Gasques	PL	PL/PSL
340 - Angela Guadagnin	PT	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
334 - Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
347 - Bispo Wanderval	PL	PL/PSL
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
344 - Celso Russomanno	PP	
339 - Cláudio Magrão	PPS	
345 - Corauchi Sobrinho	PFL	
348 - Delfim Netto	PP	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
346 - Dimas Ramalho	PPS	
356 - Dr. Evilásio	PSB	
358 - Dr. Hélio	PDT	
350 - Durval Orlato	PT	
351 - Edna Macedo	PTB	
352 - Elimar Máximo Damasceno	PRONA	
353 - Enéas	PRONA	
354 - Gilberto Nascimento	PMDB	
360 - Iara Bernardi	PT	
355 - Ildeu Araujo	PP	
359 - Ivan Valente	PT	
362 - Jamil Murad	PCdoB	
363 - Jefferson Campos	PMDB	
335 - João Batista	PFL	
361 - João Paulo Cunha	PT	
366 - José Eduardo Cardozo	PT	
367 - José Mentor	PT	

368 - Jovino Cândido	PV	
369 - Julio Semeghini	PSDB	
370 - Lobbe Neto	PSDB	
372 - Luciano Zica	PT	
341 - Luiz Antonio Fleury	PTB	
375 - Luiz Carlos Santos	PFL	
	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
376 - Luiz Eduardo Greenhalgh	PT	
371 - Luiza Erundina	PSB	
377 - Marcelo Ortiz	PV	
378 - Marcos Abramo	PFL	
526 - Mariângela Duarte	PT	
374 - Milton Monti	PL	PL/PSL
381 - Nelson Marquezelli	PTB	
379 - Neuton Lima	PTB	
382 - Orlando Fantazzini	PT	
530 - Paulo Kobayashi	PSDB	
383 - Paulo Lima	PMDB	
384 - Professor Irapuan Teixeira	PP	
388 - Professor Luizinho	PT	
385 - Ricardo Izar	PTB	
391 - Roberto Gouveia	PT	
386 - Robson Tuma	PFL	
533 - Rubinelli	PT	
387 - Salvador Zimbaldi	PTB	
389 - Telma de Souza	PT	
392 - Vadão Gomes	PP	
393 - Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL
394 - Vanderlei Assis	PP	
395 - Vicente Cascione	PTB	
396 - Vicentinho	PT	
397 - Walter Feldman	PSDB	
Presentes São Paulo: 64		
MATO GROSSO		
399 - Carlos Abicalil	PT	
400 - Celcita Pinheiro	PFL	
403 - Pedro Henry	PP	
401 - Ricarte de Freitas	PTB	
402 - Rogério Silva	PPS	
405 - Thelma de Oliveira	PSDB	
406 - Welinton Fagundes	PL	PL/PSL
404 - Wilson Santos	PSDB	
Presentes Mato Grosso: 8		
DISTRITO FEDERAL		
408 - Alberto Fraga	PTB	
409 - José Roberto Arruda	PFL	
410 - Maninha	PT	
547 - Osório Adriano	PFL	
412 - Sigmarinha Seixas	PT	
413 - Tadeu Filippelli	PMDB	
414 - Tatico	PTB	
525 - Wasny de Roure	PT	
Presentes Distrito Federal: 8		
GOIÁS		
416 - Barbosa Neto	PSB	
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB	
	Partido	Bloco
GOIÁS		
517 - Enio Tatico	PTB	

418 - João Campos	PSDB
419 - Jovair Arantes	PTB
420 - Leandro Vilela	PMDB
421 - Leonardo Vilela	PP
422 - Luiz Bittencourt	PMDB
423 - Neyde Aparecida	PT
428 - Pedro Chaves	PMDB
424 - Professora Raquel Teixeira	PSDB
427 - Roberto Balestra	PP
429 - Ronaldo Caiado	PFL
425 - Rubens Otoni	PT
426 - Sandes Júnior	PP
431 - Sandro Mabel	PL
Presentes Goiás: 16	PL/PSL
MATO GROSSO DO SUL	
434 - Antonio Cruz	PTB
435 - Geraldo Resende	PPS
433 - João Grandão	PT
436 - Murilo Zauith	PFL
437 - Nelson Trad	PMDB
438 - Vander Loubet	PT
439 - Waldemir Moka	PMDB
Presentes Mato Grosso do Sul: 7	
PARANÁ	
440 - Abelardo Lupion	PFL
441 - Affonso Camargo	PSDB
445 - Alex Canziani	PTB
442 - André Zacharow	PDT
443 - Assis Miguel do Couto	PT
447 - Cesar Silvestri	PPS
446 - Chico da Princesa	PL
453 - Colombo	PT
444 - Dilceu Sperafico	PP
449 - Dr. Rosinha	PT
460 - Dra. Clair	PT
461 - Eduardo Sciarra	PFL
466 - Giacobo	PL
450 - Gustavo Fruet	PMDB
448 - Hermes Parcianello	PMDB
455 - Iris Simões	PTB
451 - José Borba	PMDB
452 - José Janene	PP
454 - Luiz Carlos Hauly	PSDB
456 - Max Rosenmann	PMDB
462 - Moacir Micheletto	PMDB
458 - Nelson Meurer	PP
459 - Odílio Balbinotti	PMDB
464 - Oliveira Filho	PL
	Partido
	Bloco
PARANÁ	
463 - Osmar Serraglio	PMDB

467 - Paulo Bernardo	PT
465 - Ricardo Barros	PP
518 - Selma Schons	PT
469 - Takayama	PMDB
Presentes Paraná: 29	
SANTA CATARINA	
471 - Adelor Vieira	PMDB
476 - Carlito Merss	PT
544 - Edison Andrino	PMDB
479 - Gervásio Silva	PFL
472 - Ivan Ranzolin	PP
473 - João Matos	PMDB
474 - João Pizzolatti	PP
475 - Jorge Boeira	PT
480 - Leodegar Tiscoski	PP
481 - Luci Choinacki	PT
477 - Mauro Passos	PT
482 - Paulo Afonso	PMDB
483 - Paulo Bauer	PFL
529 - Serafim Venzon	PSDB
484 - Vignatti	PT
485 - Zonta	PP
Presentes Santa Catarina: 16	
RIO GRANDE DO SUL	
486 - Adão Pretto	PT
487 - Alceu Collares	PDT
488 - Ary Vanazzi	PT
489 - Augusto Nardes	PP
490 - Beto Albuquerque	PSB
491 - Darcísio Perondi	PMDB
493 - Enio Bacci	PDT
496 - Érico Ribeiro	PP
497 - Francisco Turra	PP
498 - Henrique Fontana	PT
514 - José Ivo Sartori	PMDB
502 - Kelly Moraes	PTB
506 - Luciana Genro	PT
500 - Luis Carlos Heinze	PP
508 - Maria do Rosário	PT
504 - Mendes Ribeiro Filho	PMDB
520 - Milton Cardias	PTB
507 - Nelson Proença	PPS
510 - Onyx Lorenzoni	PFL
511 - Orlando Desconsi	PT
509 - Osvaldo Biolchi	PMDB
512 - Pastor Reinaldo	PTB
513 - Paulo Pimenta	PT
505 - Pompeo de Mattos	PDT
	Partido
	Bloco
RIO GRANDE DO SUL	
515 - Tarçisio Zimmermann	PT
Presentes Rio Grande do Sul: 25	

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As listas de presença acusam o comparecimento de 74 Srs. Senadores e 477 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão do Congresso Nacional.

O objetivo da presente sessão é a apreciação do **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2003**, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007, e do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 31, de 2003, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004.

Tendo em vista que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização está concluindo o seu parecer sobre as matérias e visando a que elas venham ao plenário, devidamente instruídas, a Presidência vai suspender a presente sessão, para reabri-la, segunda-feira, às 11 horas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência comunica também que convoca Sessão Solemne, a realizar-se no dia 19 de dezembro do corrente ano, sexta-feira, às dez horas, no plenário do Senado Federal, destinada à promulgação das Emendas Constitucionais de nºs 41 e 42, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Inocêncio Oliveira.

É lido o seguinte

ATO CONVOCATÓRIO

ADITAMENTO

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do parágrafo 6º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, em aditamento ao Ato Convocatório de 15 de dezembro de 2003, publicado no *Diário Oficial da União* do dia imediato, fazem saber que o período de 16 a 20 de dezembro de 2003, para o qual o Congresso Nacional está convocado extraordinariamente, fica estendido até o dia 23 de dezembro de 2003, sem ajuda de custo.

Congresso Nacional, em 18 de dezembro de 2003. – **Deputado João Paulo Cunha**, Presidente da Câmara dos Deputados, **Senador José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Cumprida a finalidade dos nossos trabalhos, está suspensa a presente sessão.

Muito obrigado às Srªs e aos Srs. Senadores e às Srªs e aos Srs. Deputados.

(A sessão é suspensa às 17 horas e 19 minutos e reaberta dia 22 de dezembro às 11 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilton Capixaba) – Está reaberta a sessão.

Como ficou decidido na Sessão do dia 18, esta Sessão seria reaberta hoje, dia 22, às 11 horas.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2003

A comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 27, de 2003 – CN, “destinada a investigar a regularidade das aplicações de valores arrecadados com o pagamento de multas por infração de trânsito, aferidas por meio de Pardais”, requer a sua prorrogação por 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do Regimento Comum combinado com o art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal.

Justificação

A presente comissão parlamentar Mista de Inquérito, que tem por finalidade a “destinada a investigar a regularidade das aplicações de valores arrecadados com o pagamento de multas por infração de trânsito, aferidas por meio de Pardais”, necessita de que seu prazo seja prorrogado de 180 (cento e oitenta) dias, em razão por ainda não ter sido instalada, estando, presentemente, aguardando indicação de membros pelos líderes partidários.

Assim se faz mister que os ilustres Pares apóiem esta prorrogação, para que os trabalhos sejam iniciados no próximo ano.

Sala das Sessões, de 12 de Dezembro de 2003. – **Aelton Freitas**.

Precursors

- 1) Pyruvate
- 2) 2-ketoglutarate
- 3) 3-hydroxy-3-methyl glutarate
- 4) Suglycine
- 5) 3-hydroxy-3-methyl glutaraldehyde
- 6) Acetyl CoA
- 7) Acetoacetate
- 8) β-hydroxybutyrate
- 9) β-ketoisocaproate

Other precursors

- 10) 3-hydroxy-3-methyl glutaric acid
- 11) 3-hydroxy-3-methyl glutaraldehyde
- 12) Acetyl CoA
- 13) 3-hydroxy-3-methyl glutarate
- 14) Acetoacetate
- 15) β-hydroxybutyrate
- 16) β-ketoisocaproate
- 17) β-hydroxyisobutyrate
- 18) ...
- 19) ...
- 20) ...
- 21) β-hydroxyisovalerate
- 22) ...

Aleijado Freitas
Juvinil da Inféria
(meu Santa)

De mestres: Corrêa

Seny:

ANTERO PAF) DE BARROS

CAPITÃO REGF

Pedro B. Ruy

Mozarido

Emilia Oliveira

Dec. 1900

Requintado

Augusto Botelho

Tio Mano

Fábrica Clóide.

Rosângela Ferrey

Idey Salusti

LEONEL PAES

Hélio de Freitas

Frederico

Geórgio Tamburini

Tácio Dafydd Mottet

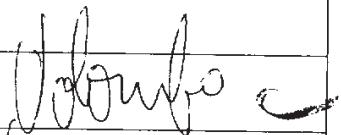
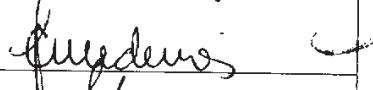
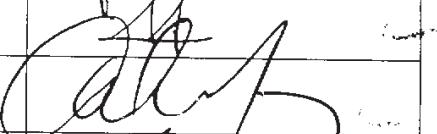
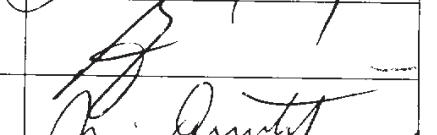
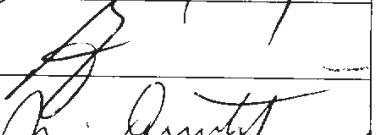
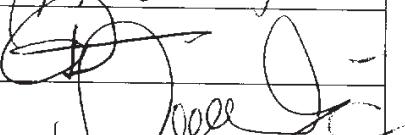
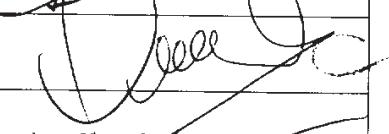
Luisa Tavares

23 - Lúcio
 24 - Fábio
 25 - Gibá Machado
 26 - Dionísio
 27 - Wolney
 28 - Cesar Aguiar

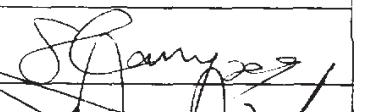
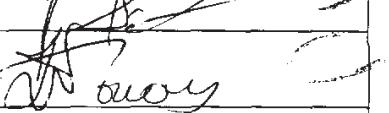
ALBERTO SILVA PRDPi
Romário Tebet
Séba Machado
Rodolpho Tocantins
Antônio Carlos Valadares
Eduardo Azeredo PSDB/MG

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Luciano Lóssio	401	PL	RR	<u>Luciano Lóssio</u>
José Menor	803	PT	SE	<u>José Menor</u>
José Santana de Vasconcelos	854	PL	MG	<u>José Santana de Vasconcelos</u>
JOÃO BATISTA	962	PFL	SP	<u>João Batista</u>
ANTÔNIO JOAQUIM	536	PP	MA	<u>Antônio Joaquim</u>
JOSÉ MILITÃO	402	PTB	MG	<u>José Militão</u>
HELENAZILDO Ribeiro	505	PSDB	AL	<u>Heleuzildo Ribeiro</u>
SALVADOR LIMA BALEO	538	PTB	SP	<u>Salvador Lima Baleo</u>
AUGUSTO MARQUES	936	PP	RS	<u>Augusto Marques</u>
JOÃO MATOS	780	PMDB	SC	<u>João Matos</u>

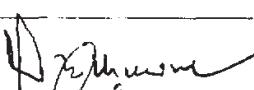
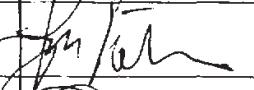
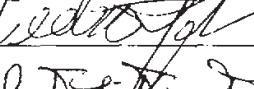
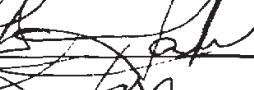
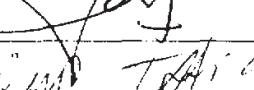
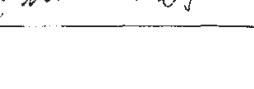
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
COLONBIO	384	PT	PR	
Cesar medeiros	530	PT	MG	
Rubimile	344	PT	SP	
Zonta	366	PP	SC	
Caio Julio	327	PSC	MG	
JOSIAS QUINTAL	611	PMDB	RJ	
Daniel Almeida	317	PCOB	BA	
TJ KAYKU	883	PMDB	PR	

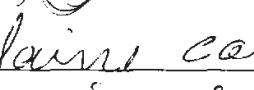
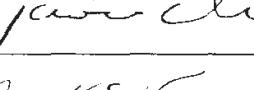
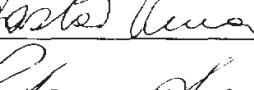
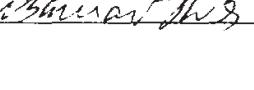
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Silvy Campeos	340	PP	RJ	
João Batista	562	PFL	SP	
Eduardo	570	PDT	PI	
PAULO COVRETA	641	PL	RS	
Alex Canziani	842	PTB	PR	
Zilinda Novais	312	PFL	BA	

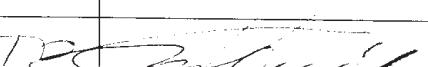
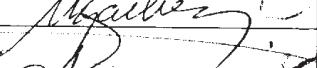
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Wluz Bittencourt	844	PMDB	GOIAS	
Tatíco	560	PTB	DF	
Carlos Willian	422	PSB	MG	
Pastor Pedro Ribeiro	518	PMDB	CE	
Paulo Elio	346	PSDB	RJ	
Hélio Ribeiro	505	PSDB	AL	
Iurez Barzuna	617	PT	BA	
Oswaldo Biacchi	925	PMDB	RJ	
Raimundo Santos	809	PL	BA	
José Mendes de Jesus	572	PSL	RJ	
Enio Tatíco	911	PTB	GO	

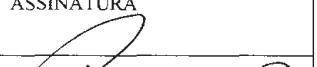
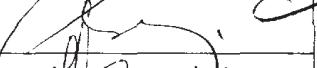
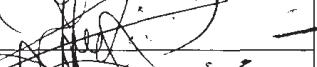
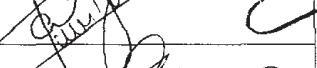
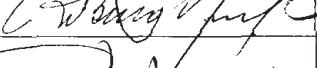
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Wilson Santos	808	PSDB	MT	
Ecostar	728	PTB	RJ	
Inácio Arruda	562	PCdoB	CE	
Gastão Vieira	599	PPB	PR	
Dr. Raimar Arves	729	PSB	MT	

LISTA DE ASSINATURAS

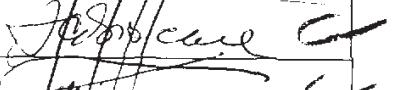
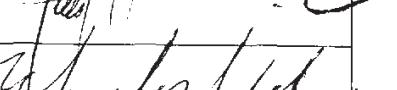
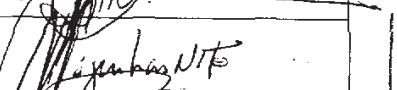
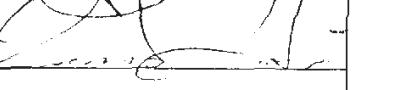
DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Eduardo Gomes	Enzo Souza	850 PMDB	TO	
Confúcio Moura	260 PADS	RJ		
Rose de Farias	Francklin	937 PMDB	ES	
Millon Barbosa	José Magalhães	211 PMDB	MG	
Maurício	422 PFL	BA		
BISPO RODRIGUES	673 PL	RJ		
ALBERTO FRARA	321 PTB	DF		
RAFAEL GUERRA	239 PSDB	MG		
BENEDITO DE LIRA	942 PP	AL		
ORLANDO DESCONSI	329 PT	RS		

LISTA DE ASSINATURAS

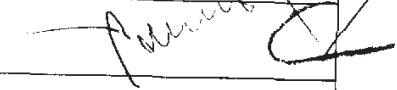
DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Leônio	514 PL	PB		
Zé Lobo	610 PP	PA		
Derval de Paiva	835 PMDB	TO		
MARCOS ABREU	311 PFL	SP		
Mariainha	932 PT	DF		
DR. HEZENO	698 PP	RJ		
ROBERIO NUNES	544 PFL	BA		
FRANCISCO APPIO	424 PP	RS		
EDUARDO CUNHA	510 PMDB	RJ		
Anselmo	802 PT	RO		

* Wellington Roberto

LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
NEUCLER FRAGA	309	PL	ES	
ANTONIO CARLOS BISCAYO	414	PT	RJ	
NELSON MIRAVETELLI	926	PGB	SP	
MARCELO CASTRO	811	PMDB	PI	
VIEIRA REIS	352	PMDB	RJ	
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES ^{Neto}	939	PFL	BA	
PAULO BARTAZAR	515	PSB	RJ	
LUCIANO LEITAO	529	PSB	MA	

LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
JOÃO BATISTA	962	PFL	SP	

LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
GUSTAVO FRUET	821	PMDB	PR	

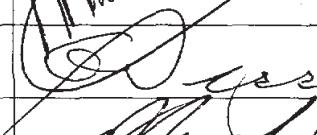
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Neiva Moreira	826	PTB	MA	

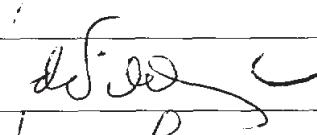
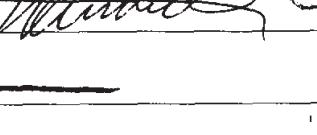
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Newton Lins	509	PTB	SP	

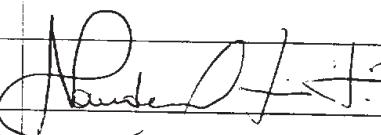
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Bernardo Amorim	710	PMDB	RJ	
REINALDO BETÃO	131	PL	RJ	
Osmar Serraglio	581	PMDB	PR	
NELSON MEurer	916	PP	PR	

LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
LEONARDO VIELA	934	PP	GO	
Luciana Genro	203	PT	RS	
Odaír	556	PT	MG	

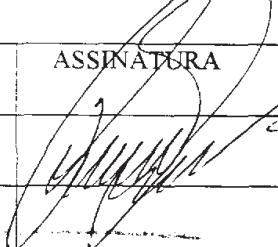
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Bispo Wanderley van der Velde	348	PL	SP	

LISTA DE ASSINATURAS

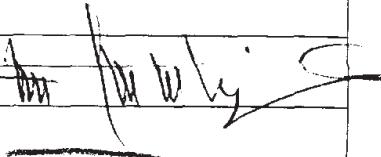
DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
José SANTANA DE VASCONCELOS	654	PL	PR	

LISTA DE ASSINATURAS

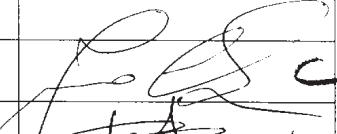
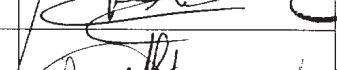
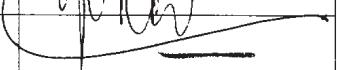
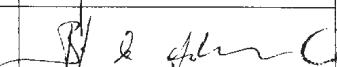
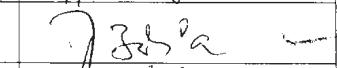
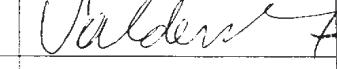
DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Roberto Pessoa	607	PL	CE	

D NOME: ALMEIDA DE JESUS

LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
OSMANIO PEREIRA	602	PTB	MG	

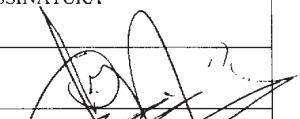
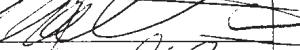
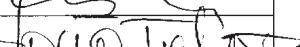
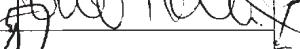
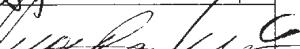
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Jovino Cândido	238	PV	SP	
JULIO SEMEGHINI	242	PSDB	SP	
Ann Ponta	913	PMDB	PA	
GONZAGA MOTA	636	PSDB	CE	
BENÍFAJO DE ANDRADE	235	PSDB	MG	
Júnia da Bacia	941	PSB	AC	
Valdemar Guedes	541	PSC	AP	

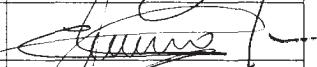
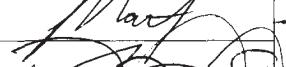
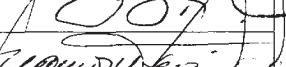
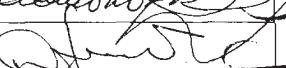
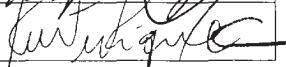
LISTA DE ASSINATURAS

LISTA DE ASSINATURAS

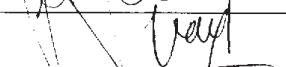
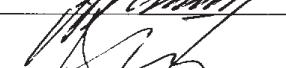
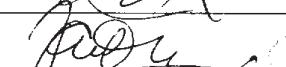
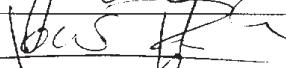
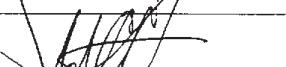
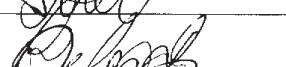
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
RONIVON SANTIAGO	906	PP	AC	
ENVALDO RIBEIRO	840	PP	PB	
MARCELINO FRAGA	322	PMDB	ES	
PHILEMON RODRIGUES	226	PTB	PB	
JOSIAS GOMES	701	PT	BA	
JOAO TOTA	686	PL	AC	
Romero Anuncio	230	PTB	MG	
ISAIAS SILVESTRE	531	PSB	MG	
ARON BEZERRA	413	PTB	CE	
MILTON CARDOSO	705	PTB	RS	

LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
João Batista	968	PFL	SP	
Eduardo Duarte	535	PV	BA	
Celso Russomano	756	PP	SP	
Dr. Francisco Gonçalves	302	PTB	MG	
Leonardo Mattos	914	PV	MG	
Bernardo Ariston	710	PMDB	RJ	
Marcelo Ortiz	931	PV	SP	
Deley	432	PV	RJ	
Wagner Lago	629	PP	MA	
Ricardo Rizze	805	PL	PB	

LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
CORRÊA SALES	832	PFL	BA	
José Javane	608	PF	RJ	
Neiva Moreira	826	PDT	MA	
Nelson Meurer	916	PP	PR	
Athos Avelino	744	PPS	MG	
Mendes Ribeiro Filho	222	PMDB	RS	
João Paulo Gomes da Silva	933	PL	MG	
Professor Luizinho	604	PT	SP	
Júlio Delgado	323	PPS	MG	
Dra. Cláir	469	PT	PR	
Axice Portugal	456	PCdoB	BA	

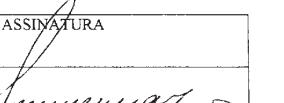
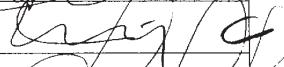
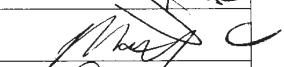
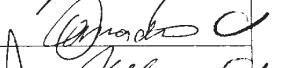
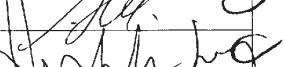
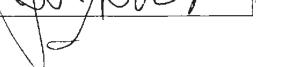
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Sandes Junior Vanderlei Macris	702	PP	GO	Sandes Junior
Dilma Mariz	826	PDT	MA	Dilma Mariz
Mauricio Michelito	478	PMDB	PR	Mauricio Michelito
Nelson Trad	452	PMDB	MS	Nelson Trad
Fraldo Góes	605	PL	PB	Fraldo Góes
Renato Casa Grande	606	PSB	ES	Renato Casa Grande
Maria Helena Silveira	903	PPS	RR	Maria Helena Silveira
Jairinho Taiti	323	PL	PR	Jairinho Taiti
Zé do Borel	760	PT	PR	Zé do Borel
Leônidas Pucciamini	325	PMDB	RJ	Leônidas Pucciamini

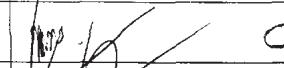
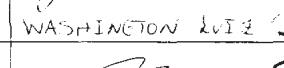
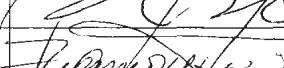
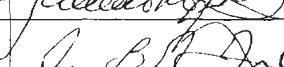
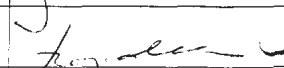
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Hebe Oliveira	352	PP	SP	Hebe Oliveira
Paulo César	68			Paulo César
Renato Casagrande	133	PL	ES	Renato Casagrande
José Pimentel	285	PT	CE	José Pimentel
Ricardo Bigue	805	PL	PB	Ricardo Bigue
Társio Bozzano	432	PTB	RJ	Társio Bozzano
Nilson Pinto	527	PSDB	PA	Nilson Pinto
João Paulo Gomes da Silva	933	PL	MG	João Paulo Gomes da Silva
Augusto Ribeiro	201	PL	MT	Augusto Ribeiro
Renato Casagrande	661	PSB	ES	Renato Casagrande

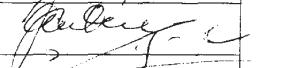
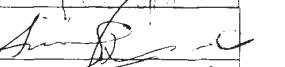
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Fernando Zinnermann	372	PT	RS	
Paulo Silveira	303	PT	RO	
ATHOS AVELINO	744	PPS	MG	
Adriano Valente	369	PT	RS	
João Pedro Pacheco	326	PFL	RN	
Vladimir Gomes	750	PP	SP	
Leonardo de Mattos	914	PV	MG	
Elizmar M. Damasceno	1146	PRONA	SP	
Antônio Góes	368	PTB	MS	
Mauricio Rabbolo	958	PR	TO	

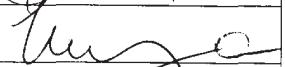
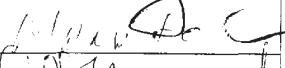
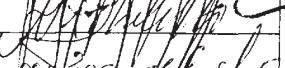
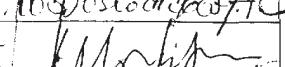
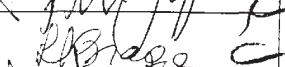
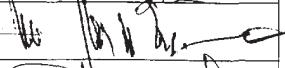
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Prof. Ivanir Távora	513	PP	SP	
Chico Alves	636	PSDB	CE	
Eduardo Ribeiro	890	PR	PB	
Walmir	543	PT	MA	
WILSON MORAES	376	PT	AC	
ANTONIO NEGREIRA	426	PT	AP	
MARCELO ORTIZ	971/932	PV	SP	
José Parente	452	PMDB	PA	
Dilceu Speratíco	461/46	PP	PR	
Pedro Chaves	406	PMDB	GO	
Custodio Mattos	417	PSDB	MG	

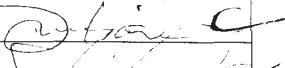
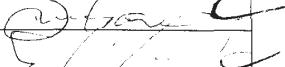
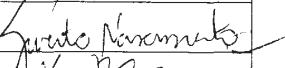
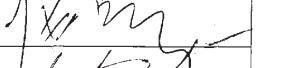
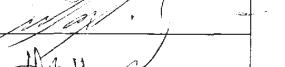
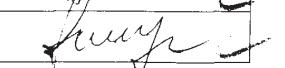
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
AMARIL R. GASQUES	354	P.L.	SP	
Nelson Trad	452	PMDB	MS	
Zé GERARDO	632	PMDB	CE	
Edison Andrade	703	PMDB	SC	
PAULO RUBEM SANTIAGO	229	PT	PE	
Menezes Reis eijo Filho	022	PMDB	RS	
DR. FRANCISCO GONCALVES	302	PTB	AG	
CARLOS MOTA	739	PL	MG	
Loraine Moreira	606	PL	MG	
SEVERIANO ALVES	738	PDT	BA	
JÚLIO CESAR	944	PFZ	PI	

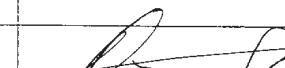
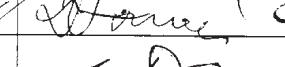
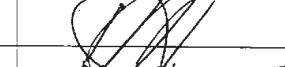
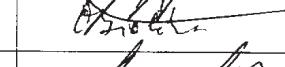
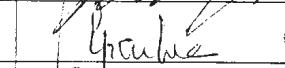
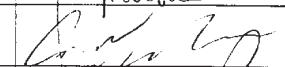
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Aluizio Moura	639	PC	RJ	
(OSVALDO GóES)	444	PL	PE	
LEONARDO CARVALHO	336	PSDB	PA	
WALMIR MENEZES	317	PDT	ES	
MARATO	217	PDT	ES	
Moacir Micheretto	678	PMDB	PR	
BUSCO COSTA	702	PSDB	SE	
FÉLIX MENDONÇA	912	PFZ	BA	
DIVÍA BRAGA	642	PT	PB	
Osmanio Pereira	602	PTB	MG	
Neuquim Fraga	901	PL	ES	

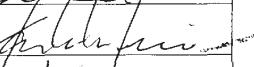
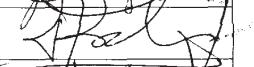
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
JERUAK DE PRIMA	835	PMDB	TO	
José Thomas Nardó	222	PFL	AL	
GILBERTO NASCIMENTO	910	PMDB	SP	
FRANCISCO RODRIGUES	301	PFL	RR	
MARCONDES GADELHA	278	PTB	PB	
JOÃO MAGALHÃES	211	PMDB	MG	
LUIZ BITTENCOURT	211	PMDB	GO	
LUIZ BASSUMA	617	PT	BA	
LUCIANO LEITOA	529	PSB	MA	
OSVALDO DE MUS	943	PSOB	TO	
JONIVAL LUCAS JUNIOR	815	PTB	BA	

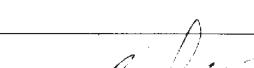
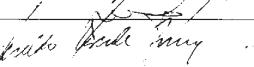
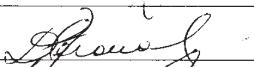
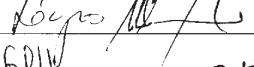
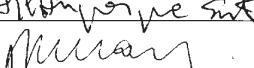
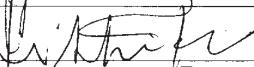
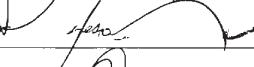
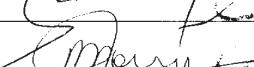
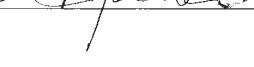
LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Osvaldo Biagi	301	Pd.	MG	
LELINDA ALVARES	312	PFL	BA	
CLOVIS CORRÊA	460	PFL	SP	
B. SÁ	643	PPS	PI	
OSVALDO BICOLCHI	125	PMDB	RS	
ARLINDO CHINAGLIA	706	PT	SP	
EDUARDO BARBOSA	540	PSOB	MG	
CIRO NOGUEIRA	619	PFL	PI	
NARCISO	431	PSOB	MG	

LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Alvino Maura	638	PL	RJ	
Cassiano Sales	850	PSDB	TO	
Assis Miguel do Couto	428	PT	PR	
Ailton Belchior	622	PMDB	PA	
Carlos Neves	817	PP/PR	RJ	
Osvaldo Edúncio	562	PFL	BS	
Wanderley Amorim	935	PRONA	SP	
Jovete Capiberibe	223	PSB	AP	
José Camões	215	PSDB	GO	
Zequinha Maninho	823	PSD	RO	
Paulo Rocha	483	PT	PA	
Washington Luiz	543	PT	MA	

LISTA DE ASSINATURAS

DEPUTADO	GAB	PARTIDO	ESTADO	ASSINATURA
Humberto Machado	580	PL	AM	
Geraldo Resende	905	PPS	MS	
PERONI	518	PMDB	RS	
Wagner Lago	629	PP	MA	
Luis Alves	462	PCB	MG	
Waldemar Coelho	442	PT	RS	
Toni Marques	283	PT	MG	
Mauricio Rabelo	958	PL	TO	
Hamilton Casner	342	PSB	RO	
Elismar	446	PRONA	SP	
Mauro Benevides	210	PMDB	TO	
Wasny de Souza	379	PT	RS	

O SR. PRESIDENTE (Nilton Capixaba) – O requerimento lido contém o número regimental de subscritores.

Nos termos do art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, fica concedida a prorrogação pelo prazo solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Capixaba) – O Senhor Presidente da República adotou em 18 de dezembro de 2003, e publicou em 19 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 151, de 2003**, que “Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Minoria	(PFL/PSDB)
Efraim Morais (PFL)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	César Borges (PFL)
José Agripino (PFL)	Lúcia Vânia (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	Leonel Pavan (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PTB/PL)

Tião Viana (PT)	Fernando Bezerra(PTB)
Antonio Carlos Valadares(PSB)	Roberto Saturnino (PT)
Magno Malta (PL)	Ana Júlia Carepa(PT)

PMDB

Renan Calheiros	Luiz Otávio
Hélio Costa	Ney Suassuna
Sérgio Cabral	Garibaldi Alves Filho

PDT

Jefferson Peres	Almeida Lima
-----------------	--------------

PPS

Mozarildo Cavalcanti	vago
----------------------	------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Nelson Pellegrino	Fátima Bezerra
Arlindo Chinaglia	Iriny Lopes

PFL

José Carlos Aleluia	Kátia Abreu
Rodrigo Maia	Antônio Carlos Magalhães Neto

PMDB

Eunício Oliveira	André Luiz
Mendes Ribeiro Filho	Gustavo Fruet

PSDB

Jutahy Júnior	Antônio Carlos Mendes Thame
Custódio Mattos	Bismarck Maia

PP

Pedro Henry	Celso Russomanno
-------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	Ricarte de Freitas
---------------------	--------------------

Bloco PL/PSL

Valdemar Costa Neto	Bispo Rodrigues
---------------------	-----------------

PSB

Eduardo Campos	Renato Casagrande
----------------	-------------------

*PRONA

Enéas	Elimar Máximo Damasceno
* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.	

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **19-12-2003**
- Designação da Comissão: **22-12-2003**
- Instalação da Comissão: **22-12-2003**
- Emendas: **até 16-2-2004** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **19-12-2003 a 23-2-2004** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **23-2-2004**
- Prazo na CD: **de 24-2-2004 a 8-3-2004** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **8-3-2004**
- Prazo no SF: **de 9-3-2004 a 22-3-2004** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **22-3-2004**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 23-3-2004 a 25-3-2004** (43º ao 45º dia)

O SR. PRESIDENTE (Nilton Capixaba) – O requerimento lido contém o número regimental de subscritores.

Nos termos do art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, fica concedida a prorrogação pelo prazo solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Capixaba) – O Senhor Presidente da República adotou em 18 de dezembro de 2003, e publicou em 19 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 151, de 2003**, que “Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Minoria	(PFL/PSDB)
Efraim Morais (PFL)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	César Borges (PFL)
José Agripino (PFL)	Lúcia Vânia (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	Leonel Pavan (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PTB/PL)

Tião Viana (PT)	Fernando Bezerra(PTB)
Antonio Carlos Valadares(PSB)	Roberto Saturnino (PT)
Magno Malta (PL)	Ana Júlia Carepa(PT)

PMDB

Renan Calheiros	Luiz Otávio
Hélio Costa	Ney Suassuna
Sérgio Cabral	Garibaldi Alves Filho

PDT

Jefferson Peres	Almeida Lima
-----------------	--------------

PPS

Mozarildo Cavalcanti	vago
----------------------	------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Nelson Pellegrino	Fátima Bezerra
Arlindo Chinaglia	Iriny Lopes

PFL

José Carlos Aleluia	Kátia Abreu
Rodrigo Maia	Antônio Carlos Magalhães Neto

PMDB

Eunício Oliveira	André Luiz
Mendes Ribeiro Filho	Gustavo Fruet

PSDB

Jutahy Júnior	Antônio Carlos Mendes Thame
Custódio Mattos	Bismarck Maia

PP

Pedro Henry	Celso Russomanno
-------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	Ricarte de Freitas
---------------------	--------------------

Bloco PL/PSL

Valdemar Costa Neto	Bispo Rodrigues
---------------------	-----------------

PSB

Eduardo Campos	Renato Casagrande
----------------	-------------------

*PRONA

Enéas	Elimar Máximo Damasceno
-------	-------------------------

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **19-12-2003**
- Designação da Comissão: **22-12-2003**
- Instalação da Comissão: **22-12-2003**
- Emendas: **até 16-2-2004** (7º dia da publicação)
 - Prazo final na Comissão: **19-12-2003 a 23-2-2004** (14º dia)
 - Remessa do processo à CD: **23-2-2004**
 - Prazo na CD: **de 24-2-2004 a 8-3-2004** (15º ao 28º dia)
 - Recebimento previsto no SF: **8-3-2004**
 - Prazo no SF: **de 9-3-2004 a 22-3-2004** (42º dia)
 - Se modificado, devolução à CD: **22-3-2004**
 - Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 23-3-2004 a 25-3-2004** (43º ao 45º dia)

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **26-3-2004** (46º dia)

– Prazo final no Congresso: **9-4-2004** (60 dias)

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Capixaba) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Capixaba) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

OF/A/PSB/ 942 / 03

Brasília, 18 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelênci a indicação do Deputado Dr. Evilásio como titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Campos**, Líder do PSB.

OF. PSDB/Nº 2.134/2003

Brasília, 18 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelênci os Deputados Anivaldo Vale e Helenildo Ribeiro, como membros titulares, e os Deputados Julio Redecker e Antônio Carlos Mendes Thame, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 149, de 2003, que “autoriza o Poder Executivo a doar à República da Bolívia vacinas contra a febre aftosa”, em substituição aos membros anteriormente indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSB.

OF. PSDB/Nº 2.139/2003

Brasília, de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelênci os Deputados Carlos Alberto Leréia e Walter Feldman, como membros titulares, e os Deputados Bismarck Maia e Júlio Redecker, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória

nº 150, de 2003, que “altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arrendamento Residencial e dá outras providências”, em substituição aos membros anteriormente indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Capixaba) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Capixaba) – Tendo em vista que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização continua a apreciação dos pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 30, de 2003-CN, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004/2007” e 31, de 2003-CN, que “Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2004”, a Presidência suspende esta sessão para reabri-la, amanhã, às 15 horas.

Está suspensa a presente sessão.

(Suspensa às 11h25min, a sessão é reaberta dia 23 de dezembro às 18 horas e 4 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Está reaberta a sessão.

Como ficou decidido no dia 22, esta Sessão seria reaberta hoje, dia 23, às 15 horas.

Foi feito acordo com todas as Lideranças, desde que a sessão foi suspensa, com amplo entendimento, no sentido de que o *quorum* permaneça, para que possamos votar. Houve triagem prévia na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e o Plenário está pronto para votar a matéria.

Na condição de 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional e em face da ausência do titular, o ilustre Presidente José Sarney, compete-me presidir esta sessão, tendo a assessoria de um dos melhores homens públicos do nosso País, o 1º Secretário Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – O Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Romeu Tuma, fará a leitura do expediente.

É lido o seguinte

Ofício nº P-468/2003 – CMO

Brasília, 23 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelênci para encaminhar, em anexo, para as providências cabíveis, cópia do Ofício nº 001/ Relatoria do PL nº 49/2003-CN, do Deputado Humberto Michiles, Re-

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **26-3-2004** (46º dia)

– Prazo final no Congresso: **9-4-2004** (60 dias)

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Capixaba) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Capixaba) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

OF/A/PSB/ 942 / 03

Brasília, 18 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelênci a indicação do Deputado Dr. Evilásio como titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Campos**, Líder do PSB.

OF. PSDB/Nº 2.134/2003

Brasília, 18 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelênci os Deputados Anivaldo Vale e Helenildo Ribeiro, como membros titulares, e os Deputados Julio Redecker e Antônio Carlos Mendes Thame, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 149, de 2003, que “autoriza o Poder Executivo a doar à República da Bolívia vacinas contra a febre aftosa”, em substituição aos membros anteriormente indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSB.

OF. PSDB/Nº 2.139/2003

Brasília, de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelênci os Deputados Carlos Alberto Leréia e Walter Feldman, como membros titulares, e os Deputados Bismarck Maia e Júlio Redecker, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória

nº 150, de 2003, que “altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arrendamento Residencial e dá outras providências”, em substituição aos membros anteriormente indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Capixaba) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Capixaba) – Tendo em vista que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização continua a apreciação dos pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 30, de 2003-CN, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004/2007” e 31, de 2003-CN, que “Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2004”, a Presidência suspende esta sessão para reabri-la, amanhã, às 15 horas.

Está suspensa a presente sessão.

(Suspensa às 11h25min, a sessão é reaberta dia 23 de dezembro às 18 horas e 4 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Está reaberta a sessão.

Como ficou decidido no dia 22, esta Sessão seria reaberta hoje, dia 23, às 15 horas.

Foi feito acordo com todas as Lideranças, desde que a sessão foi suspensa, com amplo entendimento, no sentido de que o *quorum* permaneça, para que possamos votar. Houve triagem prévia na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e o Plenário está pronto para votar a matéria.

Na condição de 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional e em face da ausência do titular, o ilustre Presidente José Sarney, compete-me presidir esta sessão, tendo a assessoria de um dos melhores homens públicos do nosso País, o 1º Secretário Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – O Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Romeu Tuma, fará a leitura do expediente.

É lido o seguinte

Ofício nº P-468/2003 – CMO

Brasília, 23 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelênci para encaminhar, em anexo, para as providências cabíveis, cópia do Ofício nº 001/ Relatoria do PL nº 49/2003-CN, do Deputado Humberto Michiles, Re-

lator do Projeto de Lei nº 49/2003-CN, aprovado pelo Congresso Nacional e convertido na Lei nº 10.816, de 16 de dezembro de 2003, publicada no **Diário Oficial** da União (**DOU**) de 17-12-2003, na qual foi detectado erro na classificação orçamentária de uma programação constante da página 6 do citado **DOU**, cuja retificação do código da sub-função se faz necessária com vistas a evitar prejuízos à execução do referido subtítulo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente.

Ofício nº 001/Relatoria do PL Nº 49/2003 – CN

Senhor Presidente,

Refiro-me ao Projeto de Lei nº 49, de 2003-CN que, após aprovado pelo Congresso Nacional, converteu-se na Lei nº 10.816, de 16 de dezembro de 2003, publicada no **Diário Oficial** da União (**DOU**) de 17-12-03, e que abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$186.450.000,00 (cento e oitenta e seis milhões, quatrocentos e cinqüenta mil reais).

Sobre a matéria da qual fui Relator nesta Comissão, após a sua publicação, foi detectado equívoco na classificação orçamentária de uma programação constante da página 6 do citado **DOU**. Assim, faz-se necessária republicação para correção da omissão, com vistas a evitar prejuízos à execução do referido subtítulo, da seguinte forma:

Atenciosamente,

Onde se lê:

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E G R M I F VALOR						
			S	I	P	O	U	T	
F	D	D	D	D	D	D	D	E	
26 782	0223 4349	ADMINISTRAÇÃO DE HIDROVIAS						1.000.000	
26 782	0223 4349 0111	ADMINISTRAÇÃO DE HIDROVIAS - HIDROVIA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL	F	3	2	90	0	111	1.000.000

Leia-se:

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E G R M I F VALOR						
			S	I	P	O	U	T	
F	D	D	D	D	D	D	D	E	
26 784	0223 4349	ADMINISTRAÇÃO DE HIDROVIAS						1.000.000	
26 784	0223 4349 0111	ADMINISTRAÇÃO DE HIDROVIAS - HIDROVIA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL	F	3	2	90	0	111	1.000.000

Deputado **Humberto Michiles**, Relator do PL nº 49/2003-CN.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Em votação a republicação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação a republicação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência tomará as necessárias providências.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 1.601

Brasília, 19 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 780 (**CN**), envio a Vossa Excelência os documentos abaixo relacionados, referentes ao Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2002.

Documentos:

1. Aviso nº I.947-GP/TCU.
2. Portaria nº 22, de 28 de janeiro de 2003.
3. Ofício SG/MIPU nº 17, de 10 de junho de 2003.
4. Ofício PGR nº 38, de 28 de janeiro de 2003.

Na oportunidade esclareço que o Tribunal de Contas da União considerou cumpridas as exigências de publicação e encaminhamento dos referidos relatórios, conforme Aviso nº 1.947-GP/TCU.

Atenciosamente, **Cláudio Lemos Fonteles**, Procurador-Geral da República.

lator do Projeto de Lei nº 49/2003-CN, aprovado pelo Congresso Nacional e convertido na Lei nº 10.816, de 16 de dezembro de 2003, publicada no **Diário Oficial** da União (**DOU**) de 17-12-2003, na qual foi detectado erro na classificação orçamentária de uma programação constante da página 6 do citado **DOU**, cuja retificação do código da sub-função se faz necessária com vistas a evitar prejuízos à execução do referido subtítulo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente.

Ofício nº 001/Relatoria do PL Nº 49/2003 – CN

Senhor Presidente,

Refiro-me ao Projeto de Lei nº 49, de 2003-CN que, após aprovado pelo Congresso Nacional, converteu-se na Lei nº 10.816, de 16 de dezembro de 2003, publicada no **Diário Oficial** da União (**DOU**) de 17-12-03, e que abre crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$186.450.000,00 (cento e oitenta e seis milhões, quatrocentos e cinqüenta mil reais).

Sobre a matéria da qual fui Relator nesta Comissão, após a sua publicação, foi detectado equívoco na classificação orçamentária de uma programação constante da página 6 do citado **DOU**. Assim, faz-se necessária republicação para correção da omissão, com vistas a evitar prejuízos à execução do referido subtítulo, da seguinte forma:

Atenciosamente,

Onde se lê:

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E G R M I F VALOR						
			S	I	P	O	U	T	
F	D	D	D	D	D	D	E		
26 782	0223 4349	ADMINISTRAÇÃO DE HIDROVIAS						1.000.000	
26 782	0223 4349 0111	ADMINISTRAÇÃO DE HIDROVIAS - HIDROVIA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL	F	3	2	90	0	111	1.000.000

Leia-se:

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO	E G R M I F VALOR						
			S	I	P	O	U	T	
F	D	D	D	D	D	D	E		
26 784	0223 4349	ADMINISTRAÇÃO DE HIDROVIAS						1.000.000	
26 784	0223 4349 0111	ADMINISTRAÇÃO DE HIDROVIAS - HIDROVIA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL	F	3	2	90	0	111	1.000.000

Deputado **Humberto Michiles**, Relator do PL nº 49/2003-CN.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Em votação a republicação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação a republicação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência tomará as necessárias providências.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 1.601

Brasília, 19 de dezembro de 2003

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 780 (**CN**), envio a Vossa Excelência os documentos abaixo relacionados, referentes ao Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2002.

Documentos:

1. Aviso nº I.947-GP/TCU.
2. Portaria nº 22, de 28 de janeiro de 2003.
3. Ofício SG/MIPU nº 17, de 10 de junho de 2003.
4. Ofício PGR nº 38, de 28 de janeiro de 2003.

Na oportunidade esclareço que o Tribunal de Contas da União considerou cumpridas as exigências de publicação e encaminhamento dos referidos relatórios, conforme Aviso nº 1.947-GP/TCU.

Atenciosamente, **Cláudio Lemos Fonteles**, Procurador-Geral da República.

Aviso nº 1.947-GP/TCU

Brasília, 26 de setembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Cláudio Lemos Fonteles
Procurador-Geral da República
Brasília-DF

Senhor Procurador-Geral,

Com meus cordiais cumprimentos, informo a Vossa Excelência que este Tribunal, ao examinar os relatórios de gestão fiscal concernentes ao 3º quadrimestre de 2002, objeto do TC-001.534/2003-5, decidiu (conforme item 9.1 do Acórdão nº I.201/2003-TCU-Plenário) considerar cumpridas as exigências de publicação e encaminhamento a esta Casa dos referidos relatórios, em obediência aos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como ao inciso I do artigo 5º da Lei nº 10.028/2000.

Por oportuno, encaminho a Vossa Excelência cópia do mencionado Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram.

Atenciosamente, **Valmir Campelo**, Presidente.

ACÓRDÃO Nº 1.201/2003 – TCU – Plenário

1. Processo TC-001.534/2003-5 – c/2 volumes
2. Grupo: II – Classe: VII – Acompanhamento
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Órgãos: Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN ACU1AR.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: SEMAG.
8. Advogado constituído nos autos: não há.
9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), relativo ao 3º quadrimestre de 2002.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator em:

9.1. considerar cumpridas as exigências de publicação e encaminhamento a esta Corte, dos relatórios

de gestão fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2002, em obediência aos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como ao inciso do artigo 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, pelos poderes e órgãos da esfera federal referidos no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

9.2. alertar, nos termos do art. 59, §§ 1º IV e 2º da LRF, o Poder Judiciário e particularmente o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, a respeito da extração de R\$114 mil no limite transitório estabelecido no art. 71 da LRF, em razão de arredondamento indevido;

9.3. alertar o Congresso Nacional para a importância de se aferir a adequação dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, no âmbito de cada Poder, ainda que por estimativa, quando da aprovação das leis orçamentárias, Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, a fim de evitar incompatibilidades entre as dotações autorizadas e a LRF;

9.4. determinar a extração de cópia das fls. 149 do vol. 1 e 34/36 do volume principal, para juntar ao processo de tomada de contas do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, bem como deste Acórdão com o Relatório e Voto que o fundamentam, a fim de que seja promovida diligência para esclarecer a insuficiência de caixa após a inscrição de restos a pagar não processados;

9.5. determinar a comunicação deste Acórdão a todos os poderes e órgãos previstos no art. 20, I, da Lei Complementar nº 101/2000;

9.6. dar conhecimento dos resultados do presente trabalho à Comissão Mista permanente prevista no § 1º do art. 166 da Constituição Federal, por meio do encaminhamento de cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, em obediência ao disposto no inciso III do art. 73 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2002;

9.7. arquivar o presente processo.

10. Ata nº **32/2003 – Plenário**

11. Data da Sessão: 20-8-2003 – Ordinária

12. Especificação do **quorum**:

12.1 Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Marcos Vinícius Vilaça, Humbert Guimarães Souza, Adylson Motta, Walton Alencar Rodrigues, Guilherme Palmeira, Ubiratan Aguiar (Relator) e Benjamin Zymler

12.2. Auditores presentes: Lincoln Magalhães da Rocha, Augusto Sherman Cavalcanti e Marco Bemquerer Costa.

Valmir Campelo, Presidente – **Ubiratan Aguiar**, Ministro-Relator.

Fui presente: **Lucas Rocha Furtado**, Procurador-Geral

GRUPO II - CLASSE VII – Plenário.
TC-001.534/2003-5 - c/2 volumes
Natureza: Acompanhamento
Órgãos: Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
Interessado: Tribunal de Contas da União.

Sumário: Acompanhamento do relatório de gestão fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal relativo ao 3º quadrimestre de 2002. Extrapolação do limite de gastos com despesa de pessoal (art. 71 da LRF), bem como inscrição em restos a pagar sem que houvesse saldo suficiente, contrariando o art. 42 da LRF. Determinações. Alerta aos Poderes e órgãos envolvidos. Comunicação à Comissão Mista permanente prevista no §1º do art. 166 da Constituição Federal. Arquivamento.

RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução da lavra da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal - SEMAG, a seguir transcrita:

Versam os autos sobre o acompanhamento das publicações e do envio a esta Corte de Contas dos Relatórios de Gestão Fiscal concernentes ao 3º quadrimestre de 2002, pelos titulares dos poderes e órgãos da esfera federal, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e do inciso I do artigo 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000 (Lei de Crimes Fiscais), compondo os Volumes I (com 235 folhas) e II (com 203 folhas) deste processo, bem como a análise do conteúdo ali divulgado, nos termos do inciso III do art. 73 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2002).

I - EXAME DA PUBLICAÇÃO E ENVIO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

2. Preliminarmente, verifica-se que Poder Executivo e os 58 (cinquenta e oito) órgãos abaixo relacionados publicaram seus relatórios de gestão fiscal no Diário Oficial da União - DOU dentro do prazo legal, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Documentos que compõem o Volume I:

<i>Poder Executivo</i>	- fls. 01/17
<i>Poder Legislativo</i>	- fls. 46/48
<i>Câmara dos Deputados</i>	- fls. 58/59
<i>Senado Federal</i>	- fls. 61/62
<i>Tribunal de Contas da União</i>	
<i>Poder Judiciário</i>	
<i>Supremo Tribunal Federal</i>	- fls. 71/72
<i>Superior Tribunal de Justiça</i>	- fls. 88/89
<i>Conselho da Justiça Federal</i>	- fls. 91/93
<i>Superior Tribunal Militar</i>	- fls. 97/98
<i>Tribunal Superior Eleitoral</i>	- fls. 100/101
<i>Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas</i>	- fls. 110/111
<i>Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas</i>	- fls. 129/130
<i>Tribunal Regional Eleitoral da Bahia</i>	- fls. 168/169
<i>Tribunal Regional Eleitoral do Ceará</i>	- fls. 171/172
<i>Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal</i>	- fls. 179/181

<i>Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo</i>	- fls. 186/188
<i>Tribunal Regional Eleitoral do Goiás</i>	- fls. 190/191
<i>Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão</i>	- fls. 193/195
<i>Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul</i>	- fls. 200/201
<i>Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais</i>	- fls. 203/204
<i>Tribunal Regional Eleitoral do Pará</i>	- fls. 206/208
<i>Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba</i>	- fls. 210/213
<i>Tribunal Regional Eleitoral do Paraná</i>	- fls. 215/216
<i>Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco</i>	- fls. 218/219
<i>Tribunal Regional Eleitoral do Piauí</i>	- fls. 225/226

Documentos que compõem o Volume II:

<i>Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro</i>	- fls. 01
<i>Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte</i>	- fls. 03/04
<i>Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul</i>	- fls. 18
<i>Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia</i>	- fls. 20/21
<i>Tribunal Regional Eleitoral de Roraima</i>	- fls. 23/24
<i>Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina</i>	- fls. 26/30
<i>Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo</i>	- fls. 34/35
<i>Tribunal Regional Eleitoral de Sergipé</i>	- fls. 37
<i>Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins</i>	- fls. 41/42
<i>Tribunal Superior do Trabalho</i>	- fls. 48/49
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 1ª Região</i>	- fls. 58/59
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 2ª Região</i>	- fls. 61/62
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região</i>	- fls. 74
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 4ª Região</i>	- fls. 77/78
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 5ª Região</i>	- fls. 80/82
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 6ª Região</i>	- fls. 86/87
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 7ª Região</i>	- fls. 89/91
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 8ª Região</i>	- fls. 93/94
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 9ª Região</i>	- fls. 101/102
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região</i>	- fls. 104/105
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 12ª Região</i>	- fls. 127/129
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região</i>	- fls. 131/132
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 14ª Região</i>	- fls. 134/135
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 15ª Região</i>	- fls. 137/138
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 16ª Região</i>	- fls. 140/141
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 17ª Região</i>	- fls. 143/145
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 18ª Região</i>	- fls. 147/148
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 19ª Região</i>	- fls. 151/152
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 20ª Região</i>	- fls. 162/163
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 21ª Região</i>	- fls. 165/166
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 22ª Região</i>	- fls. 174/175
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 23ª Região</i>	- fls. 177/181
<i>Tribunal Regional do Trabalho - 24ª Região</i>	- fls. 183/184
<i>Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios</i>	- fls. 187/188
<i>Ministério Público da União - MPU</i>	- fls. 197/199

3. Ressalte-se que o Conselho da Justiça Federal, à semelhança do ocorrido nos quadrimestres anteriores, efetuou a publicação de um único relatório contendo as informações dos Tribunais Regionais Federais, em conjunto com os dados dos órgãos da Justiça Federal de 1ª Instância, por

força do disposto no parágrafo único do artigo 105 da Constituição Federal, e consoante autorização dada pelo parágrafo único do artigo 73 da Lei nº 10.266/2001.

4. Por sua vez, os Tribunais Regionais de Alagoas e do Rio Grande do Norte além de providenciarem a publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal no Diário Oficial da União, dentro do prazo legal, providenciaram, também, a divulgação tempestiva dos referidos relatórios nos Diários Oficiais de seus respectivos Estados, de acordo com os documentos de fls. 113/114 dos volumes I e II, respectivamente.

5. Verifica-se que o Tribunal Regional do Amapá e o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região publicaram seus relatórios no Diário Oficial da União - DOU fora do prazo previsto no § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101/2000, mas efetuaram a publicação dentro do prazo legal nos Diários Oficiais de seus Estados, conforme fls. 151/154 e 110/111, respectivamente dos volumes I e II. Ademais o TRT-11ª Região encaminhou os comprovantes eletrônicos do envio da matéria à Imprensa Nacional - IN dentro do prazo fixado na Lei supracitada, ou seja, 29/01/03, de acordo com fls. 112 do volume II.

6. Por outro lado, constata-se que os Tribunais Regionais Eleitorais do Acre e do Mato Grosso publicaram seus relatórios no Diário Oficial da União fora do prazo legal, contudo os atrasos foram justificados pelo envio de cópias a este Tribunal dos comprovantes eletrônicos que comprovam o encaminhamento das matérias em tempo hábil à Imprensa Nacional-IN para publicação no DOU ou por Nota da Coordenação de Editoração dos Jornais Oficiais – COEDE, vinculada àquela IN, conforme documentos de fls. 106 e 197/198 do Volume I.

7. Encerrando o presente título e visando dar cumprimento à competência que foi conferida a esta Corte de Contas pelo inciso I do artigo 5º da Lei nº 10.028/2000, constata-se que os Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3º quadrimestre de 2002 foram encaminhados a este Tribunal, pelos poderes e órgãos públicos federais relacionados no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme demonstrado no quadro às fls. 15/17 deste processo, tendo sido o último relatório recebido por esta SEMAG em 1º de abril de 2003.

II - EXAME DAS DESPESAS DE PESSOAL

8. Objetivando visualização geral do cumprimento da LRF, em termos de despesas com pessoal, com base nos Relatórios de Gestão Fiscal, é apresentado a seguir o sumário correspondente:

SUMÁRIO DAS DESPESAS COM PESSOAL DA UNIÃO - LRF 3º Quadrimestre/2002								
Poder/Orgão	DLP	DLP/RCL (A)	Valores em R\$ milhões					
			Limite Legal (B)	Limite Prudencial (C)	Limite Alerta TCU (D)	Limite Transitório (E)	Realizado / Limite Legal (A/B)	Realizado / Lim. Transitório (A/E)
I. Poder Executivo	54.710,4	27,09%	40,90%	38,85%	36,81%	32,82%	66,2%	82,5%
2. Poder Legislativo	2.045,7	1,01%	2,50%	2,38%	2,25%	1,40%	40,4%	72,1%
3. Poder Judiciário	5.946,3	2,95%	6,00%	5,70%	5,40%	3,85%	49,2%	76,6%
4. Min. Públ. União	561,9	0,28%	0,60%	0,57%	0,54%	0,37%	46,7%	75,7%
Total da União	63.264,3	31,33%	50,00%	47,50%	45,00%	38,44%	62,7%	81,5%

9. Dos números acima depreende-se que, em nível mais agregado, o cumprimento dos limites referentes às despesas com pessoal foi bastante satisfatório, em especial quanto ao Poder Executivo, haja vista que, em relação aos limites transitórios vigentes, as realizações permaneceram significativamente inferiores. Evidente que esse fato assume maior expressividade quando a comparação tem como referência o limite legal. Cabe ainda assinalar que o limite transitório do Poder Executivo foi estabelecido em base bem mais confortável que os dos demais integrantes,

relativamente ao limite legal, mas em que pese tal circunstância, sua performance medida pela realização em relação àquele limite, mostrou-se como a mais desfavorável dentre todas.

10. Não obstante, ao ser considerada a análise por órgão individualizado, segundo detalhamento contemplado no demonstrativo de fls. 18/21 do presente volume, em atendimento ao disposto na LRF inciso I do art. 20, parágrafo único do art. 22 e inciso II do § 1º do art. 59, além dos limites transitórios calculados em função do art. 71 – alguns órgãos apresentaram excesso de despesa, conforme a discriminação seguinte:

EXCESSOS DE DESPESA COM PESSOAL 3º Quadrimestre/2002									
Órgão	DLP	DLP/ RCL	Limite Legal	Limite prudencial	Limite TCU	Limite Transitório	Valores em R\$ milhares		
								Excesso DLP s/Limite TCU	Excesso DLP s/Limite Transitório
Trib. Reg. Eleitoral -DF	27.849	0,013792%	0,023642%	0,022460%	0,021278%	0,013735%	-		114
Trib. Sup. do Trabalho	167.858	0,083128%	0,206900%	0,196555%	0,186210%	0,082417%	-		1.437
Trib. Reg. Trab. 2ª Reg.	328.770	0,162816%	0,414900%	0,394155%	0,373410%	0,146748%	-		32.446

11. Da análise empreendida, ressalta-se que o TRE-DF publicou demonstrativo indicando ser aplicável o limite transitório de 0,0138%, quando na realidade o seu percentual de participação, com base no art. 71 da LRF, é de 0,013735%, estabelecido com seis casas decimais pelo Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, implantado pela Portaria STN nº 516/2002. Em decorrência, tal arredondamento indevido distorceu o valor do limite referente às suas despesas com pessoal. Portanto, o seu excesso efetivo é de R\$ 114 mil, sendo passível de eliminação nos dois primeiros quadrimestres de 2003, conforme preceitua o art. 23 da LRF.

12. Com relação ao TST, o excesso demonstrado de R\$ 1.437 mil foi justificado como tendo origem em redução ocorrida na Fonte 56 no exercício de 2002, em relação ao ano-base de 2001, sendo essa fonte origem de recursos específicos para cobertura de despesas com inativos e pensionistas, em vista caber sua alocação à Secretaria de Orçamento Federal. De fato, excedente dessa natureza já vem acontecendo desde o 2º quadrimestre/2002, mas não foi efetuada determinação à época para a sua eliminação por ter sido considerada adequada essa justificativa.

13. Quanto ao excesso de R\$ 32.446 mil apresentado pelo TRT da 2ª Região, seu demonstrativo o desconsiderou, tendo sido alegada pertinente a redução de R\$ 40.535 mil no exercício de 2001 na Fonte 56, ao invés dos R\$ 145.639 mil abatidos na quantificação do limite permitido (transitório). Igualmente ao que foi relatado no parágrafo precedente, desde a avaliação do 2º quadrimestre/2002, tal excesso vem ocorrendo, porém a justificativa então apresentada foi considerada satisfatória.

III - EXAME DAS DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

14. Em termos de controle das despesas com serviços de terceiros, o sumário em seguida demonstra o grau de cumprimento da LRF, com base nos Relatórios de Gestão Fiscal:

SUMÁRIO DAS DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS - LRF 3º Quadrimestre/2002				
Receita Corrente Líquida (RCL) = R\$ 201.927,3 milhões			Valores em R\$ milhões	
Poder/Orgão	DST	DST/ RCL (2002)	DST/ RCL (1999)	Realizado s/Limite
1. Poder Executivo	15.594,4	7,7228%	10,0453%	76,9%
2. Poder Legislativo	274,3	0,1358%	0,1569%	86,6%

3. Poder Judiciário	649,8	0,3218%	0,3812%	84,4%
4. Min. Público União	76,1	0,0377%	0,0344%	109,6%
Total União	16.594,6	8,2181%	10,6177%	77,4%

15. À exceção do Ministério Público da União, os poderes federais mantiveram-se com reduções relevantes nas suas realizações, em confronto com os respectivos limites. O MPU extrapolou em 9,6%, porém em face de sua diminuta influência, o total da União permaneceu com execução compatível para os serviços de terceiros, objeto do controle pertinente à LRF.

16. Relativamente à análise por órgão, conforme detalha o demonstrativo de fls. 22/23 deste volume, consubstanciada pelo art. 72 da LRF, foram consignados excessos de alguns órgãos, como adiante configurados:

EXCESSOS DE DESPESAS DE SERVIÇOS DE TERCEIROS 3º Quadrimestre/2002				
Órgão	DST	Valores em R\$ milhares		
		DST / RCL 2002)	DST / RCL 1999)	Excesso s/Limite
Conselho Justiça Federal	225.514	0,111681%	0,104934%	13.623
Trib. Reg. Eleitoral - MT	2.209	0,001094%	0,000887%	419
Trib. Reg. Eleitoral - PB	2.186	0,001083%	0,000936%	297
Trib. Reg. Eleitoral - PI	1.974	0,000978%	0,000855%	247
Trib. Reg. Eleitoral - RR	1.121	0,000555%	0,000398%	317
Min. Público DF e Territórios	7.452	0,003690%	0,003502%	381
Min. Público da União	68.682	0,034013%	0,030921%	6.244

17. O Conselho da Justiça Federal argumenta que o valor excedente de R\$ 13.623 mil tem origem na instalação de 231 Varas Federais e 38 Gabinetes nos Tribunais Regionais Federais, no período de 1997 a 2001, tendo por base diversos dispositivos legais. Esses eventos tiveram reflexo em 2001, mantendo seus efeitos em 2002, mas há tendência de enquadramento no limite estabelecido. Por sua vez, o art. 72 da LRF dispõe:

"A despesa com serviços de terceiros dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não poderá exceder, em percentual da receita corrente líquida, a do exercício anterior à entrada em vigor desta Lei Complementar, até o término do terceiro exercício seguinte."

18. Daí, infere-se que essa regularização pode ocorrer até o terceiro exercício seguinte, significando dizer que ainda resta o exercício de 2003 para essa finalidade. A ser ressalvado que o Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, em seu item 3.7 interpreta ser 2002 o terceiro ano citado pelo art. 72 da LRF, ao considerar 1999 como ano-base para início da contagem dos três anos. Na realidade, sendo 2000 o início da vigência da referida lei, torna-se automaticamente o ano-base para ser iniciada a contagem em exame.

19. Complementando, em analogia, o antecedente art. 71 da LRF vem em socorro ao entendimento antes delineado, dizendo:

"Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição, até o término do terceiro exercício financeiro seguinte à entrada em vigor desta Lei Complementar, a despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não ultrapassará, em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10% (dez por cento), se esta for inferior ao limite definido na fórmula do art. 20."

20. Assim, a alusão ao exercício anterior contida no art. 72 atem-se unicamente a ter 1999 por referência para o montante da despesa e não, como inferido de forma indevida pela STN, té-lo por

ano de início da contagem dos idênticos três anos explícitos no art. 71, como sendo a partir da vigência da lei.

21. Em continuação da análise das despesas com serviços de terceiros, não foi justificado o excesso de R\$ 419 mil verificado no Tribunal Regional Eleitoral de MT, embora ainda não seja passível de iniciativa do Tribunal para determinar a sua adequação, em face de poder ser procedida em 2003, como visto anteriormente.

22. Alega o Tribunal Regional Eleitoral da PB que a mudança de edifício sede, em 2000, elevou suas despesas com manutenção e conservação de bens e administração, significando excessos em 2001 e 2002, sendo o deste último exercício no valor de R\$ 297 mil. Acrescenta estar impondo restrição de gastos e, com o esperado crescimento da receita corrente líquida, por certo interromperá ocorrência de excedentes. De qualquer forma, conforme a mencionada interpretação do art. 72 da LRF, resta ainda o ano de 2003 para extinção dos atuais excessos.

23. O gasto a maior de R\$ 247 mil do Tribunal Regional Eleitoral do PI, segundo justifica o órgão, resultou da expansão de serviços imprescindíveis à sua atividade fim, em especial contratos com vigilância ostensiva, limpeza e conservação e locação de imóveis para acomodar sete pólos de informática, onde são armazenadas as urnas eletrônicas dispersas por região. Em adição, promete envidar esforços para atender o limite no futuro, cabendo esclarecer que dispõe ainda do próximo exercício, com fundamento no aludido juízo sobre o art. 72 da LRF.

24. O Tribunal Regional Eleitoral de RR, que ultrapassou seu limite em R\$ 317 mil, informou ter contado com sede própria somente em 1999, além de ter alugado imóvel em 2000 para instalar dois cartórios eleitorais, ambos os casos geradores de novas despesas com terceiros. Acrescentou que tais despesas foram lastreadas na Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (LOA/2002). A ser também levado em conta que remanesce o exercício de 2003, em decorrência da apreciação no que se refere ao art. 72 da LRF.

25. Apesar de o Ministério Público do DF e Territórios não ter comentado os R\$ 381 mil excedentes, tal efeito não mais poderá se verificar em 2003, último ano para atender o limite, segundo a citada tradução do art. 72 da LRF.

26. De idêntico modo, o Ministério Público da União não se manifestou sobre o seu excesso de R\$ 6.244 mil, restando aguardar a execução dessas despesas em 2003, para aferir o enquadramento no limite legal, como diz o art. 72 da LRF.

27. Não constou da tabela em análise o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, que comparou suas despesas com serviços de terceiros do 3º quadrimestre/2002, com as do ano de 2001, como publicado, quando na realidade tal comparação deveria ser com 1999, em obediência ao art. 72 da LRF.

28. O Supremo Tribunal Federal, embora amparado pela Decisão TCU nº 974/2001 - Plenário, deixou de incluir em seu demonstrativo as despesas com serviços de terceiros relacionadas ao Projeto INFOJUS, desobedecendo o disposto no item 3.7 do "Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal", instituído pela Portaria STN nº 516/2002, sobre o quê deverá ser proposta iniciativa apropriada pelo Tribunal.

29. Ainda no que se refere às despesas com serviços de terceiros, cabe menção ao fato dos tribunais eleitorais não terem comparado seus gastos referentes ao programa do pleito eleitoral, com igual programa do ano de 2000, em atendimento ao § 4º do art. 20 da Lei nº 10.266/2001 (LDO). O teor do parágrafo citado bem elucida a questão:

"Art. 20 ...

§ 4º A aplicação do limite de que trata o art. 72 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para fins das despesas necessárias à realização do processo eleitoral do ano de 2002, tomará como base o montante verificado no exercício de 2000, desde que constante de programação específica".

30. Pelo exposto, haverá proposta em busca de adequação da ausência da informação praticada pelos tribunais eleitorais, provavelmente oriunda do TSE.

IV - EXAME DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA

31. Em seguida, por meio de sumário, ficam evidenciados os valores correspondentes às disponibilidades:

SUMÁRIO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA - LRF 3º Quadrimestre/2002					
Valores em R\$ milhões					
Poder/Órgão	Ativo Disponível	Obrigações	Suficiência de Caixa antes Insc. Restos a Pagar	Inscrições em Restos a Pagar	Suficiência de Caixa após Insc. Restos a Pagar
1. Poder Executivo	99.025,9	13.421,0	85.604,9	13.826,8	71.778,1
2. Poder Legislativo	288,3	33,2	255,1	149,7	105,4
3. Poder Judiciário	1.140,4	428,7	711,7	514,3	197,4
4. Min. Público União	34,7	0,8	33,8	26,6	7,3
Total União	100.489,3	13.883,7	86.605,6	14.517,4	72.088,2

32. Da análise dos saldos agregados das disponibilidades, conclui-se que eram suficientes para cobertura dos restos a pagar do exercício, contudo, quando examinados individualmente os órgãos, de acordo com o anexo de fls. 24/25 do presente volume, conforme dispõe a alínea "a" do inciso III do art. 55 da LRF, ocorreram insuficiências de caixa, assim caracterizadas:

INSUFICIÊNCIAS DE CAIXA 3º Quadrimestre/2002					
Valores em R\$ milhares					
Órgão	Ativo Disponível	Obrigações	Suficiência de Caixa antes RP	Inscrições em Restos a Pagar	Suficiência de Caixa após RP
Trib.Reg.Trabalho-17ºReg.	725	700	25	665	-640
Trib.Reg.Trabalho-23ºReg.	3.380	3.464	-84	3.146	-3.230

33. O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região publicou demonstrativo onde fica configurada insuficiência de caixa de R\$ 640 mil, após a inscrição dos restos a pagar do exercício, necessitando apresentação de justificativa correlata.

34. Quanto ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, seu quadro indicou insuficiência de R\$ 84 mil já antes da inscrição em restos a pagar, de igual modo requerendo a adoção de providências por parte desse órgão para explicação a respeito.

V - EXAME DOS RESTOS A PAGAR

35. Também a serem verificados os recursos que permaneceram em restos a pagar, cujo sumário é explicitado a seguir:

SUMÁRIO DOS RESTOS A PAGAR - LRF 3º Quadrimestre/2002					
Valores em R\$ milhões					
Poder/Orgão	Processados de Ex. Anteriores	Processados do Exercício	Não Processados do Exercício	Total Restos a Pagar	Suficiência Antes da Insc. RP N Proc.
1. Poder Executivo	1.497,7	4.944,3	13.826,8	20.268,8	85.604,9
2. Poder Legislativo	0,1	3,4	149,7	153,2	255,1
3. Poder Judiciário	5,8	57,2	514,3	577,3	711,7

4. Min. Público União	0,1	0,7	26,6	27,4	33,8
Total da União	1.503,7	5.005,6	14.517,4	21.026,7	86.605,5

36. Fica constatado que a inscrição em restos a pagar manteve-se em nível compatível com as disponibilidades, quando avaliadas nessa visão resumida. Entretanto, com base na discriminação por órgão constante do demonstrativo de fls. 26/27 deste volume, com respaldo na alínea "b" do inciso III do art. 55 da LRF, foram constatadas insuficiências de disponibilidades, como indicado em seguida:

RESTOS A PAGAR SEM DISPONIBILIDADES - LRF 3º Quadrimestre/2002					
Valores em R\$ milhares					
Órgão	Processados de Ex. Anteriores	Processados do Exercício	Não Processados do Exercício	Total Restos a Pagar	Suficiência antes da Insc. RP Não Processados
Trib.Reg.Trabalho - 17º Reg.	0	19	665	684	25
Trib.Reg.Trabalho - 23º Reg	0	0	3.146	3.146	-84

37. Como explicitado nos itens 33 e 34 precedentes, ocorreu insuficiência de caixa após a inscrição dos restos a pagar não processados, referente ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, com indicação de caixa de cerca de R\$ 25 mil, contra R\$ 684 mil de restos a pagar. Por sua vez, o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, já exibe insuficiência de caixa antes da inscrição em restos a pagar no valor de aproximadamente R\$ 84 mil, com restos a pagar não processados de R\$ 3.146 mil, requerendo em ambos os casos a obtenção de maiores informações para elucidar os fatos.

VI - EXAME DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DÍVIDA CONSOLIDADA, GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

38. Encontra-se adiante a exibição conjunta dos sumários relativos às operações de crédito, à dívida consolidada e às garantias concedidas, referentes à esfera federal:

SUMÁRIO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - LRF 3º Quadrimestre/2002			
Valores em R\$ milhões			
Receitas de Capital	Exercício de 2001	Exercício de 2002	Var.(2002/2001)
Operações de Crédito Externas	19.913,3	16.334,3	-18,0%
Operações de Crédito Internas	248.754,1	269.245,5	8,2%
Operações de Crédito - Sub-total	268.667,4	285.579,8	6,3%
Antecipações de Receitas	0,0	0,0	0,0%
Total das Operações de Crédito	268.667,4	285.579,8	6,3%
Despesas de Capital (Límite inciso III do art. 167, CF)	309.707,9	335.855,4	8,4%

39. A realização das operações de crédito no exercício de 2002 enquadrava-se no limite das despesas de capital estabelecido no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, com folga substancial, pois a execução foi da ordem de 85% com relação à totalidade das despesas de capital efetuadas no mesmo ano. Comparativamente ao exercício de 2001, os números inerentes a 2002 foram ligeiramente mais favoráveis nesse contexto, uma vez que mostra incremento inferior nas operações de crédito em relação às despesas de capital. Aliás, em 2001 o limite constitucional foi superado, fato esse não reproduzido em 2002, conforme comentário antecedente.

SUMÁRIO DA DÍVIDA CONSOLIDADA - LRF
3º Quadrimestre/2002

Valores em R\$ milhões

Discriminação	Saldo do Exercício Anterior (2001)	Saldo do Exercício Atual (2002)	Variação (2002/2001)
Dívida Consolidada	997.703	1.183.356	18,6%
Dívida Mobiliária	927.700	1.094.063	17,9%
Dívida Contratual	43.632	63.610	45,8%
Outras Dívidas	26.371	25.683	2,6%
Deduções	452.486	549.497	21,4%
Ativo Disponível	84.853	89.870	5,9%
Haveres Financeiros	367.633	459.627	25,0%
Dívida Consolidada Líquida	545.217	633.859	16,3%
Receita Corrente Líquida (RCL)	167.739	201.927	20,4%
Dívida Consolidada Líquida / RCL	325%	314%	-3,4%
Límite da Proposta do Poder Executivo para o Senado Federal	350%	350%	-

40. Apesar da dívida consolidada líquida ter crescido em 16,3% no exercício de 2002, o incremento superior da receita corrente líquida, que alcançou 20,4%, traduziu-se em menor relação dívida/receita, ou seja, obteve-se redução favorável de 3,4%. De modo ilustrativo, os 314% da referida relação estariam compatíveis se comparados com o limite de 350%, proposto pelo Poder Executivo ao Senado Federal, contudo até agora não regulamentado.

SUMÁRIO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS – LRF
3º Quadrimestre/2002

Valores em R\$ milhões

Discriminação	Saldo do Exercício Anterior (2001)	Saldo do Exercício Atual (2002)	Variação (2002/2001)
GARANTIAS	107.945,3	158.180,4	46,5%
AVAIS	0	0	0,0%
FIANÇAS	107.945,3	158.180,4	46,5%
Operações de Crédito Externas	76.877,9	110.706,2	44,0%
Operações de Crédito Internas	31.067,4	47.474,2	52,8%
Receita Corrente Líquida (RCL)	167.739,1	201.927,3	20,4%
GARANTIAS/RCL	64,4%	78,3%	21,6%
Límite da Proposta do Poder Executivo ao Senado Federal	60,0%	60,0%	0,0%
CONTRAGARANTIAS	68.145,2	97.611,3	43,2%
AVAIS	0	0	0,0%
FIANÇAS	68.145,2	97.611,3	43,2%
Operações de Crédito Externas	66.447,1	95.084,6	43,1%
Operações de Crédito Internas	1.698,1	2.526,7	48,8%

41. Enquanto as garantias elevaram-se em 46,5% no ano de 2002, as receitas correntes líquidas indicaram acréscimo de 20,3%. Essa diferença de crescimento propiciou o aumento, na relação garantias/receitas, de 64,4% em 2001 para 78,3% em 2002. Cabe ênfase ao fato de em ambos os anos essa relação ter superado o limite de 60% proposto pelo Poder Executivo ao Senado Federal, apesar de ainda não se constituir de limite legal.

42. As contragarantias, no exercício de 2002, superaram em 43,2 % o valor realizado em 2001, entretanto não há proposta disponível de limite mínimo que permita comparação, sendo que o limite máximo constitui-se na própria garantia concedida.

VII - CONCLUSÃO

43. Considerada numa perspectiva geral, pode-se afirmar que a LRF está sendo cumprida plenamente na esfera federal. Alguns poucos desvios de menor monta, detectados em especial em órgãos do Poder Judiciário, além de terem sido justificados em sua maior parte, tendem a ser sanados no futuro, e, prazos oferecidos pela própria lei.

44. Mesmo levando-se em conta esse cumprimento positivo da LRF, merecem abordagem alguns aspectos relacionados a desvios observados ou potenciais, além da necessidade de consubstanciar certos procedimentos inerentes ao seu controle.

45. Inicialmente, a ser registrado o atendimento tempestivo da publicação e do encaminhamento ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal previstos nos artigos 54 e 55 da LRF, relativos ao 3º quadrimestre de 2002, pelos poderes e órgãos devidos, conforme relação do art. 20 da LRF e disposição do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19/10/2000 (Lei de Crimes Fiscais).

46. Com relação às despesas com pessoal, o excesso verificado na realização do Tribunal Regional Eleitoral - DF, com eliminação a ser empreendida nos dois primeiros quadrimestres de 2003, como estabelece o art. 23 da LRF, é passível de alerta do Tribunal via recomendação específica. No que se refere aos excessos apresentados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Tribunal Regional do Trabalho - 2ª Região nas despesas com pessoal, as ocorrências de redução de recursos da Fonte 56 em 2002, cuja alocação é da competência da Secretaria de Orçamento Federal, justificam plenamente tais excedentes, não havendo como eliminá-los.

47. Relativamente às despesas com serviços de terceiros, foram observados diversos desvios em relação ao limite imposto pela LRF, de acordo com o relato contido no título III. Contudo, esses excessos ainda não são passíveis de adoção de medida saneadora pelo Tribunal, em vista do disposto no art. 72 da LRF, pela interpretação refletida nos itens 17 a 20. Tal assertiva, contudo, não inibe alerta do Tribunal no sentido de os órgãos promoverem em tempo hábil os indispensáveis ajustes.

48. Haverá ainda proposição para o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região proceder à substituição dos valores referentes ao ano de 2001 pelos de 1999, com a finalidade de obter comparação como dispõe o art. 72 da LRF. Ademais, serão acrescentadas propostas para adequação do demonstrativo das despesas com serviços de terceiros do STF, e pedido de esclarecimento aos tribunais eleitorais, pois não compararam as despesas relacionadas ao pleito eleitoral de 2002 com o de 2000.

49. Quanto a ocorrências constatadas nos demonstrativos de Restos a Pagar e de Disponibilidades, verificou-se insuficiência de caixa nos Tribunais Regionais do Trabalho - 17ª e 23ª Regiões para contemplar inscrições de restos a pagar, o que deverá motivar proposição para apresentação de justificativas esclarecedoras.

50. As operações de crédito corresponde demonstrativo próprio no item 38, onde se encontram discriminadas. No sentido de obter-se avaliação se o limite determinado pelo art. 167 da Constituição Federal está sendo obedecido, optou-se por introduzi-lo no demonstrativo. A ser esclarecido que esse limite refere-se ao valor realizado das despesas de capital, não tendo sido superado em 2001 e 2002, como exibe o mencionado demonstrativo.

51. Os valores relativos à dívida consolidada e às garantias concedidas constam do relatório do Poder Executivo como meros informativos de suas evoluções, tendo em vista não encontrarem-se disponíveis os limites legais que permitam comparações. Todavia, procurando tornar mais efetivo o exame empreendido, as realizações foram comparadas com os limites propostos pelo Poder Executivo ao Senado Federal, embora não apreciados até o presente momento.

VIII - PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

5.2. Em decorrência do relato precedente, propõe-se a adoção pelo Tribunal das seguintes iniciativas:

0,013735% da receita corrente líquida. Entretanto o demonstrativo publicado indicou o limite de 0,0138%, resultando em um excedente de R\$ 114 mil. Tudo indica que a extração ocorreu por erro de arredondamento. Em razão disso, cabe alertar ao Poder Judiciário e ao respectivo órgão a respeito da extração constatada, nos termos do art. 59, §§ 1º, IV e 2º da LRF.

8. No que concerne às extrações do limite para despesas com serviços de terceiros (LRF, art. 72), por alguns órgãos da Justiça Eleitoral (TRE/MT, TRE/PI, TRE/PB e TRE/RR), devo consignar que não prejudicaram os limites fixados para a Justiça Eleitoral como um todo. Entretanto, os órgãos do Poder Judiciário devem ser alertados, nos termos do disposto no § 1º do art. 20 e art. 59, §§ 1º e 2º da LRF.

9. Importa esclarecer que tais extrações não foram suscitadas quando do exame das contas do Governo de 2002, sob a minha relatoria, em razão dos índices terem sido examinados a nível de órgãos superiores, no âmbito do Poder Judiciário, em atendimento ao § 1º do art. 20 da LRF. Desse modo, apresentaram distorções apenas a Justiça Federal e o Ministério Público da União, os quais tiveram suas justificativas acolhidas em face de autorização legislativa.

10. Ante as justificativas apresentadas pelo TRE/RR, de que todas as despesas foram autorizadas pela Lei Orçamentária Anual de 2002, percebe-se a incongruência, posto que, em termos operacionais estes limites deveriam ter sido aferidos quando do encaminhamento das propostas orçamentárias de cada órgão, lembrando que a Lei Orçamentária Anual não pode contemplar autorização sem respaldo na LDO. De modo que, se alguma extração fosse autorizada, deveria estar acompanhada da respectiva justificativa já no âmbito do processo legislativo. Assim, ao que tudo indica, idêntica situação se repetiu com os demais órgãos da Justiça Eleitoral, TRE/MT, TRE/PI e TRE/PB.

11. Destarte, quanto à observância dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, faz-se mister alertar o Congresso Nacional para a importância de se aferir a adequação dos mesmos, no âmbito de cada Poder, ainda que por estimativa, quando da aprovação das leis orçamentárias (Plano Pluriannual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA), a fim de evitar incompatibilidades entre as dotações autorizadas e a LRF.

12. No tocante à dúvida suscitada com relação à interpretação do art. 72 da LRF, discordo com a proposição da Unidade Técnica, por entender que o terceiro exercício a que se refere tal dispositivo é 2002, *in verbis*:

"Art. 72. A despesa com serviços de terceiros dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não poderá exceder, em percentual da receita corrente líquida, a do exercício anterior à entrada em vigor desta Lei Complementar, até o término do terceiro exercício seguinte.".

13. Ao compararmos o dispositivo *ut retro* com o art. 71 da mesma Lei, o qual estabelece a exigibilidade do limite provisório para despesa com pessoal até o exercício de 2003, dessume-se que, se a mens legis fosse uníssona, teria disposto, de igual forma no art. 72, que, até o término do terceiro exercício financeiro seguinte ao da entrada em vigor da LRF, as despesas com serviços de terceiros não poderiam exceder, em percentual da receita corrente líquida, a do exercício imediatamente anterior.

4. Diante disso, deixo de acolher a sugestão de determinar à Secretaria do Tesouro Nacional a especificação do item 3.7 da 2ª edição do Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal.

5. Em relação às inscrições em restos a pagar com insuficiência de saldo, suscitadas no item 32 do relatório, após consulta (Siafi) ao Balanço Financeiro dos TRTs da 17ª e 23ª Região (fls. 29/33, Vp.), verifico que não houve infringência ao art. 42 da LRF e sim erro na elaboração dos demonstrativos, que incluiram indevidamente o valor dos restos a pagar não processados na coluna "Obrigações Financeiras", fls. 144 e 178, Vol. 2). Dessa feita, divirjo da proposta da Semag, por entender que o caso requer apenas determinação aos respectivos Tribunais para elaborarem o "Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa" e acordo com o item 3.5 do Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal/STN, 2ª edição.

6. De outro modo, compulsando os autos (fl. 149, Vol. 1) e após consulta ao Siafi 2002 (fls. 4/36, Vp.), constato que o TRE/AP inscreve restos a pagar não processados acima do saldo disponível,

gerando uma insuficiência após a inscrição no valor de R\$ 436,10, em descordo com o art. 42 da LRF. Tal prática representa grave infração à norma legal, que pode ensejar determinação para que o órgão anule inscrição no respectivo montante, ou, na impossibilidade, que os responsáveis restituam aos cofres públicos o valor despendido sem autorização legislativa. Contudo, considerando que no exercício de 2003 (Siafi2003) houve cancelamento de restos a pagar no montante de R\$ 2.784,68, a ilegalidade, caso confirmada ensejaria apenas determinação ao TRE/AP para abster-se de tal prática.

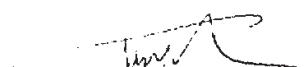
17. Não obstante isso, a alternativa mais adequada é juntar cópia das fls. 149 do Vol. I e 34/36 do Volume Principal, bem como dos presentes Relatório e Voto e do Acórdão que vier a ser proferido, às contas do órgão, a fim de que seja promovida diligência para esclarecer a irregularidade.

18. Quanto à alegada inobservância do art. 20, §1º da LDO/2002, por parte do Tribunal Superior Eleitoral, haja vista não ter publicado o comparativo das despesas com serviços de terceiros (LRF, art. 72) do programa relativo ao pleito eleitoral de 2002 com o do exercício de 2000, apesar da não publicação, tal demonstrativo foi fornecido juntamente com a tomada de contas do órgão, relativa ao exercício de 2002, e atende aos limites estabelecidos na LRF. Dessa forma, considerando que o respectivo limite é de natureza transitória e não se aplica ao exercício de 2003, deixo de proferir determinação por revelar-se inócuo.

19. No tocante às despesas relacionadas ao Projeto INFOJUS, realizadas pelo Supremo Tribunal Federal, embora amparado pela Decisão TCU nº 974/2001 - Plenário, não exime o órgão de incluí-las no demonstrativo das despesas com serviços de terceiros, nos moldes do item 3.7 do "Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal", instituído pela Portaria STN nº 516/2002, para efeito de cumprimento do art. 72 da LRF, acrescida da justificativa pertinente. Contudo, deixo de acolher a determinação proposta, considerando que a exigibilidade do limite para despesas com serviços de terceiros vigeu apenas até 2002.

Ante o exposto, divergindo em parte da proposta da Semag, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 20 de agosto de 2003.



UBIRATAN AGUIAR
Ministro-Relator

Referência: Aviso nº 1.947 GP/TCU, de 26 de setembro de 2003

Procedência: Tribunal de Contas da União

DESPACHO

De ordem, encaminhe-se o presente expediente à Secretaria-Geral do Ministério Pùblico Federal.
Brasília, 7 de outubro de 2003. – **Roberto Baptista**, Chefe de Gabinete.

Devedores p/ comércio	11.076.204,30	Reservas de capital	239.010,42	ANEXO
Debitos de fornecedores	147.344,91	Aplic. Em incipientes, Renda	1239.010,42	
Direitos, impostos, etc. a rec.	652.440,83	Reservas de lucro	784.540,98	
Entregueiros e acais, Tesouraria	160.109,10	Reservas legal	1784.540,98	
Fimais em custodia	2.431,73	Lucros e ret. Acumulados	2.116.121,97	34.600 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Anexo permanente	1.633.687.086,50	Lucro no exercício, Anexo	51.057,54	CRONGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2003
Investimentos	313.504,33	Resulado do exercício	11.765.064,43	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS OUTRAS DESPESAS COR- RENTES E DE CAPITAL
Participações em outras socied.	74.190,21			R\$ 1,00
Receivíveis fiscais	139.314,12			
Impostos fixos	161.373.582,17			
Res. revaloriz.	11.849.491,66			
Despesas com bens imobiliários	659.495,31			
Res. impostos	178.291.183,92			
Despesas com bens imobiliários	37.287.693,39			
Individuais em conta	10.457.062,79			
Desp. Autonomia estad. e fed. Soc.	303.807,82			
Despesas com remuneração	102.807,58			
Passivo	198.771.222,62			
Passivo circulante	3.143.473,19			
Créd. venc. Nao cobra. restante	3.143.473,19			
Corres a terceiros	125.050,12			
Provisão	11.048.531,71			
Créd. fiscal e trabalhistas	17.843,28			
Cred. Profissionais adicionais	13.269,88			
Imp. competencia a receber	54.905,01			
Títulos financeiros a receber	15.135,93			
Acumulação de resultados	24.811,91			
Reserve para riscos, Recursos	38.072,29			
Contas de terceiros	59.583,78			
Honorário Jurídico	195.031.848,73			
Capital social	191.792.175,26			
Total invest.	191.792.175,26			

PORTEIRA N° 22, DE 28 DE JANEIRO DE 2002

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, em exercício do cargo de PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso IV, do art. 54 e § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2002, consubstanciado na Portaria.

WILHELM FEBBRAZ DÍAZ NORIEGA

ANEXO

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º ANIVERSÁRIO - DEZEMBRO/2002**

DESPESA COM PESSOAL		DESPESA LIQUIDA EM 2005 E DEZEMBRO
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL R\$		
Pessoal Ativo		846.658
Pessoal Externo e Requisitado		182.152
Despesa de Compração (art. 184 1º da LRF)		302.544
(i) Indenizações por Desmobil. e Desloc. e Desmobil. Voluntária		
(ii) Deternções ou Decisão Judicial		41
(iii) Despesas de Ajustes Amateros		216.621
(iv) Indem. para Recursos Financeiros		33.524
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERRITÓRIO- CIA (art. 111, I, da LRF)		-
TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL R\$ - 2.		426.244
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL R\$ - 3.		301.972
% DA TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL APENAS A BCI (IV+V+VI+VII)		73,7%
LÍMITE LEGAL (GRUPO I II III IV V VI de LRF) - 4.		411.104
LÍMITE PESQUISA (apenas o art. 22 da LRF) - 5.		180.794
EXCEÇÃO DA ALTERAÇÃO DE REMUNERACAO OU SUBSTÍTUIÇÃO POR LEI ESTADUAL E REVISÃO ANUAL (ARTIGO X - 37 DO CT)		43.114
% DE FIXAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE REMUNERACAO OU SUBSTÍTUIÇÃO POR LEI ES- TADUAL E REVISÃO ANUAL (ARTIGO X - 37 DO CT)		0,034%
TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (desloc. e desloc. provisória) no mês X - 11 de CT - R\$ 387.000,00 - 6.		383.396
LÍMITE VERIFICADO (no dia 21 de LRF) - 8.		341.131

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E TERRITÓRIOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO a DEZEMBRO/2003

REF. AT-25, parágrafo 1º, alínea "a" - item 1		DISPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	DISPESA LÍQUIDA COM PESSOAL
			ADMÍTIDA E DESCONSIDERADA
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I)			12.312
Pessoal Ativo			104.294
Pessoal Ativo e Pensionista			22.243
Despesas não Correntes (art. 19, § 1º da LBP)			34.316
(i) Informações em Documentos e Instrumentos de Documento Valores			-
(ii) Despesas de Docente Titular			7.968
(iii) Despesas do Exercício Autônomo			13.541
(iv) Institutos com Recursos Vinculados			12.777
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCERIZAÇÃO (art. 1º, II, c, da LBP)			-
TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) (II)			72.372
DESPESA CORRENTE LIQUIDA - R\$1 (III)			181.373,310
% DA TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (B)(II) X (I) (IV)			83,96%
LIMITE LEGAL (item 1º da LBP) = 20% do LIPB = 0,044%			79.372
ALIMENTO PREDICIONAL (item 1º da LBP) = 0,04%			12.176
ITACAGEM OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (item 3º da LBP) (V)			\$ 444
% DA FAZACAO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (item 3º da LBP) (V)			0,00%
TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (descontando o aumento previsto no item X - 1º da LBP - referido a IV) (VI)			86.829

Format: SIAFX

RCL, Portaria SIN nº 11, de 16 de janeiro de 2003

Nº 21, quarta-feira, 29 de janeiro de 2003

Diário Oficial da União - Série I

ASV 1677-7042

101



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2002

ATIVO	VALOR	ATIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	34.664	DEBTOS FINANCEIROS	327
Disponibilidade Financeira	34.664	Despesas:	36
Carta	-	Ressarcimento a Papel Não Processado	360
Bancos	12	De Exercícios	342
Cassa Movimentada	12	De Exercícios Anteriores	38
Caixa Vencimentos	-	Outras Obrigações Financeiras	1
Ajustador Financeiro	-	Reservado a Pagar	1
Outras Obrigações Financeiras	14.652		
Lançamento de novo o Venc. Pago?	13.942		
Reserva de Riqueza e Pcto do R\$	710		
JUÍZ	34.664	SUBTOTAL	327
DISPONIBILIDADE ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	DISPONIBILIDADE ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	13.227
TOTAL	34.664	TOTAL	13.227
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)	-	DISPONIBILIDADE APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II) - (III)	26.776
TOTAL	34.664	TOTAL	13.227
RESÍDITOS	-	RESERVA	7.251

Fonte: SIAFI

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2002

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI	ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR		
		INSCRIÇÃO	Subsídios mais do que o devedor em Ressarcimento a Papel Não Processado	Não Inservíveis ou Inadmissíveis
	FINANÇAS	Exercícios Atuais	Do Exercício	Do Exercício
		TP	TP	TP
	ADMINISTRAÇÃO			
	DIRETIVA	58	342	34.576
	Missões, Públicos			33.623
	de Vizinhos			
	TOTAL	58	342	34.576
	DESTINAÇÃO DE RECURSOS			
		INSCRIÇÃO	Subsídios mais do que o devedor em Ressarcimento a Papel Não Processado	Não Inservíveis ou Inadmissíveis
		Processador	INPA, Processador	
		Exercícios Atuais	Do Exercício	Do Exercício
		TP	TP	TP
	Ressarcimento Orçamentário (Folha 001)	58	142	26.547
	Ressarcimento não-Orçamentário direcionado a outras Unidades (Folha 010)		29	992
	TOTAL	58	142	27.539

Fonte: SIAFI

HAROLDO FERRAZ DA NIJIBELGA
 Procurador-Geral da República
 Em exercício

SANDRA JANDIRA DE OLIVEIRA SANDRE
 Secretaria-Geral do Ministério Público Federal
 Em exercício

ROBERTO NUNES BRANÇAO
 Advogado-Chefe da Automação Integrada (MI)
 Substituto

(Of. El. n.º 59-A)

Tribunal de Contas da União

RESOLUÇÃO Nº 154, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2002

Dispõe sobre as substituições dos cargos e das funções de confiança do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União, conforme definidos na Lei nº 10.356, de 2001, e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 73 e 96 do Constituição Federal e o art. 1º, inciso XIV, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, resolve:

Art. 1º Fica aprovada, nos termos desta Resolução, as atribuições dos cargos e das funções de confiança do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União.

Título I Dos Cargos e das Funções de Confiança

Art. 2º Os cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União são definidos na Lei nº 10.356, de 2001, e classificam-se de acordo com as seguintes áreas e especialidades:

I. Cargo de Analista de Controle Externo (ACE):

1.1. Área de Controle Externo;

1.1.1. Especialidade Controle Externo;

1.2. Área de Apoio Técnico e Administrativo;

1.2.1. Especialidade Tecnologia da Informação;

1.2.2. Especialidade Biblioteconomia;

1.2.3. Especialidade Enfermagem;

1.2.4. Especialidade Engenharia;

1.2.5. Especialidade Medicina;

1.2.6. Especialidade Nutrição;

1.2.7. Especialidade Psicologia;

2. Cargo de Técnico de Controle Externo (TCE):

2.1. Área de Controle Externo;

2.1.1. Especialidade Controle Externo;

2.2. Área de Apoio Técnico e Administrativo;

2.2.1. Especialidade Técnica Administrativa;

2.2.2. Especialidade Técnica Operacional;

2.2.3. Especialidade Tecnologia da Informação;

2.2.4. Especialidade Enfermagem;

3. Cargo de Auxiliar de Controle Externo (AUX):

3.1. Área de Serviços Gerais;

3.1.1. Especialidade Técnica Operacional.

Art. 3º Os cargos de provimento são comissão do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União, conforme definidos na Lei nº 10.356, de 2001, são os seguintes:

1. Cargo de Oficial de Gabinete;

2. Cargo de Assessor.

Art. 4º As funções de confiança do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União, conforme previstas na Lei nº 10.356, de 2001, e definidas no Anexo IX da Resolução nº 147, de 2001, são as seguintes:

1. Secretário-Geral, código FC-6;

2. Secretário Adjunto, código FC-5;

3. Secretário, código FC-5;

4. Diretor-Geral, código FC-5;

5. Chefe de Assessoria, código FC-5;

6. Chefe de Gabinete, código FC-5;

7. Consultor Jurídico, código FC-5;

8. Consultor do Presidente, código FC-5;

9. Assessor de Projetos, código FC-5;

10. Assessor de Mídia, código FC-5;

11. Assessor de Auditoria, código FC-5;

12. Assessor de Programação-Geral, código FC-5;

13. Subsecretário, código FC-4;

14. Diretor, código FC-4;

15. Gerente de Projeto, código FC-4;

16. Assessor de Secretário-Geral, código FC-4;

17. Chefe de Serviço, código FC-3;

18. Coordenador de Projeto, código FC-3;

19. Assessor, código FC-3;

20. Oficial de Gabinete, código FC-3;

21. Assistente Técnico, código FC-2;

22. Assistente Administrativo, código FC-1;

23. Auxiliar de Gabinete, código FC-1.

Título II
 Das Atribuições dos Cargos

Art. 5º São atribuições inerentes a todos os cargos do Tribunal de Contas da União:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares;

III - atender com presteza e leitura com urbanidade o público interno e externo;

IV - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que averbe;

V - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio do Tribunal;

VI - guardar sigilo sobre assunto do Tribunal;

VII - ser assíduo e pontual no serviço, mantendo condutacompatível com a moralidade administrativa;

VIII - elaborar e manter registros em sistemas manuais ou informáticos, se houver;

IX - constatar, examinar, organizar e consolidar dados e informações de bases informáticas;

X - utilizar os aplicativos necessários no desempenho das atividades técnicas e administrativas a cargo do Tribunal;

XI - elaborar relatórios, levantamentos, representações, atas, minutas de pareceres, de normativas e de atos administrativos inerentes à sua área de atuação;

XII - propor e elaborar propostas e instrumentos que visem ao aperfeiçoamento das atividades técnicas e administrativas no âmbito do Tribunal;

XIII - acompanhar e manter organizada e atualizada a legislação, jurisprudência e jurisprudência relativas à sua área de atuação;

XIV - participar de serviços de aperfeiçoamento, auxiliando e passando, compreendendo maneira e realizando estudos técnicos e científicos inerentes à sua área de atuação, com vistas ao seu aprimoramento profissional;

XV - disseminar conhecimentos adquiridos com decorrência de participação em eventos de interesse do Tribunal;

XVI - responsabilizar-se por informações, documentos e processos, sigilosos ou não, por autorizar, autorizar, instalar e equipar, atendimentos, bem como pela qualidade dos serviços executados;

XVII - exercutar outros trabalhos técnicos ou administrativos inerentes à sua área de atuação.

Capítulo I

Do cargo de Analista de Controle Externo

Secção I

Da área de Controle Externo

Art. 6º O exercício do cargo de Analista de Controle Externo, área e especialidade Controle Externo, consiste em desenvolverividuais de planejamento, coordenação e execução relativas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação e aplicação de recursos da União, bem como da administração desses recursos, examinando a legalidade, legitimidade, econômico-financeira, eficiência e efetividade, entre outros aspectos financeiro, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional, dos atos de queles que devem prestar contas ao Tribunal.

Art. 7º As atribuições do cargo de Analista de Controle Externo, especialidade Controle Externo abrangem as do cargo transformado de AFCE-Controle Externo, e aos respectivos ocupantes incumbem:

I - examinar, analisar, organizar e acompanhar processos, documentos e informações relativas a matérias de controle externo ou administrativa que lhe sejam destinadas;



212

DSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 22, quinta-feira, 30 de janeiro de 2003

Ministério Pùblico da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÙBLICA

PORTARIA Nº 23, DE 29 DE JANEIRO DE 2003

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÙBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os dispostos no inciso IV do art. 54 e no art. 72, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal de despesas com serviços de terceiros referente ao período de janeiro a dezembro de 2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAROLD FERLAZ DA NÓBREGA

ANEXO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro/2002 a Dezembro/2002

PORTARIA STN N.º 516/2002

R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIOS	
	2002	1999
DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS		
Serviços de Consultoria	0,0	0,0
Outros serviços de Terceiros - Pessoa Física	7.492,3	4.650,3
Locação de Mão-de-Obra	17.593,5	8.755,6
Arendamento Mercantil	0,0	0,0
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	43.596,1	23.909,5
TOTAL DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	68.681,9	36.435,4
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	701.927.320,0	124.300.767,0
% DO TOTAL DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS / RCL	0,03%	0,03%

FONTE: SIAFI GERENCIAL

RCL PORTARIA Nº 11 STN, DE 16 DE JANEIRO DE 2003

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro/2002 a Dezembro/2002

PORTARIA STN N.º 516/2002

R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIOS	
	2002	1999
DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS		
Serviços de Consultoria	0,0	0,0
Outros serviços de Terceiros - Pessoa Física	849,6	221,6
Locação de Mão-de-Obra	1.493,5	1.112,9
Arendamento Mercantil	0,0	0,0
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.108,9	3.018,2
TOTAL DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	7.452,0	4.352,7
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	101.627.320,0	124.300.767,0

% DO TOTAL DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS / RCL	LIMITE
0,004%	0,004%

FONTE: SIAFI GERENCIAL

HAROLDO FERLAZ DA NÓBREGA
Vice-Procurador-Geral da República

No exercício do Cargo de Procurador-Geral da República

SANDRA JANDYRA DE OLIVEIRA SANDRES
Secretária de Pessoas e Organização

No exercício do Cargo de Secretária-Geral do Ministério Pùblico Federal

ROBERTO NUNES BRANDÃO
Assessor-Chefe da Assessoria Técnica do MPF Substituto

(OF. EL n.º 64M)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA N.º 149, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2002

O Procurador do Trabalho, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a existência de inúmeros casos de fraude à legislação trabalhista utilizando-se mascaradões de cooperativas de trabalho, sendo na maioria meias intermediadoras de mão-de-obra, caracterizando-as, em tese, a figura do merchandising, vedado no art. 9º da CLT, por configurar violação aos direitos fundamentais, sociais e laborais dos trabalhadores, inseridos nos arts. 1º, III, 5º, §º, que asseguram o valor social do trabalho e a igualdade de todos perante a lei, bem como aos arts. 6º e 7º e incisos da Constituição da República, e normas da Consolidação das Leis do Trabalho e à Lei 6.019/74.

Considerando todo o teor da representação;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §º da Lei nº 7.347/85, que atribuem ao Ministério Pùblico do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolvem:

Instituir o Inquérito Civil Pùblico n.º 1330/2002 em face de COOPERSERIAL COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONSULTORIA Ltda. e seus terceirizadores de serviço.

Presidir o inquérito o Procurador do Trabalho Rodrigo de Lacerda Cardilli, que poderá ser secretariado pelo servidor José Jorge de Amorim Jr., Técnico Administrativo.

RODRIGO DE LACERDA CARELLI

(OF. EL n.º ofcadG58)

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

RETIFICAÇÃO

No Ata 47 do Plenário (de 16 de dezembro de 2002), publicada no Diário Oficial da União no dia 26/12/2002, Seção 1, página 72, na tabela PREJUÍZOS CAUSADOS A TERRACAP ficou feito a parte em negrito (I - Fazenda Vale do SIMMENTAL) corrigida agora.

PREJUÍZOS CAUSADOS À TERRACAP			
Fonte: Ata 47/2002			
RESPONSáveis	2.I.1 VALOR ORIG. (R\$)	DATA	VALOR ATUALIZADO
III - FIC ALEXANDRE GUSMÃO	(...)	(...)	(...)
I - FAZENDA VALE DO SIMMENTAL	245.944.314,45*	18/03/1994	124.981.902,11
- Humberto Ludovico de Almeida Fr. Ibo	253.601.098,00*	18/03/1992	706.760,38
- Renato Andrade Melo			
- Geraldo Roberto Alves	3.101.141.784,39 **	18/03/1994	117.023.157,28
- Humberto Ludovico de Almeida Fr. Ibo			
- Jóvito M. Lemos Pereira de Oliveira			
- José Maria Santos de Araújo			
- Luiz Antônio Ferreira			
- João Pedro			
- Don Geraldo de Ávila			
- Alexandre Gonçalves			
- Humberto Ludovico de Almeida Fr. Ibo	192.655.729,35**	18/03/1994	1.092.406,49
- Alexandre Gonçalves			
I - FAZENDA MONJOLOS	(...)		19.527.865,24

(OF. EL n.º D13/2003)



80

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 09, segunda-feira, 26 de maio de 2003

Ministério Público da União:

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
PORTARIA Nº 314, DE 22 DE MAIO DE 2003

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso IV, do art. 54 e § 1º e 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de maio/2002 a abril/2003, constante do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO BRINDEIRO

ANEXO

ROLATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DINAMÔSTICO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2002 A ABRIL/2003
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

DESPESA DE PESOAL	DESPESA LIQUIDA DA
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I)	112.383,11
Pessoal Ativo	124.349
Pessoal Ativ. e Passeios	12.374
Despesas da Companhia (art. 1º, § 1º da LCF)	49.330
(Indenizações por Destr. e Impr. à Universidade e Demais Unidades de Ensino)	0
(Indenizações de Despesa Judicial)	0.043
(Despesas de Licenças Anteriores)	33.885
(Despesas com Reembos Migratórios)	0.049
TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	112.383,11
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (II)	312.383,11
% DO TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	35,84%
- (III) / (II)	53,84%
LIMITE LEGAL (Artigo 1º, II e III da LCF) - 35,84%	113.880
LIMITE PESONAL (Artigo 1º da LCF) - 35,84%	108.432
LIMITE PESONAL (Artigo 2º da LCF) - 35,84%	108.432

DESPESA LIQUIDA COM PESOAL (I)	DESPESA LIQUIDA DA
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I)	97.353
Pessoal Ativo	124.349
Pessoal Ativ. e Passeios	12.374
Despesas da Companhia (art. 1º, § 1º da LCF)	49.330
(Indenizações por Destr. e Impr. à Universidade e Demais Unidades de Ensino)	0
(Indenizações de Despesa Judicial)	0.043
(Despesas de Licenças Anteriores)	33.885
(Despesas com Reembos Migratórios)	0.049
TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	112.383,11
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (II)	312.383,11
% DO TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	35,84%
- (III) / (II)	53,84%
LIMITE LEGAL (Artigo 1º, II e III da LCF) - 35,84%	113.880
LIMITE PESONAL (Artigo 1º da LCF) - 35,84%	108.432
LIMITE PESONAL (Artigo 2º da LCF) - 35,84%	108.432

DESPESA DE PESOAL	DESPESA LIQUIDA DA
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I)	97.353
Pessoal Ativo	124.349
Pessoal Ativ. e Passeios	12.374
Despesas da Companhia (art. 1º, § 1º da LCF)	49.330
(Indenizações por Destr. e Impr. à Universidade e Demais Unidades de Ensino)	0
(Indenizações de Despesa Judicial)	0.043
(Despesas de Licenças Anteriores)	33.885
(Despesas com Reembos Migratórios)	0.049
TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	112.383,11
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (II)	312.383,11
% DO TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	35,84%
- (III) / (II)	53,84%
LIMITE LEGAL (Artigo 1º, II e III da LCF) - 35,84%	113.880
LIMITE PESONAL (Artigo 1º da LCF) - 35,84%	108.432
LIMITE PESONAL (Artigo 2º da LCF) - 35,84%	108.432

DESPESA LIQUIDA COM PESOAL (I)	DESPESA LIQUIDA DA
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I)	97.353
Pessoal Ativo	124.349
Pessoal Ativ. e Passeios	12.374
Despesas da Companhia (art. 1º, § 1º da LCF)	49.330
(Indenizações por Destr. e Impr. à Universidade e Demais Unidades de Ensino)	0
(Indenizações de Despesa Judicial)	0.043
(Despesas de Licenças Anteriores)	33.885
(Despesas com Reembos Migratórios)	0.049
TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	112.383,11
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (II)	312.383,11
% DO TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	35,84%
- (III) / (II)	53,84%
LIMITE LEGAL (Artigo 1º, II e III da LCF) - 35,84%	113.880
LIMITE PESONAL (Artigo 1º da LCF) - 35,84%	108.432
LIMITE PESONAL (Artigo 2º da LCF) - 35,84%	108.432

DESPESA LIQUIDA COM PESOAL (I)	DESPESA LIQUIDA DA
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I)	97.353
Pessoal Ativo	124.349
Pessoal Ativ. e Passeios	12.374
Despesas da Companhia (art. 1º, § 1º da LCF)	49.330
(Indenizações por Destr. e Impr. à Universidade e Demais Unidades de Ensino)	0
(Indenizações de Despesa Judicial)	0.043
(Despesas de Licenças Anteriores)	33.885
(Despesas com Reembos Migratórios)	0.049
TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	112.383,11
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (II)	312.383,11
% DO TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	35,84%
- (III) / (II)	53,84%
LIMITE LEGAL (Artigo 1º, II e III da LCF) - 35,84%	113.880
LIMITE PESONAL (Artigo 1º da LCF) - 35,84%	108.432
LIMITE PESONAL (Artigo 2º da LCF) - 35,84%	108.432

DESPESA LIQUIDA COM PESOAL (I)	DESPESA LIQUIDA DA
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I)	97.353
Pessoal Ativo	124.349
Pessoal Ativ. e Passeios	12.374
Despesas da Companhia (art. 1º, § 1º da LCF)	49.330
(Indenizações por Destr. e Impr. à Universidade e Demais Unidades de Ensino)	0
(Indenizações de Despesa Judicial)	0.043
(Despesas de Licenças Anteriores)	33.885
(Despesas com Reembos Migratórios)	0.049
TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	112.383,11
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (II)	312.383,11
% DO TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	35,84%
- (III) / (II)	53,84%
LIMITE LEGAL (Artigo 1º, II e III da LCF) - 35,84%	113.880
LIMITE PESONAL (Artigo 1º da LCF) - 35,84%	108.432
LIMITE PESONAL (Artigo 2º da LCF) - 35,84%	108.432

DESPESA LIQUIDA COM PESOAL (I)	DESPESA LIQUIDA DA
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I)	97.353
Pessoal Ativo	124.349
Pessoal Ativ. e Passeios	12.374
Despesas da Companhia (art. 1º, § 1º da LCF)	49.330
(Indenizações por Destr. e Impr. à Universidade e Demais Unidades de Ensino)	0
(Indenizações de Despesa Judicial)	0.043
(Despesas de Licenças Anteriores)	33.885
(Despesas com Reembos Migratórios)	0.049
TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	112.383,11
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (II)	312.383,11
% DO TOTAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (I) + (II)	35,84%
- (III) / (II)	53,84%
LIMITE LEGAL (Artigo 1º, II e III da LCF) - 35,84%	113.880
LIMITE PESONAL (Artigo 1º da LCF) - 35,84%	108.432
LIMITE PESONAL (Artigo 2º da LCF) - 35,84%	108.432

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
18ª REGIÃO

PORTARIA Nº 31, DE 20 DE MAIO DE 2003

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, através do Procurador do Trabalho MARCELLO RIBEIRO SILVA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no artigo 84, II, da Lei Complementar nº 73, de 20 de maio de 1.993 (Lei Orgânica do Ministério Públíco da União);

CONSIDERANDO o conteúdo dos autos de representação formulada nesse Procuradoria a partir do Termo de Declarações nº 45/03, certificado A fl. 03, a fim de se preservar a identidade do denunciado, noticiando que todos os empregados da empresa denunciada (motoristas e ajudantes) fazem jornada diária de aproximadamente 13 (treze) horas sem a devida contraprestação pelas horas extras;

CONSIDERANDO, ainda, que, segundo o denunciante, não é concedido aos empregados horário nem local para repouso e alimentação;

CONSIDERANDO que as irregularidades denunciadas extrapolam os interesses meramente individuais dos trabalhadores, alcançando dimensão coletiva, já que, se comprovadas, importaria em ofensas aos direitos sociais dos trabalhadores, acarretando os prejuízos nos art. 58, § 1º e art. 71, todos da CLT;

CONSIDERANDO, assim, hipótese de ação do Ministério Públíco do Trabalho, consonte o disposto no art. 129, III, da Carta Magna, § 3º, III, da LC nº. 75/93 e § 1º, IV, da LACT, resolve:

Iniciar Inquérito Civil Público em face da empresa GATO AZUL MUDANÇAS LTDA, para melhor apuração dos fatos e delimitação de responsabilidade.

MARCELLO RIBEIRO SILVA

(Of. El. nº 100/03)



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outros clássicos, é patrono da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

MACHADO DE ASSIS

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.



OFÍCIO/SG/MPU/Nº 17

Brasília, 10 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor
 Ministro UBIRATAN AGUIAR
 Digníssimo Ministro do Tribunal de Contas da União
 BRASÍLIA – DF

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o, encaminho a Vossa Excelência as justificativas referentes ao Demonstrativo das Despesas com Serviços de Terceiros do Ministério Público da União, no exercício de 2002, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal enviado a essa Egrégia Corte de Contas.

Aproveito a oportunidade para expressar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Inácio José Barreira Danziato, Secretario-Geral do MPU.

OFÍCIO/SG/MPU/Nº 18

Brasília, 10 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor
 Doutor Lucas Rocha Furtado
 Digníssimo Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União
 BRASÍLIA – DF

Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, encaminho a Vossa Excelência as justificativas referentes ao Demonstrativo das Despesas com Serviços de Terceiros do Ministério Público da União, no exercício de 2002, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal enviado a essa Egrégia Corte de Contas.

Aproveito a oportunidade para expressar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Inácio José Barreira Danziato, Secretário-Geral do MPU.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – 2002

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Justificativas

O Demonstrativo da Despesa com Serviços de Terceiros¹, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, foi elaborado utilizando a metodologia do Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal – 2ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 516, de 14-10-2002.

Com a conclusão do demonstrativo, verifica-se que foi excedido o limite fixado no art. 72 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que no Ministério Público da União é de 0,034423% (comprometimento da RCL com Serviços de Terceiros – ano base 1999). O percentual excedido foi de 0,003339%, que corresponde em valores monetários a R\$6.742 mil, aproximadamente.

Dessa forma, apresentamos a seguir as devidas justificativas para a ocorrência dessa extração:

1. Transferência, em julho/2002, das atividades da Procuradoria-Geral da República-PGR para o novo edifício-sede, tendo uma área total de 70.000m², enquanto que a sede antiga tinha apenas 10.000 m². Em decorrência da ampliação do espaço físico e das atividades desenvolvidas, houve necessidade de adequar os gastos com serviços em geral, tais como: água, luz, telefonia, vigilância, limpeza, copeiragem, manutenção em elevadores e na central telefônica, e outros, os quais, num levantamento preliminar, alcançam um montante superior a R\$1.000 mil/mês e mais de R\$6.000 mil no período de julho a dezembro de 2002;

2. Implantação de mais de 30 Procuradorias-da Repúblca em municípios, no período de 1999 a 2002, destacando-se 23 daquelas criadas pela Lei nº 10.053/2000;

3. A Escola Superior do Ministério Público da União-ESMPU foi Instalada na antiga sede da PGR, a partir de 2000, havendo necessidade de utilização de serviços de terceiros;

4. Entre 1999 e 2000, ingressaram cerca de 200 Procuradores-da-República, e sendo destinados dois estagiários para auxiliá-los, foram contratados mais 400 estagiários, somente no âmbito do Ministério Públco Federal. Salientamos, ainda, que os outros ramos do MPU também efetivaram nomeações de Procuradores;

5. O percentual base (0,034423%) utilizado como limite de gasto com serviços de terceiros para o MPU, foi calculado sem levar em consideração gastos realizados pela ESMPU e pelas novas unidades do MPF, visto que as mesmas não tiveram atividades no ano base.

Propriedades do Envelope de Correio (3EE6342F.49E : 14 : 59042)

Assunto: Relatório de Gestal Fiscal
Data da Criação: 10/6/03 4:40 pm
De: SUCOF- Subsecretaria de Controle Financeiro e Contábil
Rota: SUCOF@mpu.gov.br

Cabeçalho da Data Automática	Ação	Data e Horário
tcu.gov.br		
raimundong (raimundong@tcu.gov.br)		

Agência Postal	Entregue	Rota
	Pendente	tcu.gov.br
Arquivos	Tamanho	Data e Horário
Agência Postal	445	Terça, Junho 10, 2003 4:40 pm
JUSTIFICATIVA TCU.doc	34816	Terça, Junho 10, 2003 4:27 pm
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.doc	33280	Terça, Junho 10,
2003 4:12 pm		

Opções

MENSAGEM Não
Data de Término: Nenhuma
Exclusão Automática: Sim
Prioridade: Normal
Resposta Solicitada: Não
Notificação de Recebimento: Nenhuma

Assunto Oculto: Não
Segurança: Normal

Notificar Destinatários: Imediatamente
Monitoramento do Status: Entregue Aberto

Propriedades do Envelope de Correio (3EE63631.26C : 14 : 59042)

Assunto: relatório de gestão fiscal
Data da Criação: 10/6/03 4:49 pm
De: SUCOF- Subsecretaria de Controle Financeiro e Contábil

Rota: SUCOF@mpu.gov.br

Cabeçalho da Data Automática	Ação	Data e E
tcu.gov.br		
clementegs (<u>clementegs@tcu.gov.br</u>)		

Agência Postal	Entregue	Rota
	Pendente	tcu.gov.br

Arquivos	Tamanho	Data e Horário
Agência Postal	437	Terça, Junho 10, 2003 4:49 pm
JUSTIFICATIVA TCU.doc	34816	Terça, Junho 10, 2003 4:27 pm
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.doc		33280
2003 4:12 pm		Terça, Ju

Opções

MENSAGEM	Não
Data de Término:	Nenhuma
Exclusão Automática:	Sim
Prioridade:	Normal
Resposta Solicitada:	Não
Notificação de Recebimento:	Nenhuma

Assunto Oculto:	Não
Segurança:	Normal

Notificar Destinatários:	imediatamente
Monitoramento do Status:	Entregue Aberto

Ofício/PGR/Nº 38

Brasília, 28 de Janeiro de 2003

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, elaborado em conformidade com os artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2002.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Haroldo Ferraz da Nóbrega, Vice-Procurador-Geral da República.

No exercício do cargo de Procurador-Geral da República

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – O ofício lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sobre a mesa matéria com o seguinte teor:

PROJETO DE LEI Nº 31, DE 2003-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 31, de 2003, do Congresso Nacional, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004”.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Ao projeto de lei foram apresentadas 8 mil e 23 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 200/2003-CN, concluiu pela apresentação de substitutivo, com dois adendos e alterações decorrentes da aprovação de destas.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Em discussão o projeto, o substitutivo e os adendos.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Líder do PSDB no Senado Federal, ilustre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, apenas inscrevo-me para falar como Líder. Então, assim, a ocasião azada mostra-se. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Dárei a palavra a V.Exa., como Líder.

Em seguida, há inscritos: Deputado Alberto Goldman, Senador Sérgio Guerra, Deputado Ronal-

do Dimas, Deputado Rodrigo Maia, Deputado Claudio Cajado, Deputado Virgílio Guimarães, Deputado Ricardo Barros, Deputado Tadeu Filippelli.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Srs. Senadores, ontem, o Senado da República viveu momento da maior gravidade, que representou quebra da palavra, da confiança.

Eu disse, desta tribuna, para os Líderes governistas, que não deveria caber arrogância por parte de Governo, ainda que arrogante fosse, nem hoje nem nunca, mas, no caso do Senado, não há sequer força numérica para o Governo ser arrogante. Se é, que trate de deixar de sê-lo. E no Congresso não há a menor possibilidade numérica de o Governo fingir que pode pensar em ser arrogante.

Disse ainda: nada como um dia depois do outro. Aqui estamos, com a sessão, literalmente, à nossa mercê.

Queremos denunciar, mais uma vez, o episódio de ontem, da COFINS, quando, de maneira sorrateira, o Governo mobilizou, com quebra de compromisso e de contrato, uma maioria para tungar o bolso do contribuinte. Foi assim, tungou o bolso do contribuinte em 8 bilhões de reais, aumentando a carga tributária, à socapa, sorrateiramente, por trás. Mais ainda, de tal maneira é frágil a posição do Governo no Senado da República e de tal modo a correlação de forças é favorável à resistência da Oposição, que nem teriam aprovado a matéria ontem, apesar do que trabalharam, se não contassem com 2 Senadores – um do PSDB e outro do PFL – para completar o *quorum* de 41 Parlamentares. Ou seja, sem a Oposição nem ontem teriam conseguido aprovar coisa alguma no Senado da República.

Não sou, Sr. Presidente, de guardar mágoas, de jeito algum. Não é essa a minha tradição. Acabei de sair desta tribuna, ainda há pouco, e defendi a honra do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh – que, a meu ver, pode ter defeitos pessoais, desse ou daquele gênio, e eu o considero uma adorável figura. Avalizo que jamais S.Exa. poderia estar envolvido em qualquer situação ligada a tortura, conivência, até conhecimento de tortura, sem que a denunciasse. Mantenho por S.Exa., portanto, todo o meu respeito, e disse isso da tribuna. Sou figura de gestos largos.

Ofício/PGR/Nº 38

Brasília, 28 de Janeiro de 2003

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, elaborado em conformidade com os artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2002.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Haroldo Ferraz da Nóbrega, Vice-Procurador-Geral da República.

No exercício do cargo de Procurador-Geral da República

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – O ofício lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sobre a mesa matéria com o seguinte teor:

PROJETO DE LEI Nº 31, DE 2003-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 31, de 2003, do Congresso Nacional, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004”.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Ao projeto de lei foram apresentadas 8 mil e 23 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 200/2003-CN, concluiu pela apresentação de substitutivo, com dois adendos e alterações decorrentes da aprovação de destas.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Em discussão o projeto, o substitutivo e os adendos.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Líder do PSDB no Senado Federal, ilustre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, apenas inscrevo-me para falar como Líder. Então, assim, a ocasião azada mostra-se. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Dárei a palavra a V.Exa., como Líder.

Em seguida, há inscritos: Deputado Alberto Goldman, Senador Sérgio Guerra, Deputado Ronal-

do Dimas, Deputado Rodrigo Maia, Deputado Claudio Cajado, Deputado Virgílio Guimarães, Deputado Ricardo Barros, Deputado Tadeu Filippelli.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Arthur Virgílio, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Srs. Senadores, ontem, o Senado da República viveu momento da maior gravidade, que representou quebra da palavra, da confiança.

Eu disse, desta tribuna, para os Líderes governistas, que não deveria caber arrogância por parte de Governo, ainda que arrogante fosse, nem hoje nem nunca, mas, no caso do Senado, não há sequer força numérica para o Governo ser arrogante. Se é, que trate de deixar de sê-lo. E no Congresso não há a menor possibilidade numérica de o Governo fingir que pode pensar em ser arrogante.

Disse ainda: nada como um dia depois do outro. Aqui estamos, com a sessão, literalmente, à nossa mercê.

Queremos denunciar, mais uma vez, o episódio de ontem, da COFINS, quando, de maneira sorrateira, o Governo mobilizou, com quebra de compromisso e de contrato, uma maioria para tungar o bolso do contribuinte. Foi assim, tungou o bolso do contribuinte em 8 bilhões de reais, aumentando a carga tributária, à socapa, sorrateiramente, por trás. Mais ainda, de tal maneira é frágil a posição do Governo no Senado da República e de tal modo a correlação de forças é favorável à resistência da Oposição, que nem teriam aprovado a matéria ontem, apesar do que trabalharam, se não contassem com 2 Senadores – um do PSDB e outro do PFL – para completar o *quorum* de 41 Parlamentares. Ou seja, sem a Oposição nem ontem teriam conseguido aprovar coisa alguma no Senado da República.

Não sou, Sr. Presidente, de guardar mágoas, de jeito algum. Não é essa a minha tradição. Acabei de sair desta tribuna, ainda há pouco, e defendi a honra do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh – que, a meu ver, pode ter defeitos pessoais, desse ou daquele gênio, e eu o considero uma adorável figura. Avalizo que jamais S.Exa. poderia estar envolvido em qualquer situação ligada a tortura, conivência, até conhecimento de tortura, sem que a denunciasse. Mantenho por S.Exa., portanto, todo o meu respeito, e disse isso da tribuna. Sou figura de gestos largos.

Mas gostaria que esta sessão fosse pedagógica, que os Líderes do Governo presentes levassem para o Governo o que é uma determinação da Oposição. Não vamos permitir um Governo arrogante. E vamos quebrar, com a nossa luta, a cada momento que seja necessário, a arrogância dos arrogantes. Ontem, além de arrogante, foi desleal. Hoje, não tem condição numérica para ser aqui arrogante. Portanto, Sr. Presidente, vamos acompanhar com toda atenção esta reunião.

Confesso que o gesto de ontem foi de tal sorte infeliz que me deixou dividido exatamente entre 2 pólos: um pólo meu gostaria de pagar na mesma moeda – tenho que combater esse pólo, não posso ser igual, não posso ficar assim, não posso virar isso, não posso esquecer quais são os meus compromissos com o País – e outro pólo meu tem de levar a melhor.

Mas é comum que os Governos sejam vaidosos no começo e é muito usual que sejam humílicos no final. Este vai ter de ser humilde, e não arrogante, já no começo. Esse é um compromisso nosso.

Ontem, as Lideranças do Governo perderam pontos de crédito junto às Lideranças da Oposição. Daqui para frente não sei se vale a pena negociar mais, não sei se vale a pena mais o que negociar, não sei se vale a pena mais acreditar, não sei se vale a pena trocar boa-fé por esperteza, que termina não sendo uma esperteza inteligente.

Estou aqui para defender o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Fiquei sem almoçar para acompanhar a sessão do Congresso Nacional e ficarei assim o tempo que for necessário em uma sessão que pode durar pouco, pode durar muito.

Sr. Presidente, a democracia deste País completa-se quando tivermos o perfeito casamento entre alguém que saiba ganhar uma eleição e seja capaz de exercer com humildade, firmeza e honradez intelectual o Governo e alguém que tenha a dignidade de na Oposição se portar com altivez, jamais contra o País, e proceder contra o Governo da maneira que seja possível fazê-lo.

Está na hora de este Governo ser desmamado e começar a andar sem a Oposição. É como criança, que chega a hora de ser desmamada e começa a andar com as próprias pernas. Ajudou-se aqui a implantar um governo. O ano que vem será de cobrança de cada promessa de campanha eleitoral – e vamos poder dizer que demos tudo o que o Governo pediu nesta Casa. Mas o que houve ontem no Senado da República – transmito isso aos Srs. Deputados

e sei que estou falando também com substancial parte do País – significou que ou temos uma autocrática muito clara das Lideranças do Governo em relação ao gesto que tomaram ou rompemos a relação. Se é para romper, podemos começar agora, como daqui a um dia; se for decisão unilateral, é nossa, de mais ninguém. E deixarmos bem claro, meu Líder Amir Lando, que a terceira alternativa era procedermos como eles. Essa eu recuso, não quero para mim, não quero para ninguém.

Portanto, deixo registrado o que pode parecer um desabafo. Para uma mente mais mesquinha poderia parecer vingança, e não é, até porque não estou perpetrando nada. Desabafo, quem sabe, mas com certo teor político e pedagógico. Tentar mostrar que esta Casa tem o equilíbrio – minoria de um lado, maioria de outro. O prato da maioria pesa mais, claro, se não o nome teria de ser trocado, ou teríamos de mudar seu significado no dicionário: maioria é sempre mais, minoria é menos, o prato pesa mais.

Mas há tantos instrumentos ao alcance da minoria no Regimento Interno do Senado Federal, do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados que considero estultice política alguém pensar que pode governar ou com esperteza ou atropelando quem quer que seja, sobretudo quando se tem a determinação. E esta é minha determinação, que transmito aos meus liderados desta Casa: de, em nenhuma hipótese, deixarmos que atropelam os contribuintes lá fora ou aqui dentro em nome do equilíbrio pelo qual seremos capazes de zelar.

Não pedimos paternalismo; pedimos atenção para nossa altivez, pedimos atenção mais absoluta para o fato de que se ontem foi um episódio que se encerrou para o Líder do Governo na Casa – não estou vendendo nenhum aqui –, para nós é um episódio a mais, um dia a mais de luta, um dia a mais de exercício, de combatividade.

Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, não vou abusar da paciência de V.Exa., sei que já me excedi, mas transmiti à Casa, aos meus colegas de Congresso e de Senado exatamente o que estabeleci na minha bancada. Estamos dispostos a respeitar e exigimos respeito; estamos dispostos a cumprir nossa palavra, mas não toleraremos a idéia da palavra não cumprida na nossa direção; estamos dispostos a aceitar o jogo em que a maioria vence licitamente. Mas não estamos dispostos a aceitar manobras canhestras de uma maioria que nem precisaria fazê-las para se impor como maioria. Afinal de contas, se ganhou as eleições que exerce o poder, e se tem uma Oposição

sensata, como tem sido a nossa, que agradeça e pague com lealdade, com decência, com olhar altaneiro na direção do futuro do País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, é uma pena que estejamos repetindo a metodologia que este Congresso ainda não conseguiu superar, e não é de hoje, não é desta vez. Vezes anteriores, e agora se repete de forma deprimente, o Congresso Nacional se reúne para discutir o Orçamento, a peça mais importante, e temos neste plenário a presença de poucos Senadores e Deputados. Tudo feito de maneira que a decisão final sempre se dá com tempo restrito, às vésperas do Natal e da passagem de ano. E o Congresso Nacional tem sido incapaz de rediscutir como se formula o Orçamento para não se chegar a uma situação como a que estamos vivendo hoje.

Nós, do PSDB, Sr. Presidente, usamos de todo o espírito público para, em nenhum momento, obstruir; em nenhum momento pedimos verificação de votação inútil, dispensável; em nenhum momento deixamos de abrir mão de interstícios para votar a matéria, como estamos fazendo agora, com todos os riscos que isso pode acarretar. Enfrentamos inclusive graves problemas no passado e agora, ao abrirmos mão dos interstícios para aprovar o Orçamento ainda este ano. No próximo ano o Governo não vai poder dizer que não faz as coisas, ou que é incapaz de fazê-las, por irresponsabilidade do Congresso, que não aprovou o Orçamento.

O Sr. Presidente da República vai ter de dizer que não faz o que deve, como não tem feito, por sua responsabilidade própria, por ter sido incapaz de administrar o País. O fato é que S.Exa. continua fazendo espetáculo circense. Hoje mesmo os jornais mostraram-no andando de *skate* no Palácio do Planalto.

Fizemos uma discussão política na Comissão de Orçamento, estabelecemos e mostramos os parâmetros otimistas utilizados pelo Relator – cabe-nos apenas cumprimentá-lo pela tranquilidade, pela solicitude, pela forma como se conduziu e por sua competência; é muito difícil levar isso adiante como levou –, que usou de todos os parâmetros possíveis e imagináveis para fazer crescer a despesa, ainda que possa, em alguns momentos, ser aparente, virtual, in-

clusive no aumento do PIB para 4%, considerando todas as receitas, inclusive as ainda não definidas, como o aumento da CIDE e do IPI sobre fumo e bebidas. Todas as receitas que S.Exa. pôde imaginar e ainda não estavam configuradas estão somadas no Orçamento, mas nem todas as despesas o estão. Tudo o que foi discutido nesta Casa, no Senado Federal, a respeito da reforma tributária, não está lá como despesa no Orçamento: Fundo Regional, Fundo de Participação dos Municípios. Tudo o que foi politicamente acordado aqui não consta como despesa no Orçamento.

O que está teoricamente disponível no Orçamento – e supostamente – é que a receita do INSS vai ser maior do que está escrito no projeto do Governo e que o benefício será menor do que aquele que está escrito no projeto do Governo. Sobraria determinado valor que permitiria aumento real de 5% do salário mínimo – o que a Previdência necessita em termos de recursos. O que isso significa? Somado a 1,5% do ano passado, se isso se der em 5%, como ajudaremos o Presidente Lula a resolver seu problema, que é cumprir seu compromisso, eleitoral, pré-eleitoral e pós-eleitoral, de concessão de 100% de aumento real de salário mínimo?

Sr. Presidente, em relação ao aumento do funcionalismo, há previsão no Orçamento de 1,5 bilhão de reais, o que não corresponde a 2% da folha de pagamento. É o máximo que o funcionalismo poderá ter – isso se for o total para ele. Há também uma previsão no Orçamento de 3 bilhões de reais para o saneamento básico, mas sem o superávit fiscal, atendendo às normas do Fundo Monetário Internacional. Vejam que ironia, Srs. Parlamentares! Desde a permissão do Fundo Monetário Internacional, o Governo se vangloria da possibilidade de ter 3 bilhões de reais para o saneamento básico – se existir o superávit. Parece-me que o superávit está sendo feito na marra, contra o cumprimento do Orçamento de 2003 e os pagamentos de 2002. Vai acabar sendo feito pelo menos o da União. Em relação aos Estados e Municípios, não sabemos ainda.

O Orçamento não considerou a decisão do Supremo Tribunal Federal, que determinou que a Fonte nº 111, a CIDE, não deve ser destinada a outra aplicação a não ser infra-estrutura e transportes. Ela está sendo usada para pagamento de custeio do Ministério dos Transportes. Isso não foi mudado.

A carga tributária geral previu aumento de 55 bilhões, o que significa 1,1% a mais sobre o PIB. Isso é maior do que qualquer média de aumento de carga tributária ocorrido nos últimos anos.

Sr. Presidente, nos últimos meses, temos trabalhado com muita intensidade na Comissão. Em vários momentos, em votações de projetos de suplementação, abrimos mão de muita coisa, como fazemos agora. Na discussão do Orçamento, foram assumidos compromissos para recomposição de muitas das rubricas que estavam sendo eliminadas, mas até agora eles não foram cumpridos. E nos pedem hoje para darmos mais um voto de confiança no cumprimento desses compromissos!

Sinceramente, não é caso de não aceitar o compromisso dos Líderes do Governo – Senador Amir Lando e Deputado Virgílio Guimarães, pessoas em quem confiamos plenamente. Como S.Exas. dizem, há dificuldade no próprio Executivo. Não dá para confiar. Conversamos com o Ministro, e nada acontece. Fizemos isso quando votamos projetos de lei referentes ao Ministério dos Transportes. Não há com quem conversar. Ninguém cumpre nada.

Estamos agora diante de importante votação – e o plenário está quase vazio. Como disse o Senador Arthur Virgílio, está agora à mercê. Tenho absoluta convicção de que não vai haver nenhuma arrogância. A humildade cabe a todos nós, como cabe a nós, como minoria, como cabia a nós, como maioria, como cabe agora à atual maioria. Queremos ouvir dos Líderes, pelo menos deles, quais são de fato os compromissos que têm com o cumprimento de promessas do passado e de agora. Não estamos pedindo nada novo. É apenas aquilo que já existia no relacionamento natural no Congresso Nacional. Nossa posição dependerá disso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Sérgio Guerra, antes pedindo aos oradores que sejam rígidos no cumprimento do tempo de 5 minutos – poderia ter destinado somente 3 minutos, mas destinei 5 –, porque a Sessão Legislativa se encerra hoje à meia-noite. É preciso ter muito cuidado com isso. Já há 12 inscritos para falar.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, votamos hoje no Congresso Nacional o Orçamento para o exercício de 2004. Não é um projeto, não é uma lei, não é seguramente uma peça que nos remeta ao desenvolvimento.

O que tomou a denominação de Orçamento real – ouvi várias vezes essa expressão – nada mais é do que um conjunto de propostas absolutamente restritivas. Não será com essa proposta que o Brasil enfren-

tará com segurança e determinação o seu programa de infra-estrutura ou começará a enfrentá-lo.

Não será fácil enfrentá-lo, primeiro, porque ainda não há Ministério dos Transportes, instituição hoje com baixa credibilidade no Brasil. Segundo, porque os recursos postos à disposição do programa rodoviário são claramente insuficientes: não vão melhorar rodovias, vão piorá-las. Terceiro, porque para nenhuma outra área, nem mesmo para o campo, que seria prioritária do PT, a da ação social, o Orçamento é generoso ou desenvolvimentista. É mais um Orçamento da retração, do aperto, do Brasil parado. Este Brasil parado não tem mais capacidade de sobreviver na forma atual.

Elegeu-se um Presidente da República com compromisso claro de mudar o País. Não mudou nada no Orçamento. Tramitamos neste ano com essa lei da mesma forma e com os mesmos vícios com que sempre fizemos: cumprimento precário dos prazos, discussão mínima e absolutamente inconsistente dos projetos. Relatores não dão parecer sobre projetos; quando se é Relator, não se decide qual projeto é mais ou menos importante, se um projeto vale tanto e o outro tanto ou quanto mais.

Não se discute o mérito do que se aprova. Está sendo feita uma espécie de distribuição *per capita* da Lei de Orçamento no Congresso Nacional. Estabelecemos regras que foram deturpadas de maneira que cada um se sente dono do Orçamento da União, como se fosse uma ampla sociedade, criando uma certa cumplicidade.

Não faço o jogo dos que falam sobre corrupção. Não é isso. Com certeza, crescentemente houve no Congresso Nacional mecanismo de parcelamento do Orçamento que anula a capacidade de aprovação de projetos relevantes. Ninguém mais julga projetos; todos julgam a capacidade das bancadas, dos Deputados e Senadores emendarem.

Não vamos caminhar assim para lugar nenhum. De nada adianta aprovar um Orçamento imperativo, impositivo – seja lá o nome que for –, se produzimos uma lei que não resiste a ventanias. Não dá para continuar dessa forma. É preciso mudar profundamente isso tudo.

O Relator da Lei de Orçamento é uma personalidade política democrática. E se não o fosse, não teria chegado aqui hoje com o Orçamento pronto para ser votado. S.Exa. deu condições democráticas para isso: ouviu e foi capaz de ter sensibilidade em várias situações; fez o que estava a seu alcance.

Reconheço também a capacidade e autoridade do Presidente da Comissão Mista, Senador Gilberto Mestrinho. A confiança que tem de todos nós é irrecusável. Porém, é preciso dizer com clareza que aprovamos mais uma lei que não merecia ser aprovada, porque não fizemos a discussão dos problemas nacionais, não aprovamos as principais prioridades dos Estados e não definimos as comissões de políticas nacionais. O Governo Federal não nos mandou uma lei respeitável, mas uma lei complicada e claramente simplória em vários aspectos. Nenhum salto de qualidade, nenhuma mudança, nada que pudesse saudar um Presidente da República eleito para mudar o Brasil.

Hoje cumprimos aqui o nosso papel. Tenho a convicção de que grandes mudanças devem ser feitas para evitar o agravamento do processo orçamentário, que está desautorizado. Nada justifica um contingenciamento de 70% ou 80%. Quando isso ocorre é porque as regras não estão valendo e não se está respeitando o Congresso Nacional.

Neste instante, chegamos ao fundo do poço. Esta execução orçamentária é comprometedora. Não adianta dizer que os problemas e as dificuldades vêm do Governo anterior, porque é uma meia verdade. A grande verdade é que a relação do Congresso Nacional com o Executivo não é defensável, não tem sentido público, e as atuações do Executivo e do Legislativo na área de Orçamento são absolutamente negativas e não servem ao Brasil que precisamos construir.

Quero elogiar a participação de vários Parlamentares que resistiram e resistem, que discutem e defendem as questões de seus Estados intransigentemente, assim como defendo as emendas individuais. Não fossem as emendas individuais e a atuação dos Parlamentares, o setor público federal não teria chegado, como chegou, a centenas e milhares de Municípios brasileiros, e estes não saberiam o que são os investimentos do Governo Federal.

Quero dizer também que as emendas de bancada trouxeram ao Congresso Nacional uma discussão que não se realizava anteriormente. Pressões e prioridades dos Estados foram trazidas numa grande construção democrática, mas a forma como essas virtudes se confirmaram criaram distorções que devemos encarar e resolver.

Esta lei, do Presidente Lula, não inova coisa alguma. Ao contrário, é uma lei claramente comprometida, com vícios que o Congresso Nacional precisa, de forma consistente, quebrar na origem.

Esta é a posição que defendemos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Esta Presidência informa que a Resolução nº 1 foi extinta. O Congresso Nacional tem prazo até 30 de agosto para criar uma nova resolução, que tratará da Comissão Mista de Orçamento, ocasião em que teremos oportunidade de corrigir as pequenas distorções existentes.

O processo tornou-se mais transparente. Tanto é verdade que há uma triagem profunda na Comissão.

Homenageio os integrantes daquele órgão técnico pelo trabalho desenvolvido, sobretudo as figuras do Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, e do Relator, Deputado Jorge Bittar. Acredito que trabalhar horas a fio nessa proposta foi um desafio muito grande. Somente a perseverança, o trabalho, a competência e o espírito público fizeram com que nesta tarde-noite pudéssemos votar essa peça orçamentária, a fim de que o País possa dispor de sua lei para custos e investimentos no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Com a palavra o Sr. Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. RONALDO DIMAS (PSDB-TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, embora não ativamente, participei da elaboração do Orçamento que ora nos chega para ser votado. Uma situação me surpreendeu negativamente: o Plano Plurianual. É um absurdo que o Congresso Nacional vote o Orçamento para o ano de 2004 sem sequer termos apreciado o Plano Plurianual, que deveria refletir um projeto de governo transparente para os próximos 4 anos. Sinto que o que aprovamos hoje é um Orçamento de continuidade de quase todos os programas anteriores – digo quase porque alguns foram implantados, mas também não estão claros para a sociedade brasileira. Há, no entanto, algumas exceções.

Vivemos um período de adequações para o próximo ano – arrocho fiscal, elevação de impostos, aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aumento da COFINS, não-reajuste do Imposto de Renda –, para que houvesse caixa para o próximo Governo poder implantar programas, que deveriam estar sendo aprovados primeiramente no Plano Plurianual, mas não estão.

Fico muito preocupado, Sr. Presidente, quando, em entrevista a jornais brasileiros, um banqueiro diz: “*O País vai muito bem. Obrigado*”. Bem para quem? Se não tivemos durante todo este ano queda no nível de desemprego – pelo contrário, aumentou o desemprego no País –, se as empresas estão fechando dia após dia, se os trabalhadores estão cada vez mais atolados em dívidas e não conseguem sequer pagar

suas contas direito, uma realidade hoje, só mesmo um banqueiro para falar que o País vai bem, que a política econômica é a melhor para o País e a única que poderia ser aplicada.

Eu diria a todos os Parlamentares da Situação, da base governista: *"Abram o olho, porque o futuro para quem acredita nas pessoas que só se preocupam com o próprio lucro é sombrio"*. Não podemos ficar absolutamente à mercê do que vem ocorrendo hoje: o sistema financeiro sobrepondo-se ao sistema produtivo.

Apesar de todas essas dificuldades, quero parabenizar toda a Comissão, especialmente o Presidente e o Relator, que tiveram uma conduta impecável no trato com todos os Parlamentares. Espero que, em relação ao Orçamento, este Governo seja diferente em pelo menos um ponto dos Governos anteriores – não só do Governo Fernando Henrique Cardoso. Vem-se dizendo que o Orçamento vai ser cumprido. Então, veremos se efetivamente a promessa do Governo Federal para o próximo ano será levada a sério. Que este Orçamento seja efetivamente cumprido é o mínimo que o Congresso Nacional espera, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando, para uma Comunicação de Liderança, pela Liderança do Governo no Congresso Nacional. S.Exa. dispõe de até 5 minutos na tribuna.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em certos momentos, o Parlamento define o futuro, a vida, a história de um povo. Talvez hoje estejamos vivendo um desses momentos. O Parlamento tem de definir algo essencial à vida do povo brasileiro: o Orçamento da União.

Já em 1925, o então Senador Epitácio Pessoa dizia:

"O Orçamento, entretanto, representa a principal função do Poder Legislativo. Precisa ser organizado anualmente, porque é a maior vantagem para a Nação que a receita e a despesa pública acompanhem as modificações anuais da vida econômica e financeira. Isso se prende ao progresso nacional nos seus variados aspectos, e toda a matéria tributária da iniciativa tem sua necessidade e medida no Orçamento".

Hoje, Sr. Presidente, o Congresso Nacional representa, neste plenário, toda a sociedade brasileira. Não há dúvida de que aqui estão presentes Governo

Oposição. Mas não estamos tratando nem de Governo nem de Oposição; estamos tratando do País, da Pátria.

Sim, Sr. Presidente, nada há aqui a dizer senão que esta peça orçamentária foi fruto do entendimento de todos os partidos, que se debruçaram sobre ela durante vários meses na Comissão Mista de Orçamento. Vamos trazer à apreciação desta Casa não um Orçamento do Governo, do PT, dos partidos da base ou da Oposição. Este é o Orçamento da Nação.

Não venham aqui dizer, Sr. Presidente, que na condição de Líder procurei apenas seguir o caminho daqueles que sustentam o Governo. Não, Sr. Presidente, trabalhamos dia a dia num conjunto de esforços de que todos participaram de maneira efetiva. A peça orçamentária pertence ao Congresso, ao povo brasileiro. Não há paternidade. O Congresso oferece à Nação soberanamente, porque todos os nossos representantes ali estiveram para dizer o que é melhor para o País.

Sr. Presidente, foram inúmeras as emendas oferecidas ao Orçamento. Enfim, nosso trabalho não começou propriamente na peça orçamentária. Ele vem desde a LDO, que, também por consenso, este Plenário aprovou de maneira tranquila e serena, da mesma forma que aprovou todos os projetos de complementação orçamentária.

Registro sobremodo a participação da Oposição. No Congresso está representado o povo, não a Oposição ou o Governo. Aqui está a Nação, que clama pelo bem comum.

Seguindo essa linha de raciocínio, procurei exercer a Liderança do Governo, não como uma conquista pessoal. Não quis andar na frente, ter a exclusividade, nem eu nem nossos seguidores. Incentivei todos a participar da construção da peça orçamentária de maneira pacífica e harmônica. O Líder é aquele que faz com que todos entrem na luta, e a luta é de todos, a vitória é de todos. A vitória da conclusão desta peça estende-se a todos os partidos do Congresso.

Sr. Presidente, trabalhamos diuturnamente. Muitas vezes atravessamos a madrugada. Estamos trabalhando ininterruptamente há mais de 48 horas para dar à Nação, ainda que às pressas, a peça orçamentária para o próximo ano, produto do esforço e da determinação de todos os partidos.

O Sr. Presidente da Comissão Mista de Orçamento está aqui, nosso querido Senador pelo Amazonas Gilberto Mestrinho. Com serenidade, do alto de sua idade, conduziu a Comissão e deu-nos a todos a

chance de questionar, de modificar, mantendo sempre um clima de absoluta democracia.

Estamos vivendo um momento importante para o Parlamento. Temos de mostrar que o entendimento está acima de todos. Não há algo mais terrível, como muitas vezes tenho repetido, do que o amor à Pátria, esse amor que nos une, ideal de Beethoven na Nona Sinfonia. Que todos os homens sejam irmãos! Que todos nós, Parlamentares, sejamos amigos! Que todos sejamos servos do povo! Que todos sejamos defensores da República! Que todos sejamos obreiros da dignidade, do progresso e da justiça!

Sr. Presidente, devemos ser transigentes naquilo que se refere ao relacionamento e ao bem-estar de todos, mas temos de ser intransigentes no que diz respeito ao progresso e à justiça, para que a paz reine sobre todos nós, para que o desenvolvimento seja possível e possamos dizer: "Viva o Brasil!", "Viva o Congresso!", "Viva o povo brasileiro!"

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou mais sensível do que de costume. Mais sensível ao choro da criança, à beleza da rosa, ao crepúsculo, ao pôr do sol.

O Líder Amir Lando, que fez um belo discurso, generoso e patriótico como sempre, disse: "*Alguns partidarizando, enquanto outros pensavam no País*". Eu pergunto a S.Exa. se quem estaria "partidarizando", portanto, se apequenando, seria eu. E gostaria que o Líder respondesse a essa pergunta no microfone.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, não sei se me traí, não sei se minhas palavras disseram o que eu não imaginava. Deve ter sido o cansaço depois de 48 horas de trabalho. Pelo contrário, eu engrandeci a participação. Nós não partidizamos. Na Comissão não houve partidos. Eu jamais quis dizer que houve qualquer ponto de contrariedade. Pelo contrário, quis destacar que a Oposição trabalhou e continua trabalhando conosco, porque o consenso e o entendimento são sempre o ponto alto de todas as decisões no Congresso Nacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito, por hora.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Eu também externo a V.Exa., Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, com quem tive o prazer de conviver

durante muito tempo na Câmara dos Deputados, meu entendimento de que a oposição que V.Exa. faz é ao Governo, e não ao País. V.Exa. é homem sério e respeitado, e tem cumprido com seu dever. Fazer oposição é estimular o estabelecimento de uma verdadeira democracia, e V.Exa. contribui decisivamente para isso.

Por tudo isso, tenho certeza de que o ilustre Senador Amir Lando não se referiu a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ). Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Senador Amir Lando é bom Líder e bom interlocutor, mas não sei se tem do Governo a força que merece.

Farei algumas correções ao discurso de S.Exa. A proposta que será votada hoje pelo Congresso Nacional – e que já foi aprovada pela Comissão Mista de Orçamento – certamente não representa o orçamento do PFL. Também não é o orçamento do PT do passado, partido que tantas promessas fez à população brasileira.

O PT prometeu gerar, nos 4 anos de Governo, 10 milhões de empregos. Com este Orçamento, o Presidente Lula não conseguirá cumprir essa promessa. Também prometeu conceder ao salário mínimo aumento real de 100%. Com este Orçamento, no qual, com muita boa vontade, pode-se considerar que foi concedido aumento real de 5%, ele também não vai cumprir essa promessa.

Além disso, como bem destacou na Comissão de Orçamento o Deputado Alberto Goldman, com os recursos reservados para o funcionalismo não poderá o Governo conceder, no próximo ano, aumento nem de 2% para os servidores públicos. Tal percentual, somado ao 1% concedido neste ano, talvez represente o maior arrocho enfrentado pelos servidores públicos na história do Brasil. E ele será feito pelo PT, embora não tenha sido isso o que o PT prometeu aos servidores públicos ao longo de sua história; pelo contrário, prometeu valorizar esses trabalhadores.

O que mais nos impressiona, no entanto, Sr. Presidente – e tenho repetido isso –, é o superávit primário. Não entendemos como pode o Governo do PT manter tão alto esforço fiscal para 2004. Em 2003, com a inflação que se projetava no início do Governo Lula, era perfeitamente aceitável um superávit na casa de 4,25%. Mas para 2004, isso é um absurdo.

Apresentamos à Comissão e também à imprensa estudo que mostra a curva da relação entre a dívida e o PIB com superávit primário de 3,75% e de 3,5%. Ambos gerariam curva descendente. Isso significa que, com superávit de 3,75%, em 2017, ano até o qual se projetou o estudo, a relação entre a dívida e o PIB seria da ordem de 31%; com superávit de 3,5%, seria de 35%, considerando-se o PIB atual. Tal relação é perfeitamente aceitável por qualquer investidor, nacional ou estrangeiro.

Há que se considerar que um menor superávit primário daria ao País maior capacidade de investimentos – dependendo da diminuição do superávit primário, poderiam ser liberados de 7 bilhões a 10 bilhões de reais com esse fim.

Sr. Presidente, o que viemos discutir nesta tarde é que este Orçamento – se aprovado for, é claro – será o primeiro do PT. Não há mais herança maldita, culpa do passado, do mercado, de nada nem de ninguém. O Orçamento de 2004, que não prevê mais que 5% de aumento real para o salário mínimo, menos de 2% de aumento real para os funcionários públicos e gera investimentos da ordem de 12 bilhões de reais, é muito aquém do prometido pelo PT e do necessário para que o País volte a ter crescimento sustentável.

Nós, do PFL, votamos contra o parecer do Relator na Comissão porque entendemos que o projeto de Orçamento apresentado não atende aos interesses do Brasil. Apesar disso, não obstruímos os trabalhos. Ao contrário, junto com o PSDB, abrimos mão de todos os prazos regimentais para que o Governo pudesse trazer a peça orçamentária ao Congresso Nacional nesta tarde.

A partir de agora, Sr. Presidente, estamos discutindo e avaliando a proposta. E temos certeza de que, infelizmente, o Orçamento que pode ser aprovado nesta tarde continuará a gerar desemprego. Como foi publicado hoje em todos os jornais, a queda havida na taxa de desemprego foi muito baixa. Estamos no final do ano, e o desemprego caiu apenas para 12,2%. Chegou a 20% em São Paulo, cidade da Prefeita Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores – os administradores do PT são campeões na geração de desemprego. Prometeram 10 milhões de empregos, mas terminarão este ano devendo 1 milhão, e terão de gerar, nos próximos 3 anos, 11 milhões de postos de trabalho para que suas promessas sejam cumpridas.

Sr. Presidente, nós, da Oposição, queremos – e é nossa obrigação – fiscalizar todos os dias a atuação do Governo e cobrar dele o cumprimento das promes-

sas de campanha. Afinal, foi graças a elas que a população elegeu o Presidente Lula. A Oposição vai cobrar do Governo, todos os dias, coerência para que possa – como, infelizmente, não tem podido – promover o espetáculo de crescimento prometido pelo Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Em razão de permuta com o nobre Deputado Claudio Cajado, concedo a palavra ao ilustre Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, estamos aqui para votar o Orçamento da União. Há anos participo da Comissão de Orçamento, cujo rito de trabalho é sempre o mesmo: virar noites, como fizemos na noite passada; trabalhar muito; procurar o consenso e o entendimento.

A Comissão de Orçamento exige ampla capacidade de articulação, diálogo e consenso, porque, como V.Exas. podem perceber, não há no plenário *quorum* e há que haver entendimento para que as matérias sejam votadas.

Estamos votando o Orçamento do Presidente Lula, do PT, que prevê irrisório aumento real do salário mínimo, muito inferior ao necessário para dobrar esse valor real, conforme prometido pelo Presidente Lula.

Este é o Orçamento do PT, que não prevê quase nada de aumento para os servidores públicos. Destina-se pouquíssimo dinheiro para esse fim. Líder Arthur Virgílio, aqueles que, às portas do Congresso Nacional, pediam 76% de reajuste para os servidores, concederam 1% neste ano e, conforme a previsão orçamentária, nada darão no ano que vem!

A proposta inicial de Orçamento do Governo Lula previa a possibilidade de remanejamento, por meio de decreto, de 20% dos recursos. O Relator Jorge Bittar acabou acatando destaque do Deputado Alberto Goldman e reduziu esse percentual para 10%, o que ainda é muito para quem está prometendo um Orçamento realista, que vai ser executado plenamente – aliás, há que se dizer que, se isso de fato acontecer, haverá um avanço.

No entanto, Sr. Presidente, os 4% de crescimento econômico que a proposta prevê realmente não está de acordo com os prognósticos nem com o ritmo da economia brasileira. Os Estados Unidos cresceram 7% neste ano, em que não houve crises internacionais, e qual foi a carona que pegamos? Crescimento de 0,1%, para não dizer que foi negativo ou que foi zero! Muito ruim!

Aliás, o Ministro Guido Mantega deve desculpas ao Relator Jorge Bittar e à Comissão de Orçamento porque nos mandou um Orçamento furado em 6,5 bilhões de reais – repito: a proposta já chegou ao Congresso Nacional com menos 6,5 bilhões de reais. Conseguimos reavaliar a receita – o que, aliás, sempre é feito pelo Congresso – e ainda pudemos atender às emendas com certo nível de satisfação, mas faltou dinheiro para os grandes programas do Governo e as grandes promessas do Presidente Lula.

Este é o orçamento que estamos votando, que é a cara do PT, nada de investimento. Tivemos neste ano o pagamento de menos de 3 bilhões de reais nos investimentos da União, enquanto que, em 2002, o Governo Fernando Henrique Cardoso pagou 12 bilhões e 300 milhões de reais.

Ora, por que o desemprego? Por que a recessão? Por que a falta de crescimento econômico? Porque a máquina locomotiva do progresso, que é o Governo brasileiro, está parada, na verdade andando de ré. Digo andando de ré porque estamos aprovando este Orçamento com 1 trilhão e 580 milhões de reais, e no ano passado era de 1 trilhão e 530 bilhões de reais. Portanto, o mesmo dinheiro em reais contra uma inflação de 9%, de 10% ou de 20%, dependendo do índice em que é calculada. Encolhemos de 10% a 20%. Por isso vivemos esta situação hoje.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa escolher entre a morte lenta e a morte súbita. As falas de S.Exa. são a âncora do seu Governo. Se ele falar continuamente, vai sofrer de morte lenta do desgaste que vai provocar na sua imagem; se falar pouco, ou se parar, vai morrer de morte súbita, porque sem Lula não há Governo.

Este momento em que votamos o Orçamento, em que o Supremo Tribunal Federal determina que os recursos da CIDE sejam usados em infra-estrutura, representa um grande avanço, porque foi para isso que votamos essa contribuição. Estamos avançando.

Quero fazer uma referência elogiosa ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Gilberto Mestrinho; aos VicePresidentes; ao Relator, Deputado Jorge Bittar; aos comitês que o assessoram e aos membros da Comissão.

De fato fizemos uma maratona com prazos curtíssimos. Evidentemente, não pudemos cumprir todos os prazos, Senador Gilberto Mestrinho; a Oposição abriu mão de interstícios com a maior boa vontade, Senador Amir Lando. Por isso resistimos bravamente às pressões e conseguimos revogar a Resolu-

ção nº 1, do Congresso Nacional, a partir de 30 de agosto de 2004.

Senador Gilberto Mestrinho, espero que possamos, juntos, construir uma resolução mais ágil, mais rápida, com prazos mais adequados às novas capacidades que a informática nos permite para cumprir prazos rapidamente e ver a peça orçamentária e as decisões dos Relatores-Setoriais e do Relator-Geral na Internet.

Espero que possamos votar o Orçamento mais rapidamente, porque com os prazos da atual resolução nunca conseguiríamos votar o Orçamento dentro do ano se tivéssemos de cumprí-los todos. Tenho confiança de que esses avanços vão nos unir para que o Orçamento seja mais transparente e mais justo para todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Claudio Cajado, que disporá de até 5 minutos na tribuna.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, há uma música, na Bahia, que diz: “*Pau que nasce torto nunca se endireita*”. Posso, tomando como exemplo essa frase, dizer que este Orçamento não se endireitará. Ele é ruim para o País, aquém das expectativas do povo brasileiro. Quem pôde estudá-lo, discuti-lo e, recentemente, votá-lo na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, percebeu claramente que ele não casa com o discurso do PT. O discurso é um, as ações previstas no Orçamento são outras, ou seja, completamente diferentes.

Inicialmente, elogio o trabalho do nobre Relator, Deputado Jorge Bittar, que fez o possível para melhorar o Orçamento – fui testemunha disso –, e consegui fazê-lo. S.Exa. foi democrático, transparente, absolutamente honesto e bemintencionado.

Ao lado do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Gilberto Mestrinho, nós, da Oposição, demonstramos maturidade ao fazer as modificações e críticas que considerávamos necessárias. Porém, não víamos como o Orçamento podia ser benéfico ao País. Então, iniciamos uma grande luta ao exigir que se repusessem os fundos de combate à pobreza e à miséria, incluídos indevidamente no Orçamento da Saúde.

Está presente aqui o Deputado Rafael Guerra, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, que travou uma luta grandiosa. Nós, que temos

uma tradição – até porque foi o Partido da Frente Liberal que criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza –, não poderíamos entender como um Governo comprometido com os excluídos poderia tirar recursos do Fundo de Combate à Pobreza para incluí-lo no Orçamento da Saúde. Depois da pressão desta Casa, da sociedade, o Governo reviu sua atitude inicial. E hoje milhares de excluídos poderão contar com a unificação de programas sociais, tais como o Bolsa Família, ser incluídos na cidadania e ter pelo menos algum tipo de alento.

Sr. Presidente, este Orçamento, com queda brutal de investimentos – algo em torno de 47% –, não tem como fazer com que haja a possibilidade de se dobrar o salário mínimo em 4 anos; está se prevendo algo em torno de 5% com o crescimento de 3% a 4%.

Ora, Sr. Presidente, este ano, e a partir da votação da peça orçamentária, fulmina-se de morte o discurso da herança maligna. Acaba-se com esse discurso na votação do Orçamento, e, a partir do próximo ano, a responsabilidade é inteiramente do Governo do PT. Mas, para se conseguir dobrar o salário mínimo em 4 anos, deveria ter sido dado 25% neste ano. Como não foi, deveria ser dado 25% no próximo ano, ou seja, a metade.

Isso não ocorrerá. De igual forma, a expectativa da criação de 10 milhões de empregos. Dois milhões e meio de empregos deveriam ser criados este ano, mas não foram. E não vamos esquecer disso, até porque estaremos na tribuna para lembrar. No próximo ano, serão 2,5 milhões mais 2,5 milhões de empregos, ou seja, 5 milhões de empregos a serem criados. Como, se há previsão de 4,25% do superávit primário? A LDO previu, neste ano, 4,25%. Entretanto, está dando mais de 5%. Qual o efeito amargo disso? Aumento do desemprego.

Na Região Metropolitana de Salvador, o índice de desemprego é o maior do País. A renda do trabalhador é a mais baixa da história. Não podemos aceitar que digam que está havendo um espetáculo de crescimento neste Natal. Os comerciantes estão vendendo seus produtos em 15, 18 vezes, porque não há quem possa comprá-los. E quem chega para comprar, barganha. Se não for por meio de prestações a longo prazo, não tem como comprar.

Sr. Presidente, estamos vivendo hoje um arrocho. Quem convive com a classe empresarial e os comerciantes deste País está vendo o sufoco deles. E, como se não bastasse, há o aumento da carga tributária. Elevar a COFINS de 3% para 7,6% no momento de crescimento do País em torno de 1% significa tirar

sangue daquele que está precisando de transfusão. As pessoas com quem conversamos estão à beira de um colapso nervoso, porque não sabem o que fazer. E, no próximo ano, veremos esse mesmo cenário.

Repto, em que pese o enorme esforço da Comissão de Orçamento, não podemos fazer muito. Infelizmente, no próximo ano, estaremos ouvindo novamente o mesmo discurso, só que dessa vez sem a herança maligna.

Portanto, Sr. Presidente, no próximo ano, gostaríamos de ver alguns erros do passado não serem repetidos, como, por exemplo, em relação ao FUNDEF. Se fosse cumprida a Lei nº 9.424, de 1996, os valores por aluno seriam de 864 reais, da 1ª a 4ª série, e de 907 reais, da 5ª a 8ª série. Só que, para isso, o Fundo deveria fazer a complementação de 5 bilhões, ao passo que só teremos 701 milhões.

Por outro lado, Sr. Presidente, há o uso maligno de sempre suplementar-se a peça orçamentária no final do ano. O Ministro Guido Mantega declarou esta semana que este Orçamento não terá contingenciamento nem suplementação. Vamos cobrar essa afirmação, porque ele foi feito com essa premissa. Queremos o compromisso do Governo no que diz respeito ao não-desvio de finalidade da CIDE. Este ano, seus recursos foram utilizados para pagar planos de saúde, aposentadorias, enquanto nossas estradas estão esburacadas. Aliás, prevê-se crescimento de 3% a 4% para 2004. Sem investir-se na logística, não teremos como crescer em 2005 nesse mesmo nível.

Sr. Presidente, diante da fatalidade do tempo, reservo-me para discutir a matéria em outra oportunidade, quando da apresentação de destaques e de emendas ao Orçamento, a fim de demonstrar mais uma vez que o discurso do PT é um, mas na prática as ações são outras.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Tadeu Filippelli. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. TADEU FILIPPELLI (PMDB – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero abordar enfoque mais específico em relação ao Orçamento que ora poderemos votar. Vários oradores que me precederam abordaram de forma correta essa peça orçamentária. Concordo em gênero, número e grau com as perspectivas deste Orçamento. Entendo ser um dos mais duros até hoje e de mais difícil panorama.

No entanto, para que não pare a qualquer dúvida com relação às pessoas que ajudaram a construir este Orçamento, em particular o Presidente da Co-

missão, Senador Gilberto Mestrinho, e o Relator, Deputado Jorge Bittar, quero testemunhar o grau de paciência, dedicação e perseverança que muito contribuíram na construção desse entendimento.

Mas a minha verdadeira intenção – e que muito me preocupa – era, respaldado pelo art. 29 do Regimento Comum, solicitar a conferência do *quorum* em virtude do que nos espera, caso o Orçamento seja aprovado nessas condições.

Digo isso com toda tranquilidade, dado o quadro que vivemos no Distrito Federal, onde a convivência política entre PMDB e PT ganha contorno dramático. Caro Presidente, é difícil a nossa luta no dia-a-dia para levar à frente o Governo do Distrito Federal. Recordo alguns fatos básicos que podem dar a dimensão do que isso representa.

Os Restos a Pagar do ano de 2002 não foram de forma alguma considerados na elaboração do presente Orçamento. Posso até entender que esses Restos a Pagar devem e podem ficar fora do atual Orçamento, porém é preciso haver disposição diferente do Governo Federal quanto ao trato dessa matéria.

Outro fato que me assusta e me intriga diz respeito à liberação de qualquer tipo de empenho durante 2003. Caro Presidente, caros companheiros de Casa, registro que nem um centavo foi empenhado durante este ano do orçamento de investimentos para o Distrito Federal.

Volto a registrar a paciência e a perseverança do Relator, Deputado Jorge Bittar. Quantas vezes discutimos o assunto, e S.Exa., pacientemente, buscou uma solução. Infelizmente, até o momento nada foi resolvido, o que nos traz grande intranquilidade.

Volto a insistir em relação ao Fundo Constitucional do Distrito Federal. Como o próprio nome diz, peça disposta por lei e que hoje nos induz a erro absurdo. É grande o seu valor, porém a sua diferença – diminuída em torno de 6% por ser orçamento de custeio – é um desastre para o Distrito Federal, que é uma cidade administrativa. Não há como suportar essa diferença.

Mais ainda, o Governo Federal, desde o primeiro momento, tendo identificado essa dificuldade e reconhecido esse erro na elaboração da peça orçamentária, assumiu o compromisso, na esfera da Fazenda e do Planejamento, de resgatar o valor original do Fundo, cuja atualização do valor regido pela Lei nº 10.633 infelizmente não foi realizada.

Pior ainda, no primeiro momento, quando começamos a trabalhar no Orçamento, houve compromis-

so assumido em parte pelos Deputados do PT com os Deputados da bancada do Distrito Federal de que tal equacionamento seria dado ao longo do trabalho.

Estamos quase no momento da votação. Na minha opinião, o pedido de verificação de *quorum* representa uma violência e um desrespeito a todos os demais companheiros desta Casa. Não posso sair daqui hoje com a incerteza pairando sobre os destinos do Distrito Federal, principalmente porque fomos induzidos a erro quando encaminhamos à Câmara Legislativa do Distrito Federal planos de cargos e salários para as áreas de Educação e Saúde, acreditando justamente na garantia do Governo Federal de atualização do valor desse Fundo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, era o que tinha dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, devo dizer que não concordo com o fato de que algo que está previsto no Regimento, portanto, constitucional e legítimo, possa ser visto como uma violência.

Se o encaminhamento for no sentido da verificação de *quorum*, tendo cabimento, a sessão tem de ser suspensa. Se porventura for pedida verificação de *quorum*, de fato tem de haver maioria funcionando como maioria, a despeito do Natal.

Ontem, por exemplo, conseguiu-se votar a COFINS, e havia muita gente. Para dar aquela tungada no bolso do contribuinte, ontem estava cheio de gente aqui.

Hoje, na votação do Orçamento, que supostamente é a peça que mais interessa a todos, não há ninguém. É preciso que saibam que estamos votando aqui com poucas pessoas. É uma sessão fantasma, porque há poucos Parlamentares no plenário.

Quero lavrar meu protesto e discordar do ilustre Deputado que me antecedeu, dizendo que é legítimo o pedido de verificação de *quorum*. Se alguém não quer enfrentar esse dissabor, que coloque maioria aqui, se for o caso.

Outro assunto, Sr. Presidente. Peço a V.Exa. que registre meu protesto, em nome de meu partido, às palavras imprudentes e insultuosas ditas pelo Presidente Lula e relatadas na imprensa. Elas não foram desmentidas, e nos jornais saiu muito bem que, segundo Lula, o Ministro José Dirceu, quando vinha ao Congresso, voltava de cuecas. Pois se alguém põe o Ministro José Dirceu nu, não sou eu; se alguém tira a

roupa do Ministro, não é meu partido; se alguém tem o mau gosto de querer ver esse *strip-tease*, não é a Oposição. Portanto, não aceito essas palavras, repiloas e as devolvo.

O Ministro José Dirceu pode vir aqui à vontade. Se algum dia quiser vir para falar comigo, que fale; se quiser passar por aqui sem falar comigo, que passe sem falar comigo. Mas, na minha relação com o Ministro, S.Exa. entra vestido e sai vestido, graças a Deus!

Fica lavrado o meu protesto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, em primeiro lugar cumprimento o Relator, companheiro Jorge Bittar, pelo trabalho realizado. Cumprimento também o Líder do Governo, Senador Amir Lando; o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Gilberto Mestrinho; os Sub-Relatores, de maneira muito especial aqueles com quem tive a oportunidade de partilhar opiniões nos comitês mais difíceis, como o de Emendas; os companheiros da oposição e os companheiros dos partidos aliados, pois fizemos um trabalho conjunto – vejo o Deputado Claudio Cajado, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes do Comitê de Emendas; enfim, todos que participaram de mais essa jornada.

Eu, que sou tão antigo em Comissões de Orçamento – só na Câmara dos Deputados é meu nono ano, pois esta é a minha terceira Legislatura e todos os anos faço parte dessa difícil Comissão –, pude observar como foi edificante a construção do Orçamento deste ano. Foi um ano particularmente difícil. Recebemos o País com graves dificuldades econômicas, portanto trabalhamos um Orçamento com volume de recursos em circunstâncias adversas, além das condições políticas também desfavoráveis. Se tivemos um ano um tanto esvaziado de recursos, tivermos um ano cheio, repleto de desafios políticos.

Houve no Congresso Nacional grandes batalhas, grandes desafios. Na condição de Relator, participei da reforma tributária, acompanhei de perto a reforma previdenciária e tantas leis importantes aqui votadas. Algumas, antigos desafios; outras tramitavam há muitos anos na Casa: a Lei do ISS, há 14 anos; a Lei de Falências, talvez o mesmo tempo; a reforma do art. 192 da Constituição, há 7 anos. E vencemos todas essas batalhas.

O ano nos deixou um tempo escasso para a construção do Orçamento. E, mais do que isso, recebemos a dura tarefa de fazer um orçamento realista e verdadeiro, de trabalhar com aquilo que tínhamos para ser executado. Portanto, tivemos um ano apertado tanto do ponto de vista político quanto econômico. Tivemos a dura tarefa de fazer um orçamento verdadeiro, para restabelecer as condições, a cultura da verdade orçamentária, e o fizemos. Foi uma tarefa difícil, porque, a partir da votação do Orçamento, das duas verdades que dizíamos durante a reforma tributária, uma delas ficou absolutamente incontestável. Dizíamos que a reforma tributária não aumentaria as taxas em hipótese nenhuma.

A segunda barreira intransponível, que jamais iríamos fazer, seria a União avançar sobre os recursos no bolo tributário. Faríamos, com todas as dificuldades, uma reforma distributiva. Isso ficou claro desta vez. Todos que participaram viram como a redistribuição feita pelo Governo Federal com a reforma tributária em direção a Estados e Municípios nos deixou em situação muito difícil.

Antes de atender às emendas parlamentares, tivemos de observar os dispositivos da reforma tributária, que destina recursos a Estados, a Municípios, ao Fundo de Compensação das Exportações e determina o repasse da CIDE.

Dessa forma, ficou claro que a reforma tributária proposta é distributiva e que o Governo Federal apostava no aumento da arrecadação através do saudável crescimento da economia. Prova maior disso foi a nossa decisão de abrir mão de receita tributária na votação da COFINS. Em lugar de trilharmos o caminho fácil da manutenção da ficção arrecadatória, tivemos a dura medida de, às vésperas da votação do Orçamento, fazer um corte de 25% nas receitas para não ferir o princípio da transparência e da verdade tributária.

Portanto, é edificante estarmos aqui esta noite diante de um plenário que não considero vazio, tendo em vista ser antevéspera de Natal, trabalharmos durante uma convocação extraordinária, depois de uma noite insone.

Vejo o meu xará, Senador Arthur Virgílio, ainda sem almoçar. Na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização estamos habituados a tomar uma sopa servida a cada madrugada e a cada almoço.

Vencemos essa etapa e vejo agora um Plenário atento.

Estamos aqui para consagrar a vitória expressiva de termos votado neste ano difícil todas as questões legislativas sem exceção de alguma, inclusive o Orçamento, que foi votado não na última hora, como muitos dizem, mas antecipadamente. Na última Legislatura, todos os orçamentos foram votados depois do Natal – todos eles.

Sr. Presidente, sinto orgulho de ter participado desse projeto, sobretudo pelo mérito do Orçamento. E esta é a parte mais bonita que desejo dizer a todos: este é um orçamento profundamente social e desenvolvimentista. Este, é verdade, é o primeiro orçamento do Governo Lula.

A matéria, ao estabelecer a verdade orçamentária, não ressalta apenas o compromisso com a transparência e com a democracia, mas também derruba o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico, a saber: a taxa de juros, a qual foi impulsionada por uma economia conduzida ao descalabro.

E este Orçamento representa um instrumento para diminuir a taxa de juros de maneira significativa e sustentável, para abrir um espaço para o crescimento econômico, contemplando programas sociais, a área da Saúde.

Que beleza! Estamos superando, em muito, as imposições constitucionais para a Saúde. Estamos levando adiante os programas sociais devidamente consignados e balanceados na nossa peça orçamentária! Estamos fazendo o Orçamento em parceria com o Governo dos Estados e com a Oposição. Estamos fazendo as emendas nas diversas funções, para execução tanto do Governo Federal, quanto dos Governos Estaduais e Municipais. Sob esse ponto de vista, o Orçamento expressa também solidariedade federativa. Portanto, Sr. Presidente, sinto-me orgulhoso de ter participado do processo.

Agradeço a todos os que nos possibilitaram este momento brilhante de vitórias do Congresso Nacional, tanto do Senado da República, quanto da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, com base no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, peço o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – O § 2º do art. 29, citado pelo ilustre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, é claro:

“Art. 29

§ 2º No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28,

o Presidente encerrará os trabalhos, ex officio ou por provocação de qualquer Congresista”.

Diz o § 1º do mesmo artigo: “*Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos...*”.

É o caso. O Regimento exige a presença de um sexto de Senadores e de um sexto de Deputados. Entretanto, não gostaria de encerrar a sessão sem antes fazer um apelo.

O Orçamento não é uma peça do Governo, mas do País. Empreendeu-se grande esforço até o momento para que esta sessão se tornasse realidade. A votação do Orçamento é a culminância dos trabalhos do Congresso Nacional – talvez este ano tenha sido um dos mais profícuos no que diz respeito a sua atuação.

Os compromissos assumidos aqui foram muitos. Acredito que a Comissão Mista de Orçamento, dentro do possível, realizou trabalho extraordinário, transparente, claro e democrático. Mais uma vez louvo seu Presidente, Senador Gilberto Mestrinho; os Vice-Presidentes; o Relator-Geral, Deputado Jorge Bittar, e os demais integrantes daquele órgão técnico pelo belíssimo trabalho realizado.

Após 29 anos de atuação na condição de Parlamentar, será enorme a frustração, porque sou um dos mais críticos do nosso Poder. Crítico, mas não gosto que ninguém o faça, a não ser quando haja motivos suficientes.

Se o Congresso Nacional não é capaz de votar um orçamento para dotar o País no ano seguinte da lei de custeio e investimentos, ou lei dos meios, precisa ser reformado, passar por alguma reciclagem – é fundamental que assim ocorra.

Espero que nos próximos anos não se deixe a votação da Lei Orçamentária para o final de dezembro. Gostaria que ela fosse votada até o dia 1º de dezembro, conforme disse o Senador Arthur Virgílio, com número suficiente para que fatos desta natureza não mais aconteçam, e, uma vez pedida a verificação, haja o *quorum* necessário.

O Senador Arthur Virgílio é patriota, homem correto, decente e responsável. Já ocupou os cargos mais importantes do País: foi excelente Ministro de Estado e excelente Prefeito da Cidade de Manaus, onde deixou sua marca. É homem de idéias e princípios.

Respeito o Senador Arthur Virgílio como poucos. Por isso e pela amizade que tenho pelo ilustre

Parlamentar, dirijo a S.Exa. um apelo em meu nome pessoal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há poucas pessoas na Câmara dos Deputados com quem tenha mantido entendimento de adversário para adversário tão cordial e correto quanto com meu xará, o Deputado Virgílio Guimarães.

Há pouco dizia ao querido Deputado Virgílio Guimarães que hoje era dia de o PT ouvir, Deputado Jorge Bittar.

Eu ouvi muito. O papel de Líder de Governo muitas vezes é ouvir. E o PT é um partido que ainda fala pelos cotovelos e não aprendeu a ouvir. No entanto, contem comigo na trajetória desse aprendizado. Se depender de mim, ao término deste Governo, haverá taxa zero de arrogância. Taxa zero, repito. Digo isso porque não é mais tolerável a repetição do velho jargão da tal herança recebida, que só diminui intelectualmente o Governo.

Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um recorte do jornal *O Estado de São Paulo*, edição de 2 dias atrás. A matéria diz que, de fato, foi brilhante o trabalho do Presidente Lula de recuperar a credibilidade que ele próprio arranhou, de recuperar o prejuízo que ele próprio causou.

Herança maldita foi a que Lula deixou ao Lula, com suas idéias, seu passado ou a inconseqüência de pessoas próximas a ele, tão importantes, que faziam propostas completamente desarrazoadas em relação à vida nacional. Isso agitou os mercados, levou ao *overshooting* do dólar, criou a inflação mais uma vez. Fez um trabalho brilhante, sim, limpando a Casa que ele próprio sujou, corrigindo o equívoco de toda uma trajetória.

Então, tal referência é algo que me soa como desrespeito, diante da ajuda que estamos dando, no que toca a assuntos de País, nós que temos o compromisso de enfrentar o Governo no que se refira a melindres, a detalhes de Governo.

Da mesma maneira, dizem que estão aprovando o Orçamento antes do Natal. Passei o Governo inteiro, na condição de Líder, aprovando o Orçamento antes do Ano Novo, porque antes do Natal o PT não deixava. Como não se aprovou a reforma previdenciária porque o PT não deixou; como não se aprovaram outras reformas neste País, porque o PT não deixava. Sincero mais que todos foi o Presidente João Paulo Cunha ao afirmar que o partido não tinha nada contra as reformas, mas tinha um projeto de poder. Era fundamental boicotar aquele Governo para que

não desse certo e o partido pudesse tocar para frente seu projeto de poder. Ou seja, o partido e seu projeto de poder estavam à frente dos interesses maiores do País.

Quando disse que esta é uma sessão fantasma, não desmereci a presença dos que aqui estão. As pessoas tradicionalmente imaginam que este momento seja de consenso. Há agora neste plenário número significativo para uma sessão de segunda ou de sexta-feira, mas não para a sessão que delibera sobre a lei mais importante do País. Ainda há pouco, eu discordava de um ilustre Deputado que fez um belíssimo discurso, até externando ponto de vista parecido com o meu. Dizia S.Exa.: “*Eu considero que seja, de fato, uma violência, a esta altura, pedir verificação de quorum*”. Não sei se violência não seria não haver a presença dos Parlamentares na sessão, não se dar valor à lei mais importante, ou o Governo entender não ser essencial mobilizar sua bancada.

Volto a dizer: ontem o Governo mobilizou, e de maneira mesquinha, sua bancada; à traição, emboscando a Oposição. Foi assim que mobilizou sua bancada ontem, quando tratávamos da COFINS, arranhando as relações entre Líderes desta Casa, com seqüelas para o futuro.

Sr. Presidente, tenha V.Exa. a certeza de algumas coisas. Uma delas é de que nossa convivência na Câmara dos Deputados não foi, em nenhum momento, em vão. Aprendi, no convívio com V.Exa., a conhecer o homem simples e, ao mesmo tempo, preparado intelectualmente, obstinado, capaz de vencer vicissitudes que a própria natureza lhe impôs, para tornar-se um dos mais brilhantes oradores que já vi passar pela Câmara dos Deputados. Vi em V.Exa. a lição da combatividade, como vi também a lição da conciliação.

Não gostaria de ser acusado, em nenhum momento, de trabalhar contra meu País, como também de ser omisso em relação ao que parece um descalabro: alguém imaginar ser o dono da verdade, que tenha pensamento único a impor ao País, que tenha algum partido ou algum grupo de pessoas dono da ética, enquanto as demais pessoas são meros coadjuvantes, numa cena em que a verdade deve impor-se.

Há tucanos, petistas, peemedebistas honestos, mas há também desonestos em todos os partidos, em todas as profissões. Não se pode dizer: a verdade está aqui, e o resto é mentira.

Pegamos o Governo arrebentado. Por outro lado, com nossa luz, estamos tentando consertar a incompetência herdada. Ou seja, quero chamar a atenção de cada um para o fato de que é hora de uma re-

flexão muito profunda. Precisamos perceber, primeiro, que, se não há o monopólio da honra e da competência, não é verdade que haja o da combatividade nas mãos de um só partido, porque não há; que haja o da capacidade de resistir a um só partido, porque não há; que possa haver o da capacidade de servir ao País num só partido, porque não há.

Sirvo ao meu País, até com muito mais capacidade de pensar nos interesses estratégicos. Até facilito as coisas para o Governo, nesta Casa, diariamente, sem parar, a ponto de ser criticado por setores que têm talvez menor compreensão, dentro do meu próprio partido, e dizem: você fala, fala, mas vota com eles, ajuda-os, viabiliza-os. Eu digo: então, vocês entendem que no meu partido talvez haja uma diferença entre a minha retórica e meu voto. Minha retórica é para alertar contra desvios éticos, autoritarismo, arrogância, mas meu voto deve ser posto a favor do País. Devo ser duro na hora da retórica, mas não deve me faltar lucidez, bem como a meus companheiros, para sermos capazes de votar, e votar, e votar todas as vezes que o Brasil precise, inclusive contra, contra e contra todas as vezes que o País exija.

Sr. Presidente, homenagearei meu xará, Deputado Virgílio Guimarães, essa figura correta, o Senador Jorge Bittar e sobretudo V.Exa., querido e fraterno amigo de tantas lutas, ao meu lado hoje na trincheira da Oposição, ao meu lado ontem, quando, contra uma Oposição que se mostrava irracional, tentávamo construir dias melhores para o País.

Sinto que, se eu mantivesse o pedido de verificação de *quorum*, talvez hoje não dormisse com a cabeça tranquila e pensasse: meu Deus do céu! Aquela Oposição do passado me fez mal, viciou-me, degenerou-me e transformou-me noutro homem! Não quero virar outro homem. Quero ser uma pessoa que sirva ao País. Tenho 2 trincheiras para servir ao País, enquanto estiver na vida pública: no Governo ou na Oposição. Não posso servir ao País na dubiedade. Se sirvo ao País no Governo, procuro trabalhar para valer, com honra, com força, com fé, a favor do meu País, construindo. Se sirvo ao meu País na Oposição, enfrento os erros de um Governo, mas não quero me opor às perspectivas do País.

Imagino que daqui para a frente todos refletirão, e muito enfaticamente. O Partido dos Trabalhadores não desrespeitará seus adversários com essa retórica furada da falsa herança maldita – foi herança de Lula para Lula. Se fosse o contrário, esta sessão cairia. Como não é o contrário, e a Oposição é madura – repito a homenagem a cada um dos meus companheiros, a cada um dos meus adversários e ao Congres-

so Nacional –, atendo a V.Exa. e digo: vamos aprovar o Orçamento. Que este seja o Orçamento do PT de Lula, mas seja também a contagem para o primeiro ano de um Lula, Líder Amir Lando, humilde, capaz de respeitar a minoria e os adversários, um Governo que, daqui para frente, nunca mais menospreze a opinião de quem quer que seja, para que tenhamos uma convivência efetivamente fraterna, a favor de um País. Podemos ser contra ou a favor de governos.

Sr. Presidente, estou aqui para convalidar a votação do Orçamento, numa hora em que estava nas nossas mãos. Esta é a maior prova de que temos compromisso, no conjuntural, de combater o Governo e, no estrutural, de servir ao País. É para servir ao meu País que atendo a V.Exa. e retiro o pedido de verificação de *quorum*. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência agradece ao extraordinário homem público e ilustre Senador Arthur Virgílio pela retirada do pedido de verificação de *quorum*.

V.Exa. demonstra mais uma vez que, além de ser um oposicionista forte, é também um brasileiro que pensa neste País.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta Mesa, Deputado Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Parlamentares, espero que o triste espetáculo que vemos neste fim de período legislativo sirva, de uma vez por todas, para dar fim a esta era maldita de modelo errado de discussão, votação e aprovação do Orçamento da República.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, louvo a atitude do Senador Arthur Virgílio, que recua de uma posição que seria drástica, mas recuperável – o adiamento desta votação seria a pior das soluções –, e elogio a humildade de S.Exa.

Cheguei aqui juntamente com os dois Virgílios, mais irresponsáveis do que eu, comandando movimentos, enfrentando as conjunturas da época, os piquetes pelo Brasil afora, as Diretas-Já, enfim, os dois de braços dados, de acordo com suas convicções. Ao vê-los divergir nesta noite, chego à conclusão de que tudo isso é produto da estafa, do cansaço deste modelo errado e atrasado de Orçamento com o qual vivemos há muito tempo.

Nos períodos de governos indiretos, o Parlamento não tinha ingerência sobre o Orçamento. Com

a Constituinte, na recuperação desses poderes, o Congresso Nacional passou a viver uma nova fase.

Sras. e Srs. Congressistas, este Parlamento já viveu momentos tristes, inesquecíveis, devido a esse modelo de Orçamento. Perdemos companheiros culados e inocentes, que tiveram de deixar a vida pública pelo modelo tentador de aliciamento que percorre os gabinetes e as Comissões.

Sr. Presidente, no meu sexto mandado parlamentar, procurei manter a maior distância possível da Comissão de Orçamento, confiando naqueles que têm a missão de aprová-lo e discuti-lo. Hoje, tive oportunidade de ir àquela Comissão tratar de assunto de interesse de emenda do meu Estado e vi que o espetáculo não mudou em nada. Os Parlamentares continuam brigando por benefícios para seus Estados e Municípios, o que é legítimo, sob pressão dos mesmos lobistas de 20 anos a querer induzir e mandar indevidamente o Orçamento que pertence ao povo brasileiro.

Espero, Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, que esse modelo de orçamento viciado se esgotar agora, pois não serve ao País, e que seja o último a ser votado no Congresso Nacional.

Caro Relator, Deputado Jorge Bittar, espero que das suas experiências nos descreva no relatório as amarguras e as dificuldades que enfrentou no dia-a-dia, a fim de que seja aprovado, o mais rapidamente possível, o Orçamento impositivo, que nos tire desse eterno clube da falsa felicidade, em que todos brigamos por verbas que sabemos de antemão jamais serão pagas, cumpridas ou honradas.

Sras. e Srs. Congressistas, lutamos pelo Orçamento de 2004. No entanto, ainda não tivemos liberação de parte dos Orçamentos de 2002 e de 2003. Os Parlamentares vivem como mendigos, de pires na mão, de Ministério em Ministério, tentando salvar o que é essencial para seus Estados e Municípios.

Foi dito aqui que parte da paralisia nacional se deve ao Orçamento não liberado. Não respondo pelo Sul ou pelas regiões mais ricas, mas pelo Nordeste, onde vivo, e pelo Piauí, o qual represento.

É de lastimar a situação de penúria em que as Prefeituras se encontram, porque os orçamentos não são liberados para melhorias habitacionais, calçamentos, energia. Enquanto isso, paralelamente, vota-se, ano a ano, no Brasil, emendas para a construção de grandes barragens, de grandes açudes, sem sequer se preocupar com aquelas que foram iniciadas e estão catalogadas como obras inacabadas.

Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, ninguém melhor do que V.Exa. para presidir esta sessão; V.Exa. talvez seja o Parlamentar mais antigo, com mandatos contínuos no Congresso Nacional, e que testemunhou, ao longo deste ano, as mazelas que nós, Parlamentares, vivemos por conta desse famigerado modelo.

Faço um apelo na qualidade de correligionário e amigo de V.Exa.: assuma, a partir de agora, a bandeira da votação do Orçamento impositivo, sem falsas felicidades com a realidade nacional, para que fatos dessa natureza não aconteçam, para que não se repita o que presenciamos neste final de tarde e início de noite.

Sr. Presidente, não gosto de me meter na seara alheia. Respeito muito o equilíbrio federativo, mas não se justifica que, no dia da aprovação do Orçamento, o Distrito Federal, o hospedeiro de todos nós, não tenha ainda suas emendas devidamente equacionadas, definidas e prontas em iguais condições para serem aprovadas aqui.

Hoje é o Roriz, amanhã poderá ser qualquer um deles. Brasília, que nos hospeda, é modelo de segurança pública no Brasil. Como sabemos, nosso País é carente de segurança pública. Faltar com o Orçamento à Capital Federal é colocar em risco essa cidade pacata e as autoridades estrangeiras que nos visitam no dia-a-dia. Devemos respeitar a história dessa cidade idealizada por Juscelino Kubitschek.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, trago a V.Exas. apenas um dado para mostrar o clube de falsa felicidade no qual vivemos e o papel que representamos nesta tarde.

A CIDE deve arrecadar neste ano 8 bilhões de reais. O Ministério dos Transportes informa que só recebeu 1 bilhão, 780 milhões, dos quais apenas 591 milhões foram investidos na recuperação de estradas e rodovias. Maior desrespeito com a Federação e com os produtores não há.

Finalmente, o Supremo toma a decisão de reverter esse quadro.

Srs. Congressistas, feito este registro, encerro minhas palavras repetindo o que disse no início: rogo a Deus que este seja o último espetáculo deprimente que vivemos. Líder Amir Lando, a culpa não é nossa, mas de um modelo cuja mudança foi defendida recentemente em praça pública. Culpa nenhuma – quero dar aqui o meu depoimento – tem o Relator Jorge Bittar ou o Presidente Gilberto Mestrinho. Cabe-nos mudar esse modelo. Cabe ao Congresso Nacional assumir essa responsabilidade.

Senador Arthur Virgílio, passamos este vexame um dia após esta Casa, repleta de Parlamentares, aprovar de surpresa a COFINS.

Como é triste ver que está aqui o Sr. Jorge Bittar e que os Líderes do seu partido nas 2 Casas já estão em seus Estados, gozando as belezas e as delícias antecipadas do Natal, desmoralizando o Orçamento do Governo que defendem e lideram. A Oposição não tinha tanta obrigação de estar aqui. Quem tinha obrigação, Líder Jorge Bittar, eram os Líderes e os aliados de V.Exa. Em solidariedade à solidão de V.Exa., decidi perder o vôo para minha base e ficar aqui. Acho que o trabalho que V.Exa. e os Sub-Relatores empreenderam ao longo desses dias não pode ser incomprendido por esta Casa.

Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, assuma a tarefa, comande as modificações. Não agüentamos mais o Orçamento como está.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB-RO). Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apelo a V.Exa. para que determine o início da leitura da peça orçamentária, a fim de que possamos analisá-la, apreciá-la e aprová-la, conforme a vontade soberana deste Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concordo com V.Exa.. Após a manifestação do nobre Deputado Rodrigo Maia, pela Liderança do Partido da Frente Liberal, como 1º Vice-Líder e por delegação do Líder José Carlos Aleluia, que já se manifestou na discussão da matéria, iniciaremos a leitura do relatório e do parecer do ilustre Deputado Jorge Bittar, Relator do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ). Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o primeiro ponto que acho relevante deixar registrado nesta noite é que nós, do Partido da Frente Liberal na Câmara, como disse na discussão, abrimos mão de todos os prazos regimentais que cabiam à Oposição na sua obstrução.

Fizemos um acordo com o Líder Amir Lando, que sempre foi muito correto com o PFL, e disse que inclusive no plenário o PFL iria colaborar com a tramitação da matéria, já que, no mérito, nosso partido discorda do Orçamento da União apresentado pelo Governo Lula.

Não temos nenhum constrangimento e nenhuma dificuldade em pedir verificação de *quorum* e co-

brar do Governo sua obrigação, de colocar esta noite em plenário seus Parlamentares, a sua base no Congresso Nacional. Sr. Presidente, cabe ao Governo, que tem ampla maioria – principalmente na Câmara dos Deputados, que aprovou as reformas tributária e previdenciária –, essa importante obrigação.

Não concordamos com o projeto de poder do PT e esse Orçamento é a base de um projeto de poder que vai terminar o ano com crescimento zero da economia e, como bem disse o Senador José Jorge, 0,2% é zero; com o aumento do desemprego, quase 1 milhão a mais de novos desempregados neste País; com a taxa de juros na casa dos 10% e com uma proposta para o próximo ano que nada representa do prometido pelo PT neste Governo.

Lembro ao Deputado Jorge Bittar que, no primeiro semestre, fomos ao Presidente da República, na crise desencadeada pela prisão de Fernandinho Beira-Mar, e foi prometida a construção de um novo presídio de segurança máxima. Onde está esse presídio, Sr. Presidente?

São muitas frases de efeito e poucas realizações.

Lembrou bem o Senador Arthur Virgílio, e também lembrei ontem diversas vezes na Comissão Mista a frase do Presidente da República, e por isso até me tornei chato – e na minha opinião se a base do Governo tivesse vergonha na cara nada aconteceria no Congresso Nacional esta semana –, quando disse que seu Ministro mais importante chega a esta Casa de terno e sai de cueca. Desculpe-me, mas S.Exa. ofendeu sua base. E como bem disse o Líder do PSDB, S.Exa. não negocia com a Oposição, não trata com a Oposição. Tenho certeza de que isso não existe porque conheço os Parlamentares da base. Essa frase foi infeliz.

Lamentavelmente, não houve nenhum tipo de reconsideração. Se esse fato tivesse ocorrido em qualquer outro país com congresso mais atuante e imprensa que cobrasse mais – apenas um jornal veiculou a notícia –, teríamos pelo menos um pedido de desculpas aos Parlamentares da base.

Repto a frase, Sr. Presidente: “*O José Dirceu entra aqui de terno e sai de cueca*”. Espero que ele não tenha vindo com a carteira no bolso. Os óculos, com certeza, estão com ele, porque, no final de semana, acompanhou o Presidente Lula ao Rio Grande do Norte e estava usando óculos escuros.

Sr. Presidente, nós, do PFL, colaboramos sim. De fato, seria importante que o Governo tivesse seu

Orçamento para parar com essa história de culpar os outros por seus problemas.

O Risco Brasil não subiu do jeito que subiu graças ao Governo anterior, mas graças à base que acompanha o Presidente Lula e às frases e promessas feitas por tantos anos. Quantos Deputados do PT, Deputado Alberto Goldman, carregavam neste e no plenário da Câmara a bandeirinha contra o FMI? Quantas propostas de assinaturas contra o pagamento da dívida externa? Quantas vezes o PT criou insegurança e ainda cria?

O superávit primário de 4,25% é por falta de credibilidade ao Governo do PT. Se fosse o Governo anterior, os 3,25% do Presidente Fernando Henrique já seriam suficientes para manter a relação dívida/PIB em trajetória descendente e levar tranquilidade ao mercado financeiro.

Infelizmente, Sr. Presidente, este Governo tem mais preocupação com os banqueiros internacionais e com a banca nacional do que qualquer outro Governo. O superávit primário garante que os banqueiros terão seus pagamentos em dia, receberão amortização da dívida e o que cobram de juros do Governo brasileiro.

Por isso, o PFL tinha o compromisso de trazer essa peça orçamentária para o plenário, mesmo registrando nossa posição contrária. E, depois de o relatório ser lido pelo Relator, não teremos nenhuma dificuldade de pedir ou não ao Governo que coloque sua base no plenário. Isso será decisão da bancada, dos nossos Parlamentares.

Há muita dificuldade, Líder Amir Lando, principalmente com o que ocorreu no Senado ontem, com a forma como foi tratada a Oposição. E em outras questões também, votações de madrugada na Câmara, em que só descobrimos a redação das matérias na última hora; inclusive votações de importantes reformas para o País.

A responsabilidade de aprovar o Orçamento é do Governo. Nossa responsabilidade é analisar a peça orçamentária, criticá-la, fiscalizá-la, e, se for necessário, se não acharmos que ela é importante para o Brasil, obstruí-la até o momento em que o Governo consiga *quorum* no plenário do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sobre a mesa o seguinte requerimento de destaque que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 49, DE 2003-CN

Estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2004.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 33 e 31, da Resolução nº 1, de 2003-CN, Destaque para votação da Emenda nº 71180001, anexa, apresentada à Lei Orçamentária da União para o exercício financeiro de 2004.

Justificação

Termos como falta de planejamento, erros de dimensionamento, superfaturamento, descontinuidade administrativa, ingerência privada e ingerência pública indicam, no mais das vezes, as condições para execução de obras e investimentos no País. Responsáveis pela logística econômica e aproximação social, apenas dois ministérios, Transportes (322) e Integração Nacional (226), totalizam 548 obras paradas. Embora não sejam as únicas a abrigar tal tipo de problema, as duas pastas lideram o ranking do abandono.

O desperdício ultrapassa governos. Volta e meia o Congresso os expõe. Como fiscal, o Tribunal de Contas da União apresenta os relatórios. Cresce, inobstante claras as medidas e expostas as obras em desacordo, o número de problemas sem qualquer solução.

Em 1995, CPI do Senado Federal identificou 2.214 projetos que tiveram sua execução abandonada, estimando o prejuízo em R\$15 bilhões, em valores da época. Hoje, nem sequer há números globais que permitam dimensionar o problema com precisão.

Dentre as obras, as rodovias concentram o maior número de abstenções. Se não estão terminadas, estão incompletas. Em certos casos, e independentemente do motivo que transformou a ação em insucesso, o gestor local, atraído pela abertura de novas interligações, inicia novos trechos sem a conclusão dos anteriores.

Caso recente trata da duplicação da BR-232, no trecho Recife–Caruaru. Na ação já foram investidos R\$357 milhões, por via de recursos do Estado e do Governo Federal. Ocorre que as estruturas, nesse perímetro, continuam incompletas, ou por falta de conclusão de acessos e trajetos vicinais, ou por falta de acostamentos e sinalização, prejudicando, sobremaneira, a trafegabilidade econômica e a segurança pessoal.

Inobstante essa carência, ora de fundo econômico, ora de fundo social, ora de fundo administrativo,

prevê a Emenda destacada, a extensão do trecho até a cidade de São Caetano. A relevância e o mérito da emenda é inquestionável, até porque traria à importante região do município de São Caetano condições de escoamento produtivo e adequação às demandas turísticas, obstadas por falta de acessos viários estruturados.

Deve a Emenda, a par das medidas de infra-estrutura não terminadas, além de prever recursos para esse trecho, em mérito incontestável, preservar a etapa anteri-

or (Recife–Caruaru), inconclusa. Tal fato permitirá que as ações sobrestadas na via sejam finalizadas. Darão à laboração e à civilidade que faz uso a estrada, complemento e adequação para tráfego e transporte.

Posto isso, solicitamos, por meio da presente proposição, que o texto da Emenda seja alterado, substituindo a expressão “Trecho Caruaru–São Caetano” por “Trecho Recife–São Caetano”.

Sala das Sessões , – Dep. **Eduardo Campos**,
Líder do possible – Deputado **Gonzaga Patriota**.

<u>Carlos Núñez 603 917</u>	<u>VICENTE GUERRERO</u>
<u>Mauricio</u>	<u>315-</u>
<u>En Edm C.</u>	<u>219</u>
<u>Cisneros</u>	<u>210</u>
<u>Juan</u>	<u>321</u>
<u>Alvaro</u>	<u>329</u>
<u>Alvaro</u>	<u>446</u>
<u>Paulo</u>	<u>315</u>
<u>Bonifacio</u>	<u>376 NILSON MORENO</u>
<u>Paulo</u>	<u>837</u>
<u>COCCOLE</u>	<u>436 JOSE CHAVES.</u>
<u>Paulo</u>	<u>GERALDO MESQUITA JR - SANTOS</u>
<u>Paulo</u>	<u>SANTOS JUNIOR - SANTOS</u>
<u>Paulo</u>	<u>20 m. JULIAN - SANTOS</u>

~~Alveolites~~

~~D. Al Silva~~

~~Am. Eng.~~

~~Albuquerque Inst.~~

~~Am. Petrol. Inst.~~

~~Barrocas~~

~~Sop. feld~~

~~flint feld~~

~~Quartz~~

~~Sp. -~~

~~O. Muller~~

~~Varistone~~

643

456

226 - PTB - PB

265

442 - PT|PB

PMDB/PA - 913

PP/PR.

PMDB.RJ 256

PT PT-265

356

540 PSDB.MG

482

583 - TDKATAMPA

739

~~Chico Peres~~

~~Paulo Pimentel~~

~~Wladimir~~

~~Renato~~

~~Assis~~

~~João Goulart~~

~~Chico Mendes~~

~~Fábio~~

~~Marcelo~~

848

475

430

202

914

427

531

272

238

432

931

512

528

273

~~730/a~~

~~Paulo Gómez~~

~~Gómez~~

~~M. Abreu~~

~~Júlio César~~

~~Fábio~~

~~Chico~~

~~Amorim~~

~~Orlindo~~

~~Willy~~

~~Luiz do Céu~~

~~Lúcio Gómez~~

~~Flávio~~

PSB/AL GAB. 941
PT/SP 404

PSB - ES.
PSB - RR 724

PCdoB - AC 625
PFL/PI 944

PSDB/SP 62

PMDB/PB 380

PT/AC 760

PSB - R. 319.
338

227 PFL-90

225 PTB-AM

403 PSD-DF

Monteiro L.
Jacques Barreto
Hamilton Casas
CD
Gilmar
Chaves
Maluia
?
?
?
?

PFL - 450
PTB - 733
PSB - RO - 342
PTB - SP
PSB - SD
PSB - PR - 729
PR - SP - 706
PMDB RS - 710
PSD SP - 0322
PSB - RS - 515
PT - SP 627
PSB - MA - 529

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nenhum dos Deputados autores encontra-se presente no plenário.

Declaro prejudicado o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2003-CN

Requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado das seguintes emendas:

1) Emenda nº 71050004, de autoria da Bancada do Amapá, destinada a Construção de Trechos Rodoviários na BR-156, no Estado do Amapá – Trecho Laranjal do Jarí – Macapá. Foram solicitados R\$75.000.000. A emenda foi aprovada com o valor de R\$16.000.000. Solicitamos a aprovação de mais R\$14.000.000 na emenda, perfazendo o total de R\$30.000.000.

2) Emenda nº 71050007, de autoria da Bancada do Amapá, destinada a Construção de Trechos Rodoviários na BR-156, no Estado do Amapá – Trecho Ferreira Gomes – Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa). Foram solicitados R\$100.000.000. A emenda foi aprovada com o valor de R\$12.000.000. Outros R\$7.000.000 estão sendo remanejados a partir da emenda nº 60020004. Solicitamos a aprovação de mais R\$11.000.000 na emenda, perfazendo o total de R\$30.000.000.

3) Emenda nº 71100017, de autoria da Bancada de Goiás, destinada a Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em municípios com população superior a 15 mil habitantes – Estado de Goiás. Foram solicitados R\$50.000.000. A emenda foi aprovada com o valor de R\$6.250.000. Solicitamos a aprovação de mais R\$2.000.000 na emenda, perfazendo o total de R\$8.250.000.

4) Emenda nº 71040014, de autoria da Bancada do Amazonas, destinada a Implantação da Infra-Estrutura Básica nos municípios mais carentes da região da Calha Norte – Na Região Norte. Foram solicitados R\$40.000.000. A emenda foi aprovada com o valor de R\$5.897.896. Solicitamos a aprovação de mais R\$8.000.000 na emenda, perfazendo o total de R\$ 13.897.896.

5) Emenda nº 71180011, de autoria da Bancada de Pernambuco, destinada a Obras

de Infra-Estrutura Urbana em municípios de médio e grande porte – Obras de Desenvolvimento Urbano – Caruaru – PE. Foram solicitados R\$25.000.000. A emenda foi aprovada com o valor de R\$3.222.000. Solicitamos a aprovação de mais R\$5.000.000 na emenda, perfazendo o total de R\$ 8.222.000.

Sala das Sessões, 23 de dezembro de 2003.

REQUERIMENTO Nº 511, DE 2003

Em aditamento ao Requerimento nº 50, de 2003, requeremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado das seguintes despesas:

1) Classificação da despesa pela funcional programática 01.845.0553.0154.0001, destinada a Contribuição ao Grupo Brasileiro da União Interparlamentar – Nacional. O valor constante da proposta encaminhada pelo Poder Executivo era de R\$750.000. Foram aprovados destaques para o cancelamento da despesa. Solicitamos a recomposição da dotação para os valores constantes do projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo.

2) Classificação da despesa pela funcional programática 01.845.0551.0154.0001, destinada a Contribuição ao Grupo Brasileiro da União Interparlamentar – Nacional. O valor constante da proposta encaminhada pelo Poder Executivo era de R\$230.000. Foram aprovados destaques para o cancelamento da despesa. Solicitamos a recomposição da dotação para os valores constantes do projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões.

Instrumento de Reunião P/ o Anexo -

PARLAMENTAR	ASSINATURA	Nº DO GABINETE
Wellington Soárez		519
Hamilton Chaves		342
Giovane Aíves		419
PEDRO MIRANTE		813
JOSÉ CARDOZO		39
Prof. Rábio TEIXEIRA		206
BINNARCK MÂNIA		622
Antônio C. Fiamencio		403
RONILIO MANT		308
WILSON GOMES		-
Seilon Min		461
MILTON MACHADO		328
WALMIR DEBOLHA		572
WALMIR DEBOLHA		111 FM
LEONÍDAS CARVALHO		516

(Data e hora) 19/12/2003
Assinatura

PARLAMENTAR	ASSINATURA	Nº DO GABINETE
<u>AUGUSTO WIL</u>	<u>Augusto G.</u>	<u>858</u>
<u>JOSÉ DIVINO</u>	<u>José Divino</u>	<u>586</u>
<u>ANTONIO LIMA</u>	<u>Antônio Lima</u>	<u>243</u>
<u>Waldemir Pinto</u>	<u>Waldemir Pinto</u>	<u>465</u>
<u>José do Patrocínio</u>	<u>José do Patrocínio</u>	<u>319</u>
<u>Maurício de Souza</u>	<u>Maurício de Souza</u>	<u>630</u>
<u>Cícero Ribeiro</u>	<u>Cícero Ribeiro</u>	<u>275</u>
<u>Edmílio Guinle</u>	<u>Edmílio Guinle</u>	<u>213</u>
<u>Edmílio Guinle</u>	<u>Edmílio Guinle</u>	<u>69</u>
<u>Genivaldo</u>	<u>Genivaldo</u>	<u>384</u>
<u>Geraldo Alckmin</u>	<u>Geraldo Alckmin</u>	<u>739</u>
<u>Genivaldo</u>	<u>Genivaldo</u>	<u>937</u>
<u>Jose de Britto</u>	<u>Jose de Britto</u>	<u>850</u>
<u>Dr. Bernardo</u>	<u>Dr. Bernardo</u>	
<u>Neivaldo Jardim</u>	<u>Neivaldo Jardim</u>	

PARLAMENTAR	ASSINATURA	Nº DO GABINETE
Fábio Henrique Rodriguez		226
Gilmar Mello		262
Sen. PAULO OTÁVIO		
Dep. Tadeu Filippelli		837
Dep. Lucio Adhemar		562
Sen. Vannu Zola		
Dep. Mendes Thomé		624
Dep. Lucio César		944
Dep. Vítor Capixaba		378
Dep. André Lins		727
Miguelito		811
Walter Pinheiro		539
Walter Pinheiro		379
Walter Pinheiro		274
Walter Pinheiro		300

PARLAMENTAR	ASSINATURA	Nº DO GABINETE
JORGE BITTAR		232
JOSÉ DINAMARCO		504
JOSÉ CHAVES		486
JOSÉ BOBBIA		616
EISKO KODAIRA		673
EDUARDO GALEANO		-
Daniel Gómez		239
José Gómez		484
José Gómez		433
José Gómez		392
José Gómez		728
DANIEL MACHADO		312
MICHAEL HUNTER		-
GILBERTO MESTRE		64

<i>Emílio Góes</i>	<i>Eduardo Cunha</i>	<i>05</i>
<i>Aluísio Machado</i>	<i>Yves</i>	<i>639</i>
<i>Francisco Dantas</i>	<i>Paulo Pimenta</i>	<i>473</i>
<i>José Lira</i>		
<i>Waldemar Viana</i>		

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa.)

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito ao autor que explique item por item essas emendas. Não é possível que elas sejam votadas dessa forma. O que diz e o que pretende cada emenda?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passarei a palavra ao Relator para que S.Exa. explique.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Não, Sr. Presidente. Neste momento estamos na Ordem do Dia. Para inserir na Ordem do Dia, desejo saber do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passo a ler novamente as emendas:

"Emenda nº 71050004, de autoria da bancada do Amapá, assinada pelo Presidente e pelo Relator, destinada à construção de trechos rodoviários na BR-156, no Estado do Amapá, trecho Laranjal do Jari–Macapá; Emenda nº 71050007, de autoria da bancada do Amapá, destinada à construção de trechos rodoviários na BR-156 no Estado do Amapá, trecho Ferreira Gomes–Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa; Emenda nº 71100017, de autoria da bancada de Goiás, destinada ao apoio, à implantação e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários em Municípios com população superior a 15 mil habitantes; Emenda nº 71040014, de autoria da bancada do Amazonas, destinada à implantação da infra-es-

trutura básica nos Municípios mais carentes da região da Calha Norte, Região Norte; Emenda nº 71180011, de autoria da bancada de Pernambuco, destinada a obra de infraestrutura urbana em Municípios de médio e grande porte, obra de desenvolvimento urbano em Caruaru, Pernambuco".

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, gostaria de ouvir o Sr. Relator a respeito disso, inclusive dando os valores. Sobre essa do Amapá, assinei o documento com a informação de que era um remanejamento.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Houve um remanejamento também.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Gostaria que o Relator nos esclarecesse, por favor, sobre todas essas emendas, o que significa cada uma, quais são os valores de cada uma.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A emenda era de 75 milhões de reais. Foram aprovados 16 milhões e foi feito um remanejamento de mais 14 milhões, perfazendo um total de 30 milhões, 30% da emenda. No segundo trecho, a emenda era de 100 milhões.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – É um acréscimo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – É um acréscimo.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Assinei esse documento com a informação de que era remanejamento e não acréscimo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A emenda era de 100 milhões. A seguinte foi aprovada com um valor de 12 milhões, e foi feito um acréscimo de 7 milhões, por intermédio de remanejamento da Emenda nº 60020004.

Emenda nº 71100017, de autoria da bancada do Estado de Goiás. Era de 50 milhões, e foi aprovada com o valor de 6 milhões e 250 mil. Foi feito um acréscimo à emenda de mais 2 milhões.

Emenda nº 71040014, de autoria da bancada do Amazonas. Era de 40 milhões, e foi aprovada com o valor de R\$ 5.897.896,00. Foram solicitados mais 8 milhões.

Emenda da bancada do Estado de Pernambuco. Era de 25 milhões, e foi aprovada com o valor de 3 milhões. Depois foram acrescidos mais 5 milhões, perfazendo um total de 8 milhões e 200 mil.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Gostaria de ouvir o parecer do Sr. Relator de forma a me esclarecer se o remanejamento tem ou não acréscimo de recursos. A informação que tive era de que se tratava apenas de remanejamento e não de acréscimo de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Jorge Bittar, para oferecer parecer ao projeto, ao substitutivo, aos adendos e, posteriormente, às emendas apresentadas.

O SR. JORGE BITTAR (PT – RJ) Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é com prazer que participo desta sessão do Congresso Nacional para apreciação do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2004.

O relatório traduz o esforço do Congresso Nacional de elaborar para 2004 uma lei orçamentária que avance na direção do rigor técnico para projeção de receitas e despesas, sem perder a capacidade de ouvir a sociedade e imprimir no perfil de gastos as marcas que definem as grandes prioridades nacionais, combinadas com as ações que beneficiem o desenvolvimento regional e local.

Ao longo dos últimos 4 meses, foram muitas as reuniões que fizemos com Parlamentares, Prefeitos, Governadores e representantes das diversas atividades econômicas e segmentos sociais, procurando recolher informações e demandas que pudessem aperfeiçoar a proposta elaborada pelo Poder Executivo.

Com efeito, pudemos incorporar à proposta inúmeras correções, adequações e proposições, tornando-a ainda mais próxima dos anseios da sociedade. Destaco algumas.

Na área de saúde, equacionamos o problema do conflito ocorrido pelo fato de que tínhamos coincidência de gastos decorrentes de 2 emendas constitucionais: a Emenda Constitucional nº 29, que fixa o piso para gastos de saúde pública no País, e a Emenda Constitucional nº 31, que cria o Fundo Nacional de Combate à Po-

breza. Essas 2 emendas estavam sendo tratadas pelo mesmo gasto, o do Ministério da Saúde.

E esse fato suscitou intenso debate, inicialmente entre os profissionais da área da saúde afeitos que são ao profundo debate sobre política nacional de saúde, por intermédio dos organismos apropriados para tal – o Conselho Nacional de Saúde, os conselhos estaduais e os conselhos municipais, os quais realizam intensa discussão sobre os destinos da saúde pública no Brasil.

Tão logo o projeto de lei foi encaminhado ao Congresso Nacional, passou a ocorrer grande debate nacional, exatamente devido ao fato de que os recursos do Fundo Nacional de Combate à Pobreza, ou boa parte deles, se encontravam entre os gastos do Ministério da Saúde.

Cedo pronunciou-se também a Procuradoria-Geral da República, que, por intermédio do Sr. Procurador, emitiu recomendação ao Poder Executivo no sentido de que evitasse essa prática e procurasse separar os recursos oriundos dessas 2 emendas constitucionais.

Ouvindo os Srs. Parlamentares da Frente Parlamentar Nacional de Saúde, os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Saúde, a Procuradoria-Geral da República, este Relator houve por bem tomar a iniciativa de solucionar o problema.

A solução custou-nos muito trabalho, porque deslocar recursos do Fundo Nacional de Combate à Pobreza alocados em diversos gastos da área da saúde não foi tarefa simples. Tivemos de encontrar outras destinações de gastos, evidentemente apropriadas para os gastos do Fundo Nacional de Combate à Pobreza – refiro-me a gastos na área de assistência social, de educação, referentes à Previdência Social e a programas de transferência de renda, dentre outros para os quais se pudessem transferir esses recursos –, e de encontrar recursos apropriados para substituir os que inadequadamente ocupavam os gastos do Ministério da Saúde.

Nesse ambiente de reflexão dos problemas na área de saúde, conseguimos encontrar solução adequada, que resultou inclusive no acréscimo de gastos apropriados para a área de saúde. Assim pudemos agregar mais 1 bilhão e 200 milhões de reais em gastos nas áreas estratégicas da saúde pública, área de alta e média complexidade, ou seja, os hospitais, a área de atenção básica, o Programa Saúde na Família, medicamentos excepcionais, entre outros.

Podemos igualmente agregar aos gastos do Ministério de Saúde o importante programa que tem

como objetivo o combate à desnutrição materno/infantil, atingindo mães e filhos em situação de risco nutricional.

Com isso o orçamento da saúde não apenas foi recomposto, como também dispusemos de volume maior de recursos para os gastos da saúde pública do Brasil, adaptando-os à demanda da sociedade e à própria realidade do Ministério da Saúde.

Outro debate que surgiu na área da saúde, que conseguimos solucionar a tempo, foi o que diz respeito à distribuição dos gastos com saúde pública no Brasil entre os entes da Federação. Há um grande debate sobre essa matéria. Na proposta original do Governo havia grande concentração de parte desses recursos no Ministério da Saúde. Conseguimos, dialogando com os Ministérios, os técnicos, as Sras. e os Srs. Parlamentares, sobretudo os da Frente Parlamentar da Saúde, realizar uma nova proposta de distribuição desses recursos mais próxima da realidade populacional de cada Estado, ou seja, realizando uma distribuição *per capita* que fosse mais uniforme por todos os entes da Federação.

Esse também foi um grande avanço que conseguimos na área de saúde.

Na área da Previdência, avaliando rigorosamente as projeções de receita e despesa, pudemos identificar, a partir dos parâmetros macroeconômicos divulgados pelo próprio Poder Executivo e de uma análise acurada da trajetória dessas receitas e despesas, uma folga.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, dirijo-me ao corpo técnico da Casa, ao Sr. Raimundo Carrero, para que solicite aos encarregados do arrefrigerado que o liguem, pois a temperatura do plenário está insuportável. Não faço este pedido em meu nome, pois sou piauiense e estou acostumado com esse clima, mas em nome dos sulistas que não suportam tanto calor. (*Risos*.)

O SR. JORGE BITTAR – Sou do Sudeste e agradeço a iniciativa de V.Exa.

Sr. Presidente, na área de Previdência identificamos uma margem de 3 bilhões e 600 milhões de reais de recursos que poderiam ser apropriados para gastos como os do reajuste do valor do salário mínimo no próximo ano, bem como os gastos decorrentes da revisão dos proventos dos aposentados, face ao impacto dos planos econômicos anteriores.

Como é do conhecimento de todos, o Poder Judiciário, nos últimos meses, tomou uma série de decisões favoráveis aos aposentados, suscitando a necessidade do Poder Executivo construir um projeto

que adeque seus gastos às demandas reais dos aposentados. Estima-se que essa dívida com os aposentados, esse esqueleto que sai do armário – como se denominam popularmente esses problemas que volta e meia surgem no País – é de cerca de 14 bilhões de reais, e terão de ser pagos evidentemente de forma parcelada, a partir de negociação com as entidades representativas desses servidores.

Além disso, estima-se que haverá um incremento de gastos que se situará entre 1,1 bilhão de reais a 1,5 bilhão de reais por ano. Os 3,6 bilhões de reais são parcelas razoáveis para além do que já estava previsto na lei orçamentária como gasto da Previdência para fazer uma reserva, tendo em vista a necessidade de reajuste do salário mínimo.

Assim, no próximo ano, o Sr. Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional levando em consideração a disponibilidade orçamentária, que se torna maior a partir de agora, e também a trajetória das receitas.

Além desses 2 grandes desafios, chamo a atenção para a ampliação que alcançamos por meio do trabalho da Comissão Mista do Orçamento, com emendas parlamentares, no sentido de reforçar doações importantes, com recursos para o ensino fundamental para o Programa Escola Moderna, as universidades públicas, a ampliação dos gastos com a área de desenvolvimento urbano, no Ministério das Cidades, com o reforço do Programa Habitar BID, importante programa de urbanização de comunidades carentes.

Chamo a atenção para o fato de que, no próximo ano, além dos recursos disponíveis na lei orçamentária para o saneamento básico, haverá outros 3 bilhões de reais, fruto do novo acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional, que libera o excedente do superávit deste ano, para investirmos ainda mais em uma área tão importante para o País. Importante do ponto de vista da saúde, da qualidade de vida da população e também importante do ponto de vista da grande quantidade de empregos que pode gerar.

Destaco, ainda, a agregação de recursos para a área do turismo – estratégica para o País –, com a revitalização e o incremento de recursos para o Prodetur, programa extremamente bem-sucedido no País.

Na área de assistência social, destacaria os recursos para o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, que permite a constituição de agentes comunitários e o desenvolvimento de trabalhos na área de cultura, meio ambiente, educação, esporte, dentre outros, e que possibilita aos jovens

matriculados manterem atividades no período em que não estão nas salas de aula.

Além disso, há também recursos consideráveis – mais de 50 milhões de reais – para os Programas Esporte e Lazer na Cidade; Brasil no Esporte de Alto Rendimento e Segundo Tempo, também da área de esportes, destinados a funcionar como complemento do sistema educacional, que mantêm as crianças e os jovens durante mais tempo envolvidos com atividades educacionais, culturais e desportivas.

No setor agrário, destaco, além dos recursos para desapropriações, o incremento de cerca de 80 milhões de reais para infra-estrutura de assentamentos.

Quanto à área de ciência e tecnologia, saliento a ampliação dos recursos para bolsas de pesquisas do CNPq, a partir da ação e das emendas de diversos Parlamentares.

Penso destacar ainda a ampliação de recursos para o Fundo Nacional de Segurança Pública e para a Polícia Federal, dentre outros gastos extremamente importantes no Orçamento.

Assim, computamos, até este estágio de elaboração da peça orçamentária, um total previsto de cerca de 12 bilhões de reais em investimentos no Orçamento do próximo ano.

Chamo a atenção para o fato de que o Orçamento deste ano, marcado por uma política econômica extremamente austera, e também pelo aumento da taxa de juros, com uma política monetária rigorosa e uma política fiscal igualmente rígida, motivou um contingenciamento considerável da peça orçamentária em fevereiro deste ano. Foram cerca de 14 bilhões de reais contingenciados, o que diminuiu em muito a margem de investimentos para este ano.

Felizmente, a economia reagiu bem a essas medidas. Não importa se a herança foi essa ou aquela. O importante para nós, brasileiros, é que hoje a economia retoma uma trajetória virtuosa de crescimento econômico. Crescimento este que tem condições de ser sustentável, pela realidade do setor externo da economia, pelo saldo da balança comercial e pela estabilidade econômica do País. Isso nos permite afirmar que as previsões de arrecadação de receita orçamentária para o próximo ano deverão se concretizar.

Ainda assim, destaco que exatamente por conta do rigor com que procuramos construir a proposta orçamentária, fomos obrigados, no fechamento do relatório apresentado à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, a reduzir as receitas do próximo ano em 667 milhões de reais, gerando certa dificuldade no fechamento das contas, exatamente por-

que estávamos na reta final de apreciação da lei orçamentária, em função da votação da medida provisória que modifica o sistema de tributação da Cofins, transformando-a de tributo cumulativo em tributo não-cumulativo.

A nova modalidade de taxação da Cofins beneficia diversos setores da economia brasileira, como a prestação de serviços, a saúde, a educação, os transportes públicos, as empresas de informática até um determinado porte, assim por diante. Entretanto, se há benefício para determinados segmentos econômicos, há, em contrapartida, uma redução de receitas que teve impacto significativo na proposta orçamentária, já construída com muito rigor e vítima ainda das práticas de superávit primário extremamente elevadas de 4,25% do PIB, o que nos deixou uma margem pequena para ajustes, acolhimento de emendas e expansão de gastos em áreas fundamentais como saúde e educação.

Quanto à área de recursos humanos, ressalto que a proposta disponibiliza 5,4 bilhões de reais em incremento de gastos, a serem direcionados à reestruturação de carreiras, contratação de novos servidores e revisão salarial dos servidores no próximo ano.

A tramitação do Orçamento de 2004 no Congresso Nacional teve particularidades inéditas em relação a anos passados. Enquanto a proposta era elaborada, repercutia na economia brasileira a crise que acompanhou o processo eleitoral. O Governo que alcançou a suprema magistratura do País estava respaldado pela marca da mudança e pelo desejo de promover a redução das desigualdades e superou rapidamente quaisquer dúvidas quanto a sua capacidade de administrar.

O novo Governo foi além, colocando em debate, já nos primeiros meses de seu mandato, reformas constitucionais – que se arrastavam há anos – de enorme complexidade, cruciais para o atingimento de novas etapas de crescimento.

Chamo a atenção dos senhores para o fato de que as reformas tributária e da previdência se inscrevem nesse contexto de reorganização da economia brasileira e construção de um ambiente estável para o crescimento econômico, fatores fundamentais para que, do ponto de vista do Orçamento, possamos fazer previsões com menor margem de incerteza.

Na reestimativa de receitas que fizemos, levamos em consideração um conjunto de fatores, entre os quais destaco a reestimativa derivada das mudanças ocorridas na Cofins. Levamos em consideração a tributação de importações pela Cofins e pelo PIS, o impacto pela desoneração de exportações da Cofins,

o impacto no IPI presumido e a trajetória provável da Cofins nos primeiros meses, que deve acompanhar a trajetória do PIS, já que Cofins e PIS têm a mesma base tributária.

Este ano, quando fixada a nova alíquota do PIS, não-cumulativa, estabelecida ainda no Governo passado, imaginou-se que poderia haver aumento da carga tributária. De fato, nos primeiros meses houve um descolamento entre a receita da Cofins e a receita do PIS, proporcionalmente; no entanto, ao longo do ano, o que se viu foi a convergência desses dois tributos, a demonstrar que a calibração da nova alíquota do PIS estava correta. O que se espera é que a nova trajetória da receita da Cofins seja semelhante à do PIS no próximo ano: alta num primeiro momento, mas convergindo para os valores históricos, corrigidos apenas monetariamente até o final do ano.

Fizemos uma reestimativa global que levou em conta diversos fatores e resultou no incremento bruto de receitas de 11,3 bilhões de reais, usado em diversas atribuições e gastos importantes. Destaco, em primeiro lugar, os efeitos da reforma tributária sobre o Orçamento para o próximo ano.

Tivemos de alocar na proposta orçamentária os gastos decorrentes do Fundo de Compensação pela Desoneração das Exportações, de cerca de 4,3 bilhões de reais, mais a transferência de recursos da CIDE para Estados e Municípios e a redução do IPI, derivada da desoneração de bens de capital, desoneração de máquinas e equipamentos na lei orçamentária.

Além disso, os novos tributos representam também o incremento da transferência para Estados e Municípios, na forma do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, da ordem de 2 bilhões 456 milhões de reais.

Assim é que, do acréscimo de receita bruta estimada, de 11 bilhões 300 milhões de reais, o Poder Executivo retém uma receita líquida de 7 bilhões 215 milhões de reais, recursos estes destinados a dar conta dos diversos desafios do Orçamento. Entre eles destaco os recursos adicionais para a área de saúde, 1 bilhão e 200 milhões de reais, e os gastos adicionais para acolhimento das emendas parlamentares, individuais, coletivas, de bancada, de Comissões, as chamadas nacionais. Isto é, tivemos um incremento nos investimentos previstos para o próximo ano de 7,4 bilhões de reais para aproximadamente 12 bilhões de reais.

Insisto que a proposta orçamentária por nós elaborada foi tratada com muito rigor. Procuramos fazer as reestimativas de receita com espírito público, sem inflar as receitas, de tal maneira que pudéssemos re-

duzir as possibilidades de contingenciamento do Orçamento no próximo ano.

É evidente que, por medida cautelar, o Poder Executivo sempre poderá, nos primeiros meses do ano, como tem acontecido todos os anos, realizar algum contingenciamento. Pessoalmente, considero que isso não será necessário nem recomendável no próximo ano. No entanto, se, por excesso de zelo ou segurança, o Poder Executivo assim decidir, poderá acompanhar sobretudo a trajetória das receitas atípicas, que guardam grau de incerteza muito maior do que as receitas continuadas, a exemplo da receita do IPI, das contribuições e do Imposto de Renda, entre outras.

Sr. Presidente, chamo a atenção para um aspecto importante dos gastos previstos para o próximo ano, objeto de comentário nesta sessão. Refiro-me aos gastos decorrentes do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, reconhecer que a proposta orçamentária para o próximo ano, encaminhada pelo Poder Executivo, ao tratar do Fundo Constitucional do Distrito Federal, contém um erro com relação àquilo que estabelece a legislação que criou e regulamenta o fundo. A proposta veio reduzida em cerca de 217 milhões de reais. Ou seja, o fundo que deveria ter recursos da ordem de 4 bilhões de reais tem previsão de 3 bilhões e 800 milhões de reais, por ter o Poder Executivo utilizado no ano passado uma metodologia de correção dos valores distinta daquela prevista na legislação que criou o fundo.

No nosso parecer, reconhecemos a existência desse desvio e procuramos, ao longo desse período de apreciação da lei orçamentária, encontrar recursos para a solução do problema, ou seja, para suplementar esses recursos no próprio projeto de lei orçamentária. Constava de nossos planos esse acerto, mas, em virtude da votação da MP da Cofins, que nos subtraiu 667 milhões de reais, ficamos sem condições de solucionar o problema já na peça orçamentária. Mas posso afirmar, na condição de Relator do Orçamento do próximo ano e de membro da base parlamentar de apoio ao Governo Federal, que, tendo dialogado com o Ministro do Planejamento e o Ministro-Chefe da Casa Civil, traduzo aqui o claro compromisso do Poder Executivo de, no início do próximo ano, enviar a esta Casa projeto de lei que abra crédito suplementar para o Fundo Constitucional do Distrito Federal, a fim de suplementar os recursos na medida necessária para que se cumpra rigorosamente o disposto em lei. Este é o compromisso que assumo como Parlamentar, em nome do Governo, a fim de

assegurar ao Distrito Federal, no próximo ano, a integralidade dos recursos previstos na lei que criou o Fundo Constitucional.

Destaco, portanto, após trabalhar a proposta orçamentária, que a matéria tramitou na Comissão Mista de Orçamento com grande êxito.

Agradeço aos Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores, que atuaram como Relatores Setoriais, a enorme contribuição na análise da proposta orçamentária relativa a suas respectivas áreas. Agradeço também a S.Exas. a constituição dos comitês de apoio a este Parlamentar.

Refiro-me ao comitê que avaliaram as receitas e as emendas e ao comitê responsável pela avaliação das obras com indícios de irregularidades, que realizou brilhante trabalho e propôs medidas inovadoras para o tratamento desse importante tema, além de medidas que agilizam a tramitação dos avisos do Tribunal de Contas da União na Comissão Mista de Orçamento e no Congresso Nacional. Agradeço também a colaboração dos integrantes do Comitê de Avaliação dos Cortes nas Despesas de Custeio.

Foi graças ao solidário, cooperativo e integrado esforço de todos os Srs. Parlamentares que compõem a Comissão Mista de Orçamento que pudemos realizar esse trabalho sério, transparente, em ambiente democrático, que nos permitiu – às vezes invadindo algumas madrugadas, como é próprio da Comissão – concluir a contento a apreciação da proposta.

Agora, na antevéspera do Natal, podemos oferecer ao Poder Executivo, aos Srs. Parlamentares integrantes do Congresso Nacional e à sociedade brasileira um projeto de lei orçamentária rigoroso, bem estruturado, que arma os 3 Poderes para o cumprimento de sua missão no próximo ano.

Sobre a proposta de Orçamento, era isso que tinha a apresentar às Sras. e aos Srs. Parlamentares. Coloco-me à disposição de V.Exas. para esclarecimentos ou para o debate que possa ocorrer.

Se V.Exa. entender adequado, Sr. Presidente, posso proferir parecer também sobre o requerimento apresentado à Mesa e ao Plenário.

Trata o requerimento de suplementação de recursos para diversas emendas apresentadas pelos Srs. Parlamentares, sejam emendas de bancadas, sejam emendas nacionais – no caso, são todas emendas de bancadas estaduais.

Há, entre outras, solicitação de suplementação de recursos para importantes emendas relativas a áreas como o Amapá. Destaco o reforço à infra-estrutura básica dos Municípios carentes da região do Pro-

jeto Calha Norte; recursos para obras de infra-estrutura urbana em Municípios de médio e grande porte; recursos para a construção de trechos rodoviários na BR-156, no Estado do Amapá, entre eles, do trecho próximo a Ferreira Gomes. Por fim, destaco emenda de autoria da bancada de Goiás destinada ao apoio, à implantação e à ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgotos.

Tais emendas acrescentam ao Orçamento o seguinte incremento de gastos: 41,222 milhões de reais.

Concedo um aparte ao Deputado Claudio Cajado.

O Sr. Claudio Cajado – Parece-me que V.Exa. se esqueceu do adendo de recomposição dos recursos que foram objeto do destaque de autoria do nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Foi feito um adendo.

O Sr. Claudio Cajado – O adendo recompõe os recursos da União Interparlamentar.

O SR. JORGE BITTAR – Perfeito.

Enfim, todas as emendas que citei acrescentam ao Orçamento gastos. As fontes para custear esses gastos são derivadas do ajuste no subsídio implícito da proposta orçamentária decorrente da variação das taxas de juros ocorrida no País – subsídios implícitos e explícitos são aqueles ligados a certos programas governamentais que operam com taxas de juros inferiores às de mercado. Refiro-me aos subsídios para a securitização da dívida agrícola, aos subsídios aos fundos constitucionais, aos subsídios a recursos do FAT, entre outros.

Com o novo cenário econômico formado a partir de fins de outubro, momento em que a proposta orçamentária foi encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, identificamos na taxa de juros redução mais acentuada do que a originalmente prevista. Isso evidentemente deve reduzir o valor dos subsídios. É exatamente o ajuste nos subsídios que nos permite prover os recursos necessários para o atendimento das emendas a que me referi, com a manutenção do necessário equilíbrio na proposta orçamentária.

Portanto, nosso parecer é favorável ao acolhimento das emendas, na forma como aqui definimos.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Nobre Relator, Deputado Jorge Bittar, gostaria de saber se a Emenda Alberto Goldman/Jorge Bittar, que permite a recomposição dos recursos da União Interparlamentar, é a mesma a que se referiu o Deputado Claudio Cajado.

O SR. JORGE BITTAR – Sr. Presidente, peço perdão porque, envolvido que estava em discutir a proposta de Orçamento e as emendas a ele apresentadas por meio de requerimento de plenário, acabei omitindo a apreciação da incorporação ou, melhor dizendo, do cancelamento do cancelamento – a recomposição.

Vou esclarecer.

Durante a tramitação do projeto de lei orçamentária, foi apresentada pelo Deputado Alberto Goldman, que está no plenário, proposta de cancelamento de certas dotações.

O SR. HERÁCLITO FORTES – De recomposição, Sr. Relator.

O SR. JORGE BITTAR – Não. É cancelamento mesmo. Agora vamos recompor. O cancelamento do cancelamento, a que me referi anteriormente, é exatamente a recomposição.

Na Comissão Mista de Orçamento foi aprovado o cancelamento de dotações para 2 instituições internacionais que congregam Parlamentares, cujos nomes constam da proposta, mas não me recordo agora. Se não me falha a memória, uma delas é a União Parlamentar Internacional.

Há proposta no sentido de que reconsideremos essa questão, ou seja, que venhamos a fazer a recomposição das dotações orçamentárias destinadas à atuação do Parlamentares do Congresso Nacional junto a essas instituições.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Deputado Jorge Bittar, a essas ou a essa?

O SR. JORGE BITTAR – Deputado Alberto Goldman, é uma só. Pensei que fossem duas, porque são 2 dotações.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Deputado Jorge Bittar, gostaria de ressaltar que são 2 emendas.

O SR. JORGE BITTAR – Duas emendas, exatamente. Por isso, pensei que fossem 2 instituições. Então, quanto a essa instituição parlamentar, nosso entendimento é que, tendo ouvido a opinião de diversos Parlamentares, seria conveniente que recompussemos essas dotações, tendo em vista a continuidade do trabalho realizado por muitos Parlamentares do Congresso Nacional junto a essas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP). Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, vou atender a um apelo do Senador Amir Lando. Peço que retirem o meu nome daquela lista que assinei indevidamente, porque fui levado a erro. A lis-

ta que assinei era apenas para um remanejamento, sem acréscimo de recursos para o Amapá. Não aceito esse tipo de conduta.

Este Congresso está nos trazendo dissabores, de tal forma que aqueles que se preocupam com a condução têm de ficar preocupados com sua presença no Congresso Nacional. Não é mais possível aceitar que as coisas ocorram da forma como vêm ocorrendo.

Não quero subscrever isso. Portanto, peço a V.Exa., Sr. Presidente, que retire o meu nome dessa lista de assinaturas. É o máximo de concessão que posso fazer para não derrubar a sessão e para o País não ficar sem Orçamento.

É difícil, mas temos de pensar no interesse público. Não quero que, em face de um ato que cometido indevidamente, por ter sido induzido ao erro, derrube-se esta sessão e não se vote o Orçamento. Não será por minha causa.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, elaboramos emendas e retiramos recursos de 2 instituições. O nome de uma delas, vi pela primeira vez agora no Regimento. Mas como sou novato nesta Casa, estou apenas no sexto mandato, tudo pode acontecer. Chama-se Associação Interparlamentar de Turismo. O nome já diz tudo. Que nome infeliz, Srs. Deputados e Senadores. Eu não sabia que existia essa associação, que recebeu recursos, que pedi fossem retirados, e assim foi feito. Já morreu.

Havia também recursos para a União Interparlamentar. Vou dizer por que pedi que também se cancelassem esses recursos. Vou deixar claro e explícito: porque, há um ano, antes da posse dos Deputados desta Legislatura, alertei a direção da União Interparlamentar, instituição antiga – está aqui o estatuto, é antigo – ligada à União Interparlamentar International. Alertei-a de que o estatuto do Grupo Brasileiro é uma vergonha, porque se estava marcando a eleição da diretoria do Conselho Deliberativo no dia da posse. Por incrível que pareça, o estatuto determina que qualquer chapa tem de ser apresentada 5 dias antes da eleição. Como a eleição ocorre no dia da posse, todos os que estavam tomando posse naquele dia e que não eram Parlamentares ainda não poderiam se associar, porque só poderiam se associar depois de serem diplomados Parlamentares. Portanto, não poderiam, de maneira alguma, formar uma chapa e se apresentar.

Isso nunca foi noticiado. Os Srs. Parlamentares não sabem da existência da Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. A eleição é feita no dia da posse. Eu pedi ao Presidente – já estava acertado que o Presidente seria o Deputado Henrique Eduardo

Alves – que não fizesse reunião no dia da posse, mas 30 dias depois; que comunicasse à Casa a existência da União Parlamentar, para quem quisesse se associar, participar do Conselho, debater; que democratizasse a participação. Fui convencido, com muito esforço, de que era melhor deixar passar daquela vez, pois até meados do ano os estatutos seriam reformulados. Mais uma vez, eu acreditei nessas pessoas e disse que estava tudo bem, que eu aguardaria pelas mudanças até o meio do ano.

Pelo estatuto, o Conselho Deliberativo, eleito no dia da posse, tem mandato de 4 anos. Portanto, Sr. Presidente, só daqui a 3 anos poderá ser mudado. Isso é uma ação vergonhosa entre amigos, já que se viaja com dinheiro público. Pode até ser que as viagens sejam necessárias, pois é uma união interparlamentar. Eu não duvido que sejam, mas feito dessa forma é uma vergonha para este Parlamento. É uma vergonha a existência de um estatuto do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar dessa forma.

Então, o que fiz hoje teve o sentido de um alerta. Naquele momento, há um ano, no dia da posse, eu pretendia apresentar questão de ordem perguntando por que no dia da posse temos uma reunião do Grupo Brasileiro, sem que todos os Deputados que tomam posse saibam. Ninguém sabia. Aliás, passei vários mandatos sem saber da existência disso. Hoje eu sei.

Então, Sr. Presidente, este é um alerta. Daqui para adiante, não há mais conciliação – não pode mais haver. Se é para receber dinheiro público e representar o Congresso Nacional numa união interparlamentar, que seja um órgão democrático, e não um clubinho de amigos. Não pode ser um clubinho de amigos, não aceito e vou fazer todo o possível para que isso não aconteça mais.

Apresentei isso ao Presidente João Paulo Cunha, que está a par dessa questão. Estou fazendo o mesmo diante de V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, que é Vice-Presidente do Congresso, e solicito que os recursos da Câmara e do Senado só sejam destinados à União Interparlamentar depois que haja a mudança desse estatuto e que ele seja democratizado. É essa a minha intenção, e vou lutar para isso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acompanhei atentamente as palavras do experiente Deputado Alberto Goldman. A União Parlamentar Internacional

existe há mais de 100 anos, congrega 180 Parlamentos e tem um estatuto que é modelo para todos os órgãos correlatos espalhados pelo mundo.

A data da qual se queixa o nobre Parlamentar é a mesma em que foram eleitos Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Franco Montoro, homens públicos a quem S.Exa. sempre rendeu homenagens e que não acredito tragam em sua biografia a prática da ação entre amigos. A União Parlamentar Brasileira, nobre Deputado Alberto Goldman, é uma instituição que congrega Parlamentares amigos, porque esta é uma casa de amigos, mas não coordena ações entre amigos, desculpe-me V.Exa., a quem tanto admiro e prezo.

Exerço mandato parlamentar há mais de 20 anos e não tenho atitude que me condene nesta Casa ou fora dela. Após o meu quarto mandato, faço parte da diretoria da União Parlamentar e jamais concordaria em praticar atos dessa natureza.

Geralmente, o critério, às vezes errado – o Deputado Inocêncio Oliveira, que já presidiu a Câmara dos Deputados, sabe disso –, que norteia a indicação de Parlamentar para missão fora do País é a escolha pelos Presidentes das 2 Casas. Apenas a União Interparlamentar manda os delegados oficiais. Não há nada mais transparente do que isso.

Pedir o cancelamento de verbas da União Interparlamentar é um direito que assiste a V.Exa., mas não lhe dou o direito de colocar em dúvida a seriedade dessa entidade. Temos hoje 1 representante dentre os apenas 15 integrantes do Conselho Deliberativo. Tenho a impressão de que ao longo desse tempo V.Exa. pode não ter feito viagem à custa da União Interparlamentar, mas já viajou muito pelo mundo afora à custa do Orçamento, o que muito nos orgulha, porque é sempre brilhante...

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Desculpe-me, mas amanhã V.Exa. terá de fazer esse levantamento e mostrá-lo à Casa. E V.Exa. vai ver que isso não é verdade, até porque não costumo fazer parte de certos grupinhos de amigos.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência pede ao Senador Heráclito Fortes que encerre seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Vou encerrar. Quero apenas que o nobre Deputado Alberto Goldman não queira ser aqui o monopolista da moralidade pública. Apenas estou dizendo que, no curso do seu brilhante exercício parlamentar, deve ter feito viagens representando o Congresso Nacional ou a Câmara

dos Deputados, e o fez com muito brilho, sem precisar da aprovação do Plenário, apenas por indicação isolada ou do Presidente ou de um Líder, ou coisa que o valha, da maneira que S.Exa. quiser.

Quero, juntamente com o Deputado Alberto Goldman, aperfeiçoar os estatutos, mas não há nada que eu conheça que desmereça a conduta dos que, ao longo desse tempo, dirigiram a UIP.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para que não parem dúvidas, quero dizer que, juntamente com o Presidente João Paulo Cunha, pedimos à Comissão de Orçamento que não destinasse qualquer recurso à União Interparlamentar de Turismo. Temos uma opinião a respeito do assunto. Contudo, quero dizer que essa entidade tem 70 anos de existência e é integrada por mais de 80 parlamentos.

O Deputado Alberto Goldman é um homem sério, correto. S.Exa. tem todo o direito de questionar esse estatuto, que é de muito tempo. Precisamos cada vez mais dar transparência aos assuntos. O Senador Heráclito Fortes tem razão em parte, mas o Deputado Alberto Goldman também quando diz que esse estatuto é antigo. O próprio Senador Heráclito Fortes reconheceu que precisa haver uma reformulação.

O SR. ALBERTO GOLDMAN – Precisa ser democratizado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Sim, democratizado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no apagar das luzes desta sessão, há mais um pequeno episódio a que não posso deixar de me reportar.

Ontem, no Senado, e certamente na Câmara, adentrou uma servidora do gabinete do Ministro Ricardo Berzoini com cartão de Natal e com um broche. A maioria dos Senadores resolveu refugá-los, por entender que era desperdício de dinheiro público. Estava-se votando a Cofins com brutal arrocho, e o dinheiro sendo gasto com essas tolices.

Alguém explicou que não estava sendo utilizado dinheiro do Ministério, mas do sindicato. Grave, porque o sindicato trabalha com dinheiro do FAT, destinado para garantir o futuro do trabalhador. Se for dinheiro do Ministério, gravíssimo também. E se alguém não falar a verdade, grave também.

Eu falava da arrogância. Para Berzoini, a reação da Oposição ao seu brinde foi infantil, de acordo com matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo* de

autoria da jornalista Vera Rosa. Senador não costuma ser muito infantil, o mais novo tem que ter 35 anos. Não se pode acusar o Ministro Berzoini de ser criança, porque, se fosse, gostaria dos mais velhos.

Em segundo lugar: fazem isso porque não existem problemas éticos no Governo. Então, escandalizam-se com um *bottom* de 30 centavos, porque não há outros escândalos. Ele sabe o preço, tinha sido um brinde, mas ele sabe o preço direitinho.

Quero dizer a S.Exa. que há, sim. Há o de Santo André, os gafanhotos de Roraima, as viagens dos Ministros trapalhões. Há escândalo, sim, há questões éticas para serem investigadas neste Governo, sim.

Portanto, deixo como mensagem de Natal para o Ministro Ricardo Berzoini muita paz, que fique com sua família, que seja muito feliz e que desfrute de tranquilidade!

Vamos iniciar um novo ano. Espero que S.Exa. também mergulhe nas águas da humildade e procure compreender que o seu gesto não foi de bom gosto, já que foi a figura que mais agrediu as pessoas idosas neste País. E, de repente, manda me entregar um *bottom*. Queria que tivesse tratado bem a minha tia Lindalva, de 95 anos de idade, que foi maltratada. Agora quer me dar um broche! Para quê? Não uso nem o broche de Senador, imagine o do Berzoini!

Registro, mais uma vez, o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não quero que pare no ar que minha intenção, e muito menos a do Deputado Alberto Goldman e a do Senador Heráclito Fortes, foi errônea.

O Deputado Alberto Goldman submeteu ao debate importante matéria. A nossa intenção é que se democratize a participação na União Interparlamentar, até porque precisamos nos relacionar com os parlamentos de outros países.

Apresentei o destaque de comum acordo com o Deputado Alberto Goldman. S.Exa. e o Relator Jorge Bittar aquiesceram em recompor esses recursos com a finalidade de promover, e há este compromisso, nova modalidade de atuação. A intenção é fortalecer o Parlamento e a União Interparlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia, Líder do PFL na Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o PFL votará contra o Orçamento, que deve-

ria ser a quantificação das promessas do Sr. Presidente da República quando na campanha eleitoral.

Este Orçamento deveria conter a proposta do Presidente de gerar 10 milhões de empregos, o que não será possível.

No ano de 2004, a União se apropriará de 25% da riqueza nacional, o que fará com que a soma dos impostos arrecadados pela União, pelos Estados e pelos Municípios acumule cerca de 40% da riqueza nacional. Significa dizer que, de cada 100 reais produzidos, 25 serão destinados à União, e a diferença entre 25% e quase 40% aos Estados e Municípios.

Este Orçamento não vai melhorar a vida dos brasileiros, não vai aumentar o valor do salário mínimo, não valorizará a carreira do servidor público e não recuperará as estradas brasileiras, que continuarão num processo de destruição. Ou seja, a infra-estrutura nacional em nada vai melhorar.

Portanto, o Partido da Frente Liberal não pode votar a favor deste Orçamento.

É bom que se tenha em mente que, no ano passado, Deputado Inocêncio Oliveira – V.Exa. era Líder do PFL e eu Presidente da Comissão de Orçamento –, logo que recebemos a proposta do Presidente Fernando Henrique Cardoso, começamos a analisá-la. E logo que o eleitor brasileiro elegeu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, começamos o diálogo com os representantes do Presidente eleito – estava entre eles o ilustre Relator Deputado Jorge Bittar –, a fim de ajustar o Orçamento proposto pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e atender às necessidades do novo Governo.

O ano de 2003 foi perdido. Praticamente em nada se investiu, as estradas estão em processo de destruição, não há investimentos na área elétrica, não há avanços na área social, não há absolutamente nada a se acrescentar de positivo.

E este Orçamento do Presidente Lula não atende absolutamente ao proposto por S.Exa. Em nada.

Entretanto, não valorizando a arrogância com que o Governo se comportou ontem, na sessão do Senado Federal, ao votar mais um aumento de imposto, a chamada medida provisória da COFINS – o Governo votou a medida sem a presença da Oposição, atropelando a Oposição –, hoje, após consultarmos os Senadores e Deputados do partido, nós, da Oposição na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, ao meu lado está o brilhante Líder do PSDB no Senado, decidimos não deixar a Nação sem Orçamento. Até porque não queremos que S.Exa., o Sr. Presidente da República, e seus Ministros tenham a

desculpa de que não cumprem as promessas porque não há Orçamento. Não vão cumprir, porque este Orçamento nada tem a ver com a proposta do Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha.

Nós, do PFL, apresentamos recentemente uma série de filmes da campanha do Presidente Lula em que S.Exa. diz que vai reduzir impostos. Desde dezembro do ano passado, só faz aumentá-los. Cheguei a dizer, Presidente Inocêncio, que a sociedade brasileira vai poder dormir tranquila por alguns dias, porque hoje vamos entrar em recesso, e nesse período não se aumenta tributo.

Este ano, a cada mês, aumentou-se um tributo. Foram a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o PIS, a Cofins, o Imposto de Renda, o imposto sobre combustível, a taxa de pesos e medidas, as taxas alfandegárias. A cada instante, aumentou-se uma contribuição.

Ora, Sr. Presidente, conhecemos a história dos impostos no mundo. Sabemos que as grandes revoluções mundiais se iniciaram a partir do esgotamento da sociedade, que mesmo na Idade Média os senhores sabiam que havia limites para extração de impostos de seus súditos ou dos que eles consideravam escravos do Tesouro.

A sociedade brasileira está escrava do Tesouro Nacional. Os Municípios estão relegados, os Estados desvalorizados, e a República está gerindo mal os recursos.

Portanto, com todo o empenho do Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Amir Lando, do ilustre Relator, homem de valor, Deputado Jorge Bittar, dos companheiros da Comissão de Orçamento de todos os partidos, estamos entregando à Nação um Orçamento que não nos levará a dias melhores. É um Orçamento triste, é um Orçamento magro, é um Orçamento que não olha para a sociedade e não atende aos anseios da população.

O PFL vota contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Alberto Goldman, em nome da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, votaremos contrariamente ao relatório, ainda que reconheçamos parte das pessoas que o fizeram, como o Deputado Jorge Bittar, homem tranquilo, inteligente, profundo conhecedor da matéria – divergimos politicamente, mas não há como não ressaltar essas virtudes.

Também o Presidente da nossa Comissão, Senador Gilberto Mestrinho, que soube conduzir os trabalhos de forma absolutamente neutra, de acordo com o Regimento Interno, portando-se exatamente como tinha de ser e como sempre tem feito.

Quero também tecer meus cumprimentos ao Senador Amir Lando e ao Deputado Virgílio Guimarães, líderes do Governo na Comissão que fizeram um trabalho que, tenho absoluta convicção, poucos poderiam fazer da forma como fizeram. Procuraram cumprir seus compromissos, e tenho certeza de que vão fazer isso até o último momento do seu trabalho político.

Se depender de nós, a votação será simbólica. Não solicitaremos verificação. O Governo foi incapaz de colocar nesta sessão número suficiente para que pudéssemos aprovar a matéria com maioria na Câmara e no Senado. Sabemos que existe maioria e que é avassaladora. Na Câmara, tem maioria avassaladora, mas não consegue colocar aqui.

Há um lance executado pelo Presidente desta Casa, Senador José Sarney, que convocou a sessão na quinta-feira passada, abriu o painel naquele dia para a Câmara e o Senado e o mantém aberto até este momento, terça-feira à noite. Como que suspendendo a sessão por diversas vezes, como se houvesse sessão, como se houvesse relatório, quando acabamos de votar o relatório na Comissão de Orçamento poucas horas atrás.

Enfim, pode ser até que seja um costume, um mau costume, mas não é possível o Parlamento funcionar dessa forma.

Este Orçamento continua sendo recessivo, está retirando 55 bilhões de reais a mais do que em 2003, está retirando 1,1% do PIB a mais do que no ano passado, de 2003 para 2004.

É um aumento de receita avassaladora. Esses recursos são retirados do setor privado, podem ser até para consumo do Governo, mas não são investimentos, não reproduzem, não geram emprego, não geram produção. Basicamente por esta razão, vamos votar contrariamente.

Não acreditamos que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva consiga, apesar do nosso esforço em dar instrumentos a S.Exa., fazer o que imaginou que seja o espetáculo do crescimento. O que estamos vendo até hoje de S.Exa. é um espetáculo circense, como o que vimos ontem no Palácio do Planalto, quando o Presidente tentou andar de *skate*.

Não acredito que um Presidente da República tenha de ser sisudo, ruim, cara de durão, maldoso.

Não, nada disso. Ele pode ser um homem simples, sim. O que não pode é fazer o que tem feito. Ele não tem exercido o papel de Presidente da República no nível que se espera de um Presidente da República do Brasil.

Nosso voto será contrário, mas não pediremos verificação, para que não haja queda da sessão e para que o Brasil possa ter um orçamento no dia 1º de janeiro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Pela Liderança do PSDB do Senado Federal, concedo a palavra ao nobre Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB do Senado Federal não tem intenção, de fato – e foi este o compromisso com V.Exa. –, de pedir verificação de *quorum*.

Ressalto o trabalho, que conheço desde o Amazonas, dessa figura cordial e aberta que é o Senador Gilberto Mestrinho. Ressalto o discurso elegante e conceitualmente correto aqui proferido pelo Relator Jorge Bittar. Ressalto o trabalho de todos os partidos na Comissão de Orçamento. O que dá de trabalho, na verdade, é o que deve ser registrado, porque é intensa a labuta na Comissão de Orçamento. Homenageio, portanto, todos os partidos.

Estou aqui a registrar o espírito público e a competência de V.Exa., que mais uma vez – e isto não é novidade para mim – soube contornar a crise que nascia. E nascia sem nenhuma quebra do afeto e da admiração que tenho por meu querido xará, o Deputado Virgílio Guimarães, querido amigo, querido companheiro. V.Exa., com muita habilidade, soube colocar os pingos nos is.

Agradeço o trabalho realizado na Comissão de Orçamento aos colegas de partido: o Senador Sérgio Guerra, a Senadora Lúcia Vânia e o Deputado Alberto Goldman, sempre talentoso e de espírito público.

Sr. Presidente, explico as razões por que encaminho contrariamente à aprovação da matéria. É bom que as pessoas que nos ouvem saibam que o gesto é simbólico. Se quiséssemos evitar a aprovação, pediríamos a verificação de *quorum*. Estou apenas registrando a posição do meu partido.

O Presidente Lula prometeu 10 milhões de empregos, que nasceriam de 5,5% de crescimento da economia ao ano. No primeiro ano, a economia cresceu zero – talvez 0,13%, ou algo assim –, superando todas as expectativas negativas, porque a idéia que eu tinha, como curioso da área de economia, é que o setor exportador sozinho garantiria 0,5% de crescimento.

mento do PIB. Desta vez, foi tão intenso o arrocho interno, que não conseguiu garantir sequer 0,2% de crescimento positivo do PIB.

Qual é o quadro com que deparamos agora? Para criar 10 milhões de empregos, ficando a dever ainda a mais de 1 milhão de novos desempregados, o País teria de crescer 7,3% ao ano, 21,9% em 3 anos, para compensar os 22% prometidos na campanha eleitoral. Se o Presidente quiser pagar aos cerca de 1 milhão de desempregados que seu Governo gerou – na realidade, mais de 1 milhão: são 648 mil apenas nas 6 principais regiões administrativas –, terá de fazer o País crescer aproximadamente 7,8% ao ano, no mínimo, taxa de crescimento da China e dos tigres asiáticos, não condizente com a deficiência de infra-estrutura com que nos deparamos. Nossa realidade é outra.

O primeiro Orçamento com que trabalhou o atual Governo foi herdado, apesar de ter sido mexido à vontade, dentro das possibilidades, no período da bela transição do Presidente Fernando Henrique Cardoso para o Presidente Lula da Silva. O segundo foi composto. Desta vez, trata-se do Orçamento composto ao belprazer do Governo, que diz ter dificuldades, limitações. O Governo anterior as tinha; o próximo também as terá.

É bom o contato do PT com a realidade. É bom que pise o chão duro da realidade, abandonando o delírio etéreo das fantasias, que podem até ter iludido o povo numa eleição, mas que não serviram para fazer mágica ou milagres.

O Deputado Jorge Bittar, por quem tenho respeito, até contrariando setores menos sinceros do Governo que afirmavam que no Orçamento proposto não haveria contingenciamento, disse, honestamente, que ele pode ser necessário, sim, conforme publicado nos jornais de hoje.

Sr. Presidente, voto contra, porque este não é o Orçamento que gerará empregos no País; voto contra, porque este prevê menos dinheiro que o anterior para a reforma agrária; voto contra, porque este dispõe menos recursos que o anterior para o combate ao trabalho infantil; voto contra, porque este disponibiliza menos dinheiro para as políticas sociais, em geral; voto contra, porque quem falava em reajuste de 75% para o servidor público nele colocou uma bofetada na face do servidor público ao oferecer-lhe 1,79% de aumento ao longo do ano inteiro; voto contra, porque se o Governo, quando ainda não o era, tivesse sido sério na campanha eleitoral ao falar em dobrar o valor de compra do salário mínimo, teria de, nos próximos 3 anos, dar aumento

real de 22% ao salário mínimo. Ele não fez isso, propôs ganhos reais mínimos, diria até razoáveis, em razão das dificuldades que tem enfrentado.

De todo modo, o choque entre a ilusão, a fantasia e a verdade é muito duro. Entretanto, a grande vítima do choque não é o Presidente Lula, mas quem acreditou em suas promessas de campanha, quem votou nele por isso, até porque de repente se descobre todo o carisma do Presidente Lula.

É impressionante o que ocorre neste País. Tenho sempre dito – a Senadora Serys Shiessarenko deve estar cansada de ouvir – que temos uma instituição nacional: o bajulador. Figura fora do comum, o bajulador bajula ainda que não queiramos. Mesmo que trate mal o bajulador, se eu estiver no poder, ele me bajula, e pronto. Não tenho força para impedir que ele o faça. Essa é uma verdade. E o bajulador deve dizer hoje, referindo-se ao Presidente Lula: homem carismático, homem assim, homem assado. Entretanto, o homem carismático perdeu de Fernando Collor e 2 vezes de Fernando Henrique. Da última vez, tentaram Roseana Sarney e Ciro Gomes antes de reconhecerem todo esse carisma nele. Ou seja, que o Presidente também não se iluda, faço uma advertência, com essa história de que tem carisma, porque em 4 eleições não teve – incluo os 2 turnos. Na quinta, depois de sua vitória, inventaram esse carisma todo, depois de o povo ter feito tudo para escolher o sucedâneo a ele.

Sr. Presidente, voto contra também por protesto. Sei que o Orçamento vai passar e que é melhor este do que nenhum. Por isso, acedi aos apelos dos colegas e de V.Exa. no sentido de não ser levantada a sessão numa hora em que o Governo não foi capaz de colocar aqui, para fazer aprovar o Orçamento, a maioria de que dispõe na votação de outras matérias. Voto contra para dizer que esperava mais integridade intelectual antes, na campanha, e esperava, portanto, mais esforço administrativo – vejo uma administração parada.

Sr. Presidente, voto “não”, porque esta sala vai-me dá a clara definição de que, quando foi para tungar o contribuinte na COFINS, aumentando, sim, a contribuição – aumento real – e a carga tributária do País, mobilizou-se uma maioria formidável no Senado. No entanto, quando é para aprovar o Orçamento, a lei mais importante de um país democrático, como é o Brasil – segundo a tradição anglo-saxônica dos Parlamentos, a lei mais importante é o Orçamento –, ficam poucos solitários e abnegados a cumprir com o seu dever. Em homenagem a todos eles, adversários e aliados, não peço verificação de *quorum*, mas de-

ploro o fato de o Governo ontem ter mostrado, na prática, ser capaz de mobilizar formidável maioria para aprovação de aumento de carga tributária contra o contribuinte brasileiro e hoje não ser capaz de se interessar por colocar uma Casa cheia para, em uma sessão de gala, presidida por V.Exa., que merece uma sessão de gala, aprovar a Lei Orçamentária.

Sr. Presidente, registro que muitas coisas andaram bem no Orçamento – e haverá de concordar comigo o Líder José Carlos Aleluia, uma das mais brilhantes figuras da Câmara dos Deputados, Parlamentar que tem sustentado a Oposição naquela Casa, tanto quanto notável tem sido o Senador José Agripino, um dos mais célebres Parlamentares que já vi no Senado Federal. Entre elas, ressalto a cordialidade, a humildade, o tratamento sempre fraterno, sincero, amigo e compreensível que o Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Amir Lando, dedica a seus companheiros e adversários. Ou seja, quando discordo do Senador Amir Lando, concordo que gosto muito de S.Exa.; quando concordo com o Senador Amir Lando, continuo concordando que posso discordar de S.Exa. à vontade, mas sem jamais poder dizer que não seja S.Exa. um mestre da cordialidade.

Espero que o Palácio nos ouça e prestigie o Senador Amir Lando, sabendo que S.Exa. tem trânsito. Quando o Senador Amir Lando fala comigo e com outras pessoas, paro para ouvi-lo porque quero que execute um bom trabalho. S.Exa. merece a nossa confiança.

É hora de dizer isso, Sr. Presidente, porque hoje fechamos – se Deus quiser – com chave de ouro, com derrotas e vitórias, um ano em que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados lutaram muito, cada um com sua visão, mas, acredito, todos querendo que o País consagre futuro mais justo para todos os seus filhos.

Portanto, apesar de reconhecer a necessidade do Orçamento e de não querer impedir que o Brasil o tenha, o PSDB, no Senado, encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para falar em nome do Partido da Frente Liberal no Senado Federal, concedo a palavra ao ilustre Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, após vários meses de intensas batalhas, finalmente hoje chegamos ao fim da guerra orçamentária.

Essa guerra, Sr. Líder do Governo, no meu modo de ver, não tem vencidos nem vencedores. Dela saem todos mutilados, em primeiro lugar, porque estamos aqui, num mundo irreal, votando um Orçamento irreal, fora da realidade, situação de estarrecer o Brasil.

O brilhantismo do Deputado Jorge Bittar, a vitória que conquistou ao adquirir a confiança unânime deste Congresso vai-lhe criar 2 problemas. O primeiro é um apelo para que fique nesta Casa, pois aqui é seu lugar. Esteja aqui na votação do próximo Orçamento – o Rio de Janeiro lhe será grato e reconhecido. O segundo, Sr. Relator, é este: no ano que vem, será cobrado pelos companheiros o cumprimento do Orçamento tão bem conduzido por V.Exa., mas que não passa, como todos os outros desde que aqui cheguei, de uma peça de ficção.

Como acredito que este é o Governo das mudanças e que este será o primeiro Orçamento genuinamente do Governo do qual V.Exa. faz parte, espero que a partir do ano que vem tenhamos um Orçamento real, sem clube de falsa felicidade, um Orçamento possível. Mais magro, não importa, mas aquele Orçamento em que o grande prejudicado não seja o Município, o Estado, o povo brasileiro.

A atuação do Senador Amir Lando não me surpreende. Conheço-o há muito tempo. Eu ainda garoto, e S.Exa. bem jovem, no INCRA, desbravando a Amazônia, fazendo justiça agrária, enfrentando os índios e as divergências sociais em brigas por terras. Deram a Amir Lando missões em cujo retorno esperávamos que viesse o cadáver, mas ele vinha de lá vitorioso. Foi exatamente essa sucessão de vitórias na sua profissão que o tornou representante do seu Estado. Hoje, S.Exa. brilha junto a todos nós, Congressistas, para orgulho dos que lhe viram dar os primeiros passos.

Sr. Presidente, Inocêncio Oliveira, Srs. Senadores, na condição de representante do PFL no Senado, cumpro o dever de votar contra, para marcar posição, mas gostaria de ser justo. Este é um Orçamento possível, não é o ideal, não é o que queríamos.

Esta cena a que estamos assistindo hoje, Sr. Presidente, lembra-me muito minha infância. Nas cidades do interior do Piauí e em Teresina também, Senador Jorge Bittar, na Semana Santa, era proibido passar nos cinemas outra fita. Era sempre a vida, paixão e morte de Nosso Senhor Jesus Cristo. Assistímos, até por falta de outra diversão, Bispo Rodrigues. Já sabíamos de antemão o que aconteceria, já sabíamos do sofrimento, da vida e da paixão de Cristo.

Hoje, pela manhã, vimos Parlamentares desesperados para voltar às suas bases – os que não têm avião próprio, que são muitos –, brigando com funcionários do Congresso Nacional no aeroporto para searem seus cartões. Vários perderam seus vôos e muitos estão aqui. Entre mortos e feridos, salvaram-se todos, e mais uma vez o Orçamento é aprovado, de maneira melancólica, contrastando com a antevéspera e com a véspera de Natal.

Sr. Presidente, volto a apelar para V.Exa., pela experiência e credibilidade que tem: assuma na Câmara dos Deputados a bandeira da votação urgente do Orçamento impositivo, para que não passemos mais o que estamos passando aqui; para que a Comissão Mista de Orçamento seja permanente; para que as emendas sejam exclusivas para o Estado que o Parlamentar representa. Com isso, impedir-seá o tráfico de emendas de Parlamentares – por interesses que não sabemos quais – para Estados que não representam. Façamos um Orçamento lógico, nobre Deputado Walter Pinheiro.

Sr. Relator, Deputado Jorge Bittar, saio daqui alegre e triste. Alegre porque V.Exa. fez justiça ao Distrito Federal, que é impessoal, que nos acolhe e nos abriga a todos e não pode ser objeto de querelas políticas, nem de disputas menores.

Comecei minha vida pública bem jovem, na terra do Presidente Inocêncio Oliveira. Lá havia um poeta, Carlos Pena Filho – morreu jovem, aos 27 anos –, que tem um poema sobre Olinda que se adapta muito bem a Brasília. Com a permissão do finado poeta, trocarei a primeira frase:

*Brasília é só para os olhos,
não se apalpa, é só desejos.
Ninguém diz: é lá que eu moro.
Diz somente: é lá que eu vejo.*

Por tudo isso, Sr. Relator, o Distrito Federal não merecia passar pelo vexame e pela expectativa de ter suas emendas rejeitadas e ficar prejudicado. Moro em Brasília, onde nasceram meus filhos.

Fico triste, porém, Sr. Relator, em ver mais uma vez o meu Estado, o Piauí, ser discriminado, não por culpa de V.Exa. Quando o Nordeste elegeu apenas um Governador do PT, no meu Estado, pensei que ele fosse nadar em dinheiro, que o Piauí fosse ter dinheiro para atender a todas as necessidades que tínhamos, o que infelizmente não aconteceu. Se V.Exa. analisar as emendas de bancada de responsabilidade do Governador, em relação a outros Estados menores, constatará que foram vergonhosas. Não culpo V.Exa.

Tenho aqui defendido o Governador insistente- mente, mas, infelizmente, dessa vez não vi S.Exa. discutir em nenhum momento com a bancada as emendas de interesse do Estado. Não vejo e não vi aqui os Parlamentares da sua base defenderem es- sas emendas.

O Piauí viverá mais um ano de esperança. Foi o Estado que mais recebeu Ministros este ano, com exceção de São Paulo, que não conta porque é a cidade onde mora a maioria dos Ministros. Em termos de via- gens administrativas, o Piauí recebeu Ministros para todos os gostos, que prometeram dinheiro para todas as finalidades. O dinheiro do Piauí, Sr. Relator, mais parece a linha do horizonte: nós a vemos, sabemos que existe, mas nunca a alcançamos. Quanto mais se corre atrás, mais se distancia. V.Exa. não tem culpa disso.

Este é apenas um desabafo de quem está, às 21h40min, participando deste final de guerra, sem vencidos ou vencedores, com a fé e a esperança de que, no ano que vem, pelo menos no que diz respeito ao Orçamento da União, vivamos um outro dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães, pelo PT.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, em primeiro lugar, agradeço aos Srs. Parlamentares as palavras elogiosas a mim dirigidas, inclusive as do meu amigo, companheiro e xará Senador Arthur Virgílio. Recebo com humildeza o alerta importante, emocionado e sobretudo sincero que fez S.Exa. Acho que temos muito que ouvir, mesmo quando as avaliações políticas do Governo são discordantes, o que é natural.

Agradeço a todos as palavras. Parabenizo os companheiros pelo belo trabalho realizado, sobretudo o Relator e aquele de quem tenho orgulho de ser ViceLíder, o nosso Amir Lando, a quem aprendi, nesse pouco tempo, a respeitar e ajudar, no que puder, na Comissão Mista de Orçamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, se este Orçamento não é o melhor do mundo, servirá para que, no ano que vem, a peça orçamentária seja mais fácil de fazer, a fim de que o Brasil seja melhor e mais feliz – eu acredito nisso.

Por tudo isso, em nome do meu partido, encami- nho o voto “sim” ao Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Para falar em nome do PL, concedo a palavra ao nobre Líder Deputado Bispo Rodrigues.

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o nobre Senador Heráclito Fortes disse algo muito profundo sobre a morte e a paixão de Cristo. Disse que sempre via o mesmo filme, com o mesmo final. O livro de *Eclesiastes* diz que não há nada novo debaixo do sol. E realmente essa mensagem se faz presente aqui hoje.

Ouví meu companheiro do Rio de Janeiro dizer da tribuna que o Presidente disse que o Ministro José Dirceu ia vestido para o trabalho de manhã e saía quase desnudo à noite. O falecido Ministro Sérgio Motta, cuja memória respeito muito, também disse algo parecido. Sobre a base aliada, disse que, com certos Parlamentares, ele tinha de conversar nu, na sauna, com a mão no bolso. Então, não há nada novo debaixo do sol, são coisas muito parecidas.

Também votei aqui muitos Orçamentos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso às 10 ou 11 horas da noite do dia 23. Saímos daqui também tarde da noite. E a Oposição também fazia o ato de cívismo e de cidadania que V.Exas., hoje na Oposição, estão fazendo, de amor à Pátria, ao permitirem que esta sessão transcorra com a votação do Orçamento.

Também víamos esse mesmo quadro, e o PL nunca pediu verificação de *quorum*, também naquele tempo insuficiente para votar. Reclamávamos, falávamos, mas também votávamos, como V.Exas. estão permitindo que hoje seja votado o Orçamento. Então, não há nada novo debaixo do sol, a história se repete.

O que podemos fazer é mudar essa situação. Para isso, devemos fazer o que fomos eleitos para fazer: legislar, colocar prazos, começar a discutir o Orçamento mais cedo. A Bíblia diz que na multidão de conselhos há sabedoria. Acho que teríamos um orçamento mais sábio se tivéssemos a discussão mais cedo. Mas temos de fazer isso, sim, com a cabeça fria, e não a esta hora da noite, todo o mundo pensando no presente. Acho que a maioria ainda não comprou nem o presente que vai dar à esposa. Tenho certeza de que o nobre Relator ainda não comprou o presente que sua esposa merece, assim como não comprei o da minha. Estou aqui pensando qual *shopping* abrirá amanhã de manhã para comprar o presente que ela tanto merece.

O Partido Liberal votará a favor do projeto, porque este é um Orçamento realista e não uma peça de ficção. Este Orçamento será empenhado e realizado. O nobre Relator poderia até ter feito um orçamento

mais generoso, mas dificilmente seria cumprido. De que vale encher um papel de vários zeros se lá na frente o Orçamento não será empenhado e pago?

O Partido Liberal sabe que este Orçamento é como um cobertor que cobre uma parte do corpo e descobre outra, mas sabe também que será pago. Por isso, o Partido Liberal está a favor do Orçamento que aí está, porque será realizado na sua íntegra.

Assim sendo, votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Líder Senador Amir Lando, último orador inscrito, que falará em nome da Liderança do Governo.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não sei se o fim coroou a obra, mas o fim sempre é uma *délivrance*.

É o fim de um trabalho árduo e difícil, como foi a elaboração dessa peça orçamentária tão bem trabalhada e pensada por esses Deputados que todos nós admiramos há muito, os quais, mais uma vez, mostraram sua competência, capacidade técnica, sobretudo o seu estofo moral.

Para nós, do Congresso, é uma alegria entregar uma peça orçamentária que envolve uma imensidão de recursos nas mãos de V.Exa., Deputado Jorge Bitar, como poderia ser nas mãos de qualquer um dos presentes, ou dos nossos Parlamentares ausentes. Na verdade, há tranquilidade, sobretudo em relação à dedicação, ao esforço de buscar o bem comum de maneira despojada.

Não vi em momento algum V.Exa. pensar em si, senão pensar exclusivamente no coletivo. Sentimo-nos honrados. Entendo que esse é um sentimento comum que nos domina. Esse esforço também não foi exclusivamente de V.Exa., foi de tantos quantos trabalharam nas Comissões, como bem ressaltou V.Exa.

E mais: quero falar de todos os membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que estão mais diretamente ligados a essa tarefa técnica, especial, porque se insere numa especialidade da atividade parlamentar. Todos os que ali trabalharam não mediram esforços, não deixaram de se entregar a esse processo árduo, difícil.

Eu diria que assistimos, em certo momento, como V.Exa. ontem pôde sentir, não pelos apartes, mas pela resistência brutal, a um verdadeiro massacre de perguntas, e todas pertinentes, todas com acuidade.

Eu poderia citar vários membros da Comissão, mas quero fazer referência ao Deputado Alberto Goldman, intransigente no sentido de buscar a verdade, o entendimento, de buscar às vezes a crítica, porque a verdade há de ser o caminho e, sobretudo, a expressão que temos de oferecer à Nação.

Por isso, quero agradecer por esse convívio, que se realiza no ponto de fusão, que é onde conhecemos a qualidade dos metais e de tudo que se funde. É nesse momento que podemos construir amizades sólidas, conhecimentos mais profundos do que aqueles que, muitas vezes, se estabelecem na tangência das relações sociais.

Encerro neste ponto. Não vou falar do Orçamento, porque tantos dele já falaram, sobretudo o Relator, Deputado Jorge Bittar, com muita perfeição. Com muita didática, S.Exa. fez sua exposição, e todos nós compreendemos. Nós, que trabalhamos, vimos essa tarefa.

Mas devo dizer mais, Sr. Presidente, e vou repetir, para que nada fique mal esclarecido. Quando falo que na Comissão não há nem Oposição nem Governo, há Parlamentares que trabalham, quero exatamente ressaltar o espírito de união e o espírito de que todos são donos do Orçamento. O Orçamento não pertence a ninguém, pertence à Nação e ao povo. É essa peça, que hoje, num esforço de despojamento, o Congresso entrega. Evidentemente temos de ressaltar a presença, o espírito patriótico, sobretudo o espírito público da Oposição, presente neste plenário para dar *quorum* e para legitimar, embora votando contra – isso não importa – a aprovação do Orçamento.

Claro que poderíamos ter a Casa cheia e a presença de tantos. Realmente, houve um acordo de Lideranças, o que de certa forma deixou o Relator e toda a base de sustentação do Governo numa situação difícil, mas ninguém se aproveitou desse fato, porque o interesse público conduziu e governou esta sessão, porque todos os homens públicos que pensam no destino do País têm de contar sempre com o terreno comum para transigir sobre a realização do bem público e do bem comum.

Isso fizemos hoje. A Oposição transigiu, com toda a força do Orçamento podia solicitar verificação de *quorum*, poderia exigir inclusive o levantamento da sessão, mas não é isso que nos anima, anima-nos um algo mais, acima de nós está a Nação e o seu destino. Como bem disse o Líder Arthur Virgílio, negar o *quorum* talvez causasse mal-estar comum, porque o que anima é o bem comum.

Essa é a grandeza do homem público. O que mais pode o homem público senão encontrar o reco-

nhecimento do povo pelo bem que realiza a seu favor? E estamos realizando.

Pode não ser o Orçamento ideal, mas não importa, é Orçamento possível, que foi construído com muito esforço, capacitação técnica, sobretudo da Comissão de Orçamento e da destacada figura do Relator.

Sr. Presidente, o Governo assume um compromisso, por intermédio do Relator, e neste momento, na qualidade de Líder, ressalto as regras que regem o fundo instituído pela Constituição Federal em seu art. 21, inciso XIV:

“Art. 21. Compete à União:

.....

XIV – organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de um fundo próprio.”

A lei estabelece todas as normas que regulam esse fundo. Desejo destacar a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que diz em seu art. 2º:

“A partir de 2003, inclusive, o aporte anual de recursos orçamentários destinados ao FDCF será de R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais), corrigido anualmente pela variação da receita corrente líquida – RCL da União”.

Esse compromisso é legal. Este Governo é democrático. Na democracia, a lei tem de ser respeitada. Sr. Presidente, a democracia é o Governo das leis, e não das pessoas, a lei é um comando geral, abstrato, e a ela o Governo se submete e se compromete, como disse o nosso Relator Deputado Jorge Bittar, a enviar projeto de lei de suplementação especial para prover os recursos necessários que não foram consignados na Lei Orçamentária.

Não vou agora discutir as razões por que isso não foi realizado. O importante é que os recursos que a lei determina e a Constituição ordena serão repassados ao Distrito Federal.

Também deixo claro que assumimos alguns compromissos, sobretudo na fase de aprovação dos PLNs, e faremos tudo para honrá-los. Vamos agora atrás do que eventualmente ainda não foi operado.

Por fim, desejo ressaltar as manifestações de carinho e amizade recebidas. Amizade é uma relação que não exige, não cobra, nasce num clima, num horizonte e num sítio da espontaneidade, não se sabe. Há um certo mistério, e as pessoas mantêm esses la-

ços. Isso para mim são os laços maiores que unem a espécie humana. Entre amigos sempre há complacência e manifestações em que o afeto supera a realidade e a razão.

Essa amizade Boris Pasternack muito bem salientou em *Dr. Jivago*, quando Alexandrovitch, ao se encontrar com o Dr. Jivago, depois de uns 10 anos, separados durante a revolução, numa noite, festejaram esse reencontro comendo um galináceo.

Sr. Presidente, naquele momento, ressuscitaram conversas de 10, de 15 anos atrás, e ressuscito aqui conversas que tive com o meu querido Senador Arthur Virgílio, em Guajaramirim, há cerca de 40 anos, quando ele, já líder de estatura nacional, esteve participando de campanhas políticas. Lembro-me de que, naquela época, além desse poder de oratória que sempre o marcou, havia ainda um lampejo romântico em seus discursos, que mais pareciam poemas que propriamente discursos de caráter estritamente político. E sempre que a poesia nos aparece, parece que a doçura também nos possui.

Assim o Senador Heráclito Fortes, meu velho amigo no Incra, onde ele, como chefe de gabinete, ordenava e eu, nos confins do Amazonas, trabalhando naqueles sítios, naqueles remotos páramos de vasta solidão, recebia as ordens e procurava cumprí-las.

Sr. Presidente, os laços de amizade realmente são importantes. Como dizia Montezuma, imperador asteca, nós, que vamos conviver por longa data, vamos manter uma relação de amizade tanto quanto possível. Divergir sim, mas não é necessário entrar num clima de confronto.

Vamos cultivar a amizade, vamos viver em paz, pois vamos viver ainda muitos anos, se Deus quiser, para o bem-estar do Brasil, para a grandeza e, sobretudo, para a vitória do povo e de todos nós.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com base no Regimento, peço votação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – V.Exa. será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Borba, para falar em nome do PMDB.

O SR. JOSÉ BORBA (PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, em nome do nosso Líder, Deputado Euní-

cio Oliveira, digo que o PMDB encaminha o voto “sim”, pela aprovação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Em votação o requerimento, na Câmara dos Deputados, com o aditamento.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, contra o voto do PSDB e do PFL, na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, contra o voto do PSDB e do PFL, no Senado Federal.

As matérias destacadas serão votadas oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Em votação na Câmara dos Deputados o substitutivo, com os 2 adendos apresentados e as alterações de correntes da aprovação de destaques e errata, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, ressalvado o destaque.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, nos termos do parecer, contra os votos do PSDB e do PFL, na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, nos termos do parecer, contra os votos do PFL e do PSDB, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Votação das matérias destacadas.

Em votação as emendas destacadas, inclusive o aditamento, que tem parecer favorável do Relator, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas, contra o voto do ilustre Deputado Alberto Goldman.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira.) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL

(*) PARECER Nº 158, DE 2003-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 31, de 2003-CN, que “Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2004”.

Relator: Deputado **Jorge Bittar**

Da comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 31, de 2003-CN, que “Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2004” apresenta, em anexo, o texto da Redação Final, da supramencionada proposta.

Sala das Sessões, 23 de dezembro de 2003. – **Inocêncio Oliveira**, Presidente – **Jorge Bittar**, Relator.

(*) Publicada em Suplemento a Presidente edição – Volumes I a VI.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira.) – Os Srs. Deputados que aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovada na Câmara, contra os votos do PFL e do PSDB.

Os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovada, contra os votos do PFL e do PSDB.

Aprovada, a matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Em nome da Presidência, na pessoa do Presidente José Sarney, e da Mesa do Congresso Nacional, agradeço aos Srs. Parlamentares que ficaram até esta hora, para que pudéssemos dotar o País amanhã de um Orçamento, a nossa Lei de Custo e Investimentos.

Se alguma contribuição pude dar, quero agradecer a todos, porque fiz o possível para que fosse votada esta matéria nesta noite, porque assim fazendo o Congresso Nacional mostrou que está à altura deste momento político em que vivemos. É um Poder que comprehende as necessidades da Nação, por isso deve merecer sempre o respeito de todo o povo brasileiro.

Feliz Ano Novo a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 1 minuto, do dia 23 de dezembro de 2003)

Os Srs. Senadores que as aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira.) – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL

(*) PARECER Nº 158, DE 2003-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 31, de 2003-CN, que “Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2004”.

Relator: Deputado **Jorge Bittar**

Da comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 31, de 2003-CN, que “Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2004” apresenta, em anexo, o texto da Redação Final, da supramencionada proposta.

Sala das Sessões, 23 de dezembro de 2003. – **Inocêncio Oliveira**, Presidente – **Jorge Bittar**, Relator.

(*) Publicada em Suplemento a Presidente edição – Volumes I a VI.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira.) – Os Srs. Deputados que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada na Câmara, contra os votos do PFL e do PSDB.

Os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, contra os votos do PFL e do PSDB.

Aprovada, a matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Em nome da Presidência, na pessoa do Presidente José Sarney, e da Mesa do Congresso Nacional, agradeço aos Srs. Parlamentares que ficaram até esta hora, para que pudéssemos dotar o País amanhã de um Orçamento, a nossa Lei de Custo e Investimentos.

Se alguma contribuição pude dar, quero agradecer a todos, porque fiz o possível para que fosse votada esta matéria nesta noite, porque assim fazendo o Congresso Nacional mostrou que está à altura deste momento político em que vivemos. É um Poder que comprehende as necessidades da Nação, por isso deve merecer sempre o respeito de todo o povo brasileiro.

Feliz Ano Novo a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 1 minuto, do dia 23 de dezembro de 2003)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização *

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 23-4-2003

Composição

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho-PMDB-AM

1º Vice-Presidente: Deputado Pauderney Avelino - PFL - AM

2º Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PFL - TO

3º Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame - PSDB-SP

Relator da LDO: Deputado Paulo Bernardo

Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2004: Dep. Jorge Bittar - PT-RJ

Relator do PPA 2004/2007 – Senador Roberto Saturnino – PT-RJ

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PT-PSB-PTB-PL)	
Serys Slhessarenko ⁽²⁹⁾	1. Ana Júlia Carepa
Roberto Saturnino	2. Eurípedes Camargo-DF ⁽⁵⁶⁾ (13)
Delcídio Amaral (2) ⁽¹³⁾	3. Eduardo Suplicy
Fernando Bezerra (25)	4. Duciomar Costa ⁽⁷³⁾
Magno Malta	5. Ideli Salvatti ^{(77) (26) (21)}
Geraldo Mesquita Júnior	6. Aelton Freitas ⁽²⁾
Sibá Machado ⁽⁷³⁾	7. Fátima Cleide-RO ^{(56) (29) (25)}
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. José Maranhão
Luiz Otávio	2. Valdir Raupp
Amir Lando ⁽⁴⁸⁾ (20)	3. Romero Jucá (48) ⁽⁶⁾
Sérgio Cabral	4. Garibaldi Alves Filho ^{(20) (12)}

* Designação feita em 14-4-2003 (SF)

⁽²⁹⁾ Substituição da Sen. Heloisa Helena (T) pela Sen Serys Slhessarenko (T), deixando a mesma de ser suplente, em 5-8-2003 - Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁵⁶⁾ Indicação dos Sen. Eurípedes Camargo (S), Flávio Arns (S) e a Senadora Fátima Cleide (S), em 29-10-2003 – PT – SF.

⁽¹³⁾ Substituição do Sen. Papaléo Paes pelo Sen. Delcídio Amaral (T), em 22-5-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁷²⁾ Substituição do Sen. Flávio Arns pela Sen. Ideli Salvatti(S), em 4-12-2003- Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²¹⁾ Desligamento do Sen. Marcelo Crivella (S), em 10-7-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²⁾ Substituição do Sen Tião Viana pelo Sen Papaléo Paes(T) e indicação do Sen Aelton Freitas(s) em 23-4-2003-PT-SF.

⁽⁷³⁾ Substituição do Sen. Duciomar Costa pelo Sen. Sibá Machado para titular e do Sen. Sibá Machado pelo Sen. Duciomar Costa para suplente, em 9-12-2003 - Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²⁵⁾ Remanejamento do Sen. Fernando Bezerra para titular e da Sen. Serys Slhessarenko para suplente, em 16-7-2003- Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁴⁸⁾ Remanejamento dos Sen. Romero Jucá e Amir Lando para suplência e titularidade, respectivamente, em 2-10-2003 – PMDB-SF.

⁽⁶⁾ Indicação do Sen. Amir Lando(S), feita em 5-5-2003. PMDB-SF.

Hélio Costa	5. Leomar Quintanilha⁽⁵⁹⁾
PFL	
Romeu Tuma ⁽⁵¹⁾	1. José Jorge
Jonas Pinheiro	2. vago (51)
João Ribeiro	3. Heráclito Fortes
Efraim Morais	4. Roseana Sarney
César Borges	5. Paulo Octávio

⁽²⁰⁾ Remanejamento dos Sen. Garibaldi Alves Filho para suplente e Romero Jucá para titular, em 8-7-2003-PMDB-SF.

⁽¹²⁾ Indicação do Senador Romero Jucá(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-SF.

⁽⁵⁹⁾ Indicação do Sem. Leomar Quintanilha (S), feita em 5-11-2003 - PMDB - SF.

⁽⁵¹⁾ Substituição do Sen. Leomar Quintanilha (T) pelo Sen. Romeu Tuma, que deixa a vaga de suplente, em 15-10-2003-PFL-SF.

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PSDB	
Leonel Pavan ^{(39) (14) (30)}	1. Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia	2. vago(39)
Sérgio Guerra	3. João Tenório ^{(71) (15)}
PDT	
Almeida Lima ⁽³²⁾	1. Augusto Botelho
PPS ^(*)	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes ⁽⁵⁸⁾

⁽³⁹⁾ Indicação do Sen. Leonel Pavan como titular, deixando a vaga de suplente, em 5-9-2003-PSDB-SF.

⁽¹⁴⁾ Substituição do Sen. Romero Jucá pelo Sen. Reginaldo Duarte(T), em 23-5-2003-PSDB-SF.

⁽³⁰⁾ O Senador Reginaldo Duarte foi desligado da Comissão em 6-8-2003 – PSDB – SF.

⁽⁷¹⁾ Substituição do Sen. Teotônio Vilela Filho pelo Sen. João Tenório(S), em 28-11-2003-PSDB-SF.

⁽¹⁵⁾ Indicação do Sen. Teotônio Vilela(S), em 23-5-2003-PSDB-SF.

⁽³²⁾ Substituição do Sen. Alvaro Dias pelo Sen. Almeida Lima(T), em 13-8-2003-PDT-SF.

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁸⁾ Substituição do Sen. João Batista Motta pela Sen. Patrícia Saboya Gomes(S), em 4-11-2003-PPS-SF.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Ary Vanazzi-RS	1. Eduardo Valverde-RO
Walter Pinheiro-BA ⁽⁶⁹⁾	2. José Pimentel-CE
Dr. Rosinha-PR	3. Leonardo Monteiro-MG
Gilmar Machado-MG	4. Arlindo Chinaglia-PT ⁽⁷⁾
João Grandão-MS	5. Paulo Rubem Santiago-PE
João Magno-MG	6. Devanir Ribeiro-SP ⁽⁷⁾
Jorge Bittar-RJ	7. Tarcisio Zimmermann-RS
Paulo Bernardo-PR	8. Telma de Souza-SP
Vignatti-SC	9. Mauricio Rands-PE ⁽⁶⁹⁾
Virgílio Guimarães-MG	10. Zezéu Ribeiro-BA
Wasny de Roure-DF	11. Vander Loubet-MS (7)
PFL	
Carlos Melles-MG	1. Carlos Nader-RJ
Cláudio Cajado-BA ⁽⁶³⁾⁽⁵⁷⁾	2. Cleuber Carneiro-MG
Eduardo Sciarra-PR	3. Gervásio Silva-SC
Gilberto Kassab-SP	4. Kátia Abreu-TO
José Rocha-BA	5. Laura Carneiro-RJ
Lael Varella-MG	6. Luiz Carreira-BA ⁽⁶⁴⁾ (57)
Júlio César-PI ⁽¹⁰⁾	7. Marcos Abraão SP
Machado-SE	8. José Roberto Arruda-DF ⁽³⁵⁾
Osvaldo Coelho-PE	9. Fernando de Fabinho-BA ⁽⁴⁶⁾
Pauderney Avelino-AM	10. João Batista-SP ⁽²⁷⁾

⁽⁷⁾ Indicação do Dep. Vander Loubet(S) em vaga, substituição dos Deps. Nelson Pellegrino(S) e Professor Luizinho(S) pelos Deps. Arlindo Chinaglia e Devanir Ribeiro, feitas em 6-5-2003-PT-CD.

⁽⁶⁹⁾ Substituição do Dep. Carlito Mers (T) pelo Dep. Walter Pinheiro (T) e do Dep. Walter Pinheiro (S) pelo Dep. Mauricio Rands (S), em 19-11-2003 – PT – CD.

⁽⁶³⁾ Substituição do Dep. Luiz Carreira pelo Dep. Cláudio Cajado(T), em 7-11-2003-PFL-CD.

⁽⁵⁷⁾ Substituição do Dep. Cláudio Cajado pelo Dep. Luiz Carreira, como titular, deixando o mesmo a vaga de suplente, em 4-11-2003-PFL-CD.

⁽⁶⁴⁾ Indicação do Dep. Luiz Carreira(S), em 7-11-2003-PFI-CD

⁽¹⁰⁾ Substituição do Dep. Luciano Castro (T) pelo Dep. Júlio César (T), em 14-5-2003-PFL-CD.

⁽³⁵⁾ Substituição do Dep. Robson Tuma (S) pelo Dep. José Roberto Arruda (T), em 20-8-2003 – PFL-CD.

⁽⁴⁶⁾ Substituição do Dep. Rogério Teófilo pelo Dep. Fernando de Fabinho(S), em 26-9-2003-PFL-CD.

⁽²⁷⁾ Indicação do Dep. João Batista(S), em 17-7-2003-PFL-CD

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PMDB	
José Borba-PR	1. André Luiz-RJ
Pedro Chaves-GO ⁽¹⁷⁾	2. Rose de Freitas ⁽⁶⁵⁾
José Priante-PA	3. João Correia-AC
Mauro Lopes-MG	4. Jorge Alberto-SE
Olavo Calheiro-AL	5. José Divino-RJ ⁽⁵³⁾
Pedro Novais-MA	6. Paulo Afonso-SC ⁽¹⁾
Zé Gerardo-CE(60) (52)	7. Silas Brasileiro-MG ⁽¹¹⁾
Tadeu Filippelli-DF ^{(68) (33) (23) (1)}	8. Waldemir Moka-MS ⁽²⁴⁾
Rose de Freitas-ES ^{(70) (78)}	9. Wilson Santiago-PB ^{(60) (52) (37)}
PSDB	
Anivaldo Vale-PA	1. Alberto Goldman-SP
Antonio Carlos Mendes Thame-SP	2. Eduardo Paes-RJ ⁽⁵⁰⁾
Bismarck Maia-CE ⁽⁴³⁾	3. João Almeida-BA
Eduardo Gomes-TO ^{(49) (19)}	4. João Castelo-MA
Helenildo Ribeiro-AL	5. Manoel Salviano-CE ⁽³¹⁾⁽⁴⁵⁾
Narcio Rodrigues-MG	6. Ronaldo Dantas-TO ^{(8) (9)}
Professora Raquel Teixeira-GO	7. Paulo Kobayashi-SP
Rafael Guerra-MG	8. Antonio Cambraia-CE ⁽³⁴⁾ (19)
PPB	

(17) Substituição do Dep. José Chaves pelo Dep. Pedro Chaves(T), em 29-5-2003-PMDB-CD.

(65) Indicação da Dep. Rose de Freitas(S), em 12-11-2003-PMDD-CD.

(53) Indicação do Dep. José Divino(S), em 23-10-2003-PMDB-CD.

(1) Indicações feitas em 22-4-2003-PMDB-CD.

(11) Indicação do Dep. Silas Brasileiro(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-CD.

(68) Substituição do Dep. Darcísio Perondi pelo Dep. Tadeu Filippelli(T), em 13-11-2003-PMDB-CD.

(33) Indicação do Dep. Darcísio Perondi como titular, em 14-8-2003-PMDB-CD.

(23) Desligamento do Dep. Moreira Franco (T), em 14-7-2003 – PMDB-CD.

(24) Indicação do Dep. Waldemir Moka (S), em 14-7-2003 – PMDB-CD.

(70) Substituição do Dep. Marcelino Fraga pela Dep. Rose de Freitas(T), em 26-11-2003-PMDB-CD.

(28) Indicação do Dep. Marcelino Fraga (T), em 31-7-2003 – PMDB-CD

(60) Remanejamento do Dep. Zé Gerardo para titular e do Dep. Wilson Santiago para suplente, em 6-11-2003-PMDB-CD.

(52) Remanejamento do Dep. Wilson Santiago para titular e do Dep. Zé Gerardo para suplente, em 22-10-2003-PMDB-CD.

(37) Indicação do Dep. Wilson Santiago(S), em 3-9-2003-PMDB-CD.

(50) Indicação do Dep. Eduardo Paes, em 2-10-2003-PSDB-CD.

(43) Substituição do Dep. Arnon Bezerra (T) pelo Dep. Bismarck Maia (T), em 18-9-2003-PSDB-CD.

(49) Substituição da Dep. Rose de Freitas pelo Dep. Eduardo Gomes(T), em 2-10-2003-PSDB-CD.

(19) Substituição do Dep Dr. Hélio pela Dep. Rose de Freitas(T), deixando a mesma de ser suplente, em 10-6-2003-PSDB-CD.

(31) Substituição do Dep. Jovair Arantes pelo Dep. Rommel Feijó (S), em 13-8-2003 – PSDB-CD.

(45) Substituição do Dep. Rommel Feijó pelo Dep. Manoel Salviano (S), em 24-9-2003 – PSDB-CD

(8) Desligamento do Dep. Osmânia Pereira(S), feita em 7-5-2003 – PSDB-CD.

(9) Indicação do Dep. Ronaldo Dantas(S), feita em 8-5-2003 – PSDB-CD.

(34) Indicação do Dep. Antonio Cambraia(S), em 20-8-2003 – PSDB-CD.

Francisco Dornelles-RJ ⁽⁵⁵⁾	1. Herculano Anghinetti-MG ⁽⁵⁴⁾ (5)
Márcio Reinaldo Moreira-MG	2. Dr. Benedito Dias-AP
Nelson Meurer-PR	3. Benedito de Lira-AL ⁽⁶²⁾
Ricardo Barros PR	4. Mário Negromonte-BA
Roberto Balestra-GO	5. Dr. Heleno-RJ ^{(61) (36) (5)}

⁽⁵⁵⁾ Substituição do Dep. Herculano Anghinetti (T) pelo Dep. Francisco Dornelles, em 29-10-2003 – PP – CD.

⁽⁵⁴⁾ Substituição do Dep. Francisco Dornelles (S) pelo Dep. Herculano Anghinetti, em 29-10-2003 – PP – CD.

⁽⁶²⁾ Substituição do Dep. João Pizzolatti pelo Dep. Benedito de Lira(S), em 7-11-2003-PP-CD.

⁽⁶¹⁾ Substituição do Dep. João Tota pelo Dep. Dr. Heleno(S), em 6-11-2003-PP-CD.

⁽³⁶⁾ Substituição do Dep. Eduardo Cunha pelo Dep. João Tota(S), em 27-8-2003-PP-CD.

⁽⁵⁾ Substituições dos Deps. Cleonâncio Fonseca (S) e Narciso Mendes(S) pelos Deps. Francisco Dornelles e Eduardo Cunha, em 24-4-2003-PPB-CD.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PTB	
Eduardo Seabra-AP	1. Alex Canziani-PR
Elaine Costa-RJ	2. Homero Barreto-TO
Jovair Arantes-GO ⁽⁴⁷⁾	3. Josué Bengtson-PA
José Carlos Elias-ES	4. Neuton Lima-SP
José Chaves-PE ^{(22) (3) (4)}	5. Pedro Fernandes-MA
PL	
Humberto Michiles-AM	1. Almir Moura-RJ
João Leão-BA	2. Heleno Silva-SE
Milton Monti-SP	3. Sandro Mabel-GO
Wellington Roberto-PB	4. Welinton Fagundes-MT
PSB	
Dr. Evilásio-SP	1. Gonzaga Patriota ⁽¹⁶⁾
Alexandre Cardoso-RJ ⁽⁴⁰⁾	2. Beto Albuquerque-RS ⁽¹⁶⁾⁽⁴⁴⁾
Renato Casagrande-ES	3. (vago)
PPS	
Cezar Silvestri-PR	1. Agnaldo Muiz-RO
Geraldo Resende-MS	2. Colbert Martins BA ⁽⁶⁷⁾
PDT	
Dr. Hélio-SP	1. André Zacharow-PR
Mário Heringer-MG	2. Manato-ES
PC do B	
Sérgio Miranda-MG	1. Leonardo Vilela-PPB-GO ⁽¹⁸⁾
Pastor Francisco Olímpio-PE ⁽³⁸⁾⁽⁴²⁾	2. Vanessa Grazziotin-AM ⁽⁴¹⁾
PRONA	
Amauri Robledo Gasques-SP ⁽²⁶⁾	1. Elimar Máximo Damasceno-SP ⁽⁶⁶⁾

⁽⁴⁷⁾ Substituição do Dep. Félix Mendonça pelo Dep. Jovair Arantes(T), em 2-10-2003-PTB-CD.

⁽²²⁾ Substituição do Dep. Benedito de Lira pelo Dep. José Chaves(T), em 11-7-2003 – PTB-CD.

⁽³⁾ Desligamento do Dep. Benedito de Lira feito em 23-4-2003 – PTB-CD.

⁽⁴⁾ Indicação feita em 24-4-2003-PTB-CD.

⁽⁴⁰⁾ Substituição do Dep. Gilberto Nascimento (T) pelo Dep. Alexandre Cardoso (T), em 5-9-2003 – PSB-CD.

⁽¹⁶⁾ Indicação dos Deputados Gonzaga Patriota e Jetterson A. Campos(S), em 26-5-2003-PSB-CD.

⁽⁴⁴⁾ Substituição do Dep. Jefferson Campos (T) pelo Dep. Beto Albuquerque (T), em 18-9-2003-PSB-CD.

⁽⁶⁷⁾ Substituição do Dep. Athos Avelino pelo Dep. Colbert Martins(S), em 13-11-2003-PPS-CD.

⁽¹⁸⁾ Indicação do Dep. Leonardo Vilcia(S), em 5-6-2003-PcdoB-CD.

⁽³⁸⁾ O Dep. Edson Ezequiel foi desligado da Comissão em 3-9-2003 – PC do B – CD.

⁽⁴²⁾ Indicação do Dep. Pastor Francisco Olímpio(T), feita em 11-9-2003 – PC do B – CD.

⁽⁴¹⁾ Indicação da Dep. Vanessa Grazziotin(S), em 5-9-2003-PC do B-CD.

⁽²⁶⁾ Substituição do Dep. Elimar Máximo Damasceno pelo Dep. Amauri Robledo Gasques(T), em 16-07-2003-PRONA-CD

⁽⁶⁶⁾ Substituição do Dep. Ildeu Araújo (S) pelo Dep. Elimar Máximo Damasceno(S), 12-11-2003 – PRONA – CD.

PV	
Leonardo Mattos-MG	1. Edson Duarte-BA
PMN ^(*)	
Jackson Barreto-SE	1. Lúcia Braga-PB

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)
Ala “C” – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 - Tel: 318-6937 – 318-6938

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL)⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLAVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTAVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SERGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSE JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB⁽⁴⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS⁽⁹⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹⁰⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽¹¹⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹²⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLAUDIO MAGRAO (PPS/SP)

Notas:

(1) Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

(2) O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

(3) Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

(4) Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

(5) Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

(6) Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

(7) Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

(8) Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

(9) Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 09.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

(10) Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

(11) Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPILY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	LÍDER DA MAIORIA Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC)
LÍDER DA MINORIA Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputada ZULAIÉ COBRA (PSDB-SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador EDUARDO SUPILY (PT ² - SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).